



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

JÚLIA AFONSO LYRA

**Ser migrante, tornar-se *influencer*: visibilidade, inspiração e estratégias de
pertencimento da migração venezuelana no Brasil**

RECIFE

2023

JÚLIA AFONSO LYRA

**Ser migrante, tornar-se *influencer*: visibilidade, inspiração e estratégias de
pertencimento da migração venezuelana no Brasil**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Área de concentração: Comunicação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sofia Cavalcanti Zanforlin.

RECIFE

2023

Catálogo na fonte
Bibliotecária Jéssica Pereira de Oliveira – CRB-4/2223

L992s

Lyra, Júlia Afonso

Ser migrante, tornar-se *influencer*: visibilidade, inspiração e estratégias de pertencimento da migração venezuelana no Brasil / Júlia Afonso Lyra. – Recife, 2023.
172f.: il.

Sob orientação de Sofia Cavalcanti Zanforlin.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2023.

Inclui referências.

1. Cultura da inspiração. 2. Influenciadores digitais. 3. Migrações transnacionais. 4. Pertencimento. 5. Visibilidade. I. Zanforlin, Sofia Cavalcanti (Orientação). II. Título.

302.23 CDD (22. ed.)

UFPE (CAC 2023-37)

JÚLIA AFONSO LYRA

**Ser migrante, tornar-se *influencer*: visibilidade, inspiração e estratégias de
pertencimento da migração venezuelana no Brasil**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Comunicação da Universidade
Federal de Pernambuco, como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestre em
Comunicação.

Área de concentração: Comunicação.

Aprovada em: 28/02/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Sofia Cavalcanti Zanforlin (Orientadora)

Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof^a. Dr^a Cristina Teixeira Vieira de Melo (Examinadora Interna)

Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof. Dr. Mohammed Elhajji (Examinador Externo)

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi escrito a duas mãos, porém não teria sido possível sem muitas outras que se somaram no decorrer da minha trajetória pessoal, profissional e acadêmica. Foram elas que permitiram que o sonho da pós-graduação se tornasse possível mesmo em um contexto obscuro atravessado pelo Brasil e pelo mundo, com o enfrentamento de uma pandemia e o fortalecimento de movimentos extremistas que põem em risco a Ciência e a Democracia, valores nos quais eu acredito.

Agradeço à UFPE, sobretudo ao DCOM e ao PPGCOM, a quem devo bem mais do que a minha formação técnica. Entendo que essa “dívida” vai desde as relações construídas com professores e colegas à formação crítica e cidadã proporcionada pela experiência de viver o campus dentro e fora da sala de aula. Sou grata à UFPE, além do mais, por ter expandido o meu olhar para outras realidades e assim me conscientizar a respeito do meu papel social. Por isso faço questão de registrar a minha defesa à universidade pública e gratuita de qualidade, alvo de tantos ataques recentes.

À minha orientadora, Sofia Zanforlin, por ter me apoiado desde a elaboração do projeto de pesquisa, quando eu mal sabia o que queria fazer. Por ter me mostrado que era possível (e, mais do que isso, pertinente!) pensar a mobilidade a partir do campo da Comunicação. Sou extremamente grata pelos ensinamentos e oportunidades, pela parceria e confiança em mim depositada nos últimos anos.

Aos professores Mohammed Elhajji e Mayka Castellano pelas valiosas contribuições que ajudaram a transformar o trabalho apresentado na qualificação nesta última versão. Agradeço também à professora Cristina Teixeira, pelo interesse e generosidade de compor a banca final.

Aos colegas e professores dos grupos de pesquisa Migra (UFPE) e Geifron (UFRR), pelas trocas multidisciplinares sempre tão ricas e instigantes. Por me desafiarem a pensar o mundo em movimento a partir de uma perspectiva diferente – e não raras vezes conflitante – daquilo que já está dado e, na prática, sabemos que não funciona.

Aos migrantes venezuelanos, que despertaram em mim o interesse e a curiosidade nas migrações contemporâneas desde meados da graduação em Jornalismo. Agradeço especialmente aos interlocutores desta pesquisa, por terem aberto suas intimidades para uma estranha brasileira e muito me ensinarem com suas histórias.

Aos meus pais, Paulo e Silvana, que são uma contínua fonte de inspiração pessoal e também acadêmica, ainda que trabalhando no universo dos números, com os quais nunca

simpatizei. Obrigada pelo apoio, carinho e amor incondicionais, sem mencionar no investimento ímpar realizado na minha educação. Com vocês aprendi desde muito cedo que era ela a base.

A Lucas, o meu irmão mais velho-mais novo, que foi o primeiro a me ensinar a conviver com a diferença. Por todo companheirismo e afeto transmitido em poucas palavras, pelos compartilhamentos de comida, lazer e espaço, e até pelas birras infantis do passado que tornaram o nosso vínculo hoje mais forte.

À Camila, por me brindar com sua energia, zelo e espontaneidade, a qual, mesmo sem querer, sempre acaba gerando boas doses de risada. Por ter me feito descobrir o edital do processo seletivo e acreditado desde o princípio que valia a pena a tentativa. Obrigada por compreender as ausências e não ter soltado a minha mão desde então.

A Cisco, o buldogue francês hiperativo, por me fazer sair de casa e caminhar, sentir e observar a rua. Por ter recobrado a felicidade das pequenas coisas nos momentos de solidão mais aguda e até certa descrença na humanidade.

A todos que estiveram torcendo por mim, à distância ou nas primeiras fileiras da arquibancada, durante essa travessia cheia de desafios e realizações.

Símbolo do ódio e do outro, o estrangeiro não é nem a vítima romântica de nossa preguiça habitual, nem o intruso responsável por todos os males da cidade. Nem a revelação a caminho, nem o adversário imediato a ser eliminado para pacificar o grupo. Estranhamente, o estrangeiro habita em nós: ele é a face oculta da nossa identidade, o espaço que arruína a nossa morada, o tempo em que se afundam o entendimento e a simpatia. (KRISTEVA, 1994, p.9).

RESUMO

A presente pesquisa se situa na interface entre o campo comunicacional e os estudos migratórios e traz como objeto migrantes venezuelanos que atuam como aspirantes e micro influenciadores digitais no Brasil. Nesse sentido, o trabalho se propõe a compreender de que forma o tornar-se *influencer* se constitui como um meio de negociação de pertencimento para esses migrantes, pensando sobre a relação entre a midiaticização das suas trajetórias de vida, experiências e intimidades e o desejo de pertencer e se inserir na sociedade receptora. Para alcançar nossos objetivos, incorporamos a abordagem teórico-metodológica da etnografia e assumimos as plataformas de redes sociais Youtube e Instagram como campos de pesquisa, alinhados à perspectiva de construir uma etnografia multisituada (MARCUS, 1995, 2012). Como principais resultados da dissertação, observamos que as experiências pessoais são compartilhadas não apenas para suprir demandas informacionais relacionadas ao projeto migratório, mas também para despertar o interesse e a curiosidade alheia e assim negociar reconhecimento no novo contexto. Em meio a essa busca por legitimação, o migrante incorpora a figura do sujeito resiliente capaz de superar as adversidades que lhe são impostas, fazendo uso de uma retórica inspiracional (CASAQUI, 2017, 2019, 2021) que viabiliza um reconhecimento de fundo meritocrático por parte dos brasileiros. Percebemos ainda que a construção da história pessoal como trajetória de superação é também o que permite ao influenciador ser visto como exemplo passível de ser reproduzido por seus seguidores estrangeiros, ávidos por referências que possam nortear as suas ações no novo universo cultural. Apesar da visibilidade e admiração conquistadas frente às audiências, verifica-se que há uma linha tênue entre hostilidade e hospitalidade, uma vez que o acolhimento do migrante venezuelano é condicionado à sua adequação às expectativas e anseios da sociedade anfitriã.

Palavras-chave: cultura da inspiração; influenciadores digitais; migrações transnacionais; pertencimento; visibilidade.

ABSTRACT

This research is located at the interface between the communicational field and migration studies and has as its object Venezuelan migrants who act as aspirants and micro digital influencers in Brazil. In this sense, the work proposes to understand how becoming an influencer constitutes a means of negotiating belonging for these migrants, thinking about the relation between the mediatization of their life trajectories, experiences and intimacies and the desire to belong and insert themselves in the receiving society. To achieve our goals, we incorporated the theoretical-methodological approach of ethnography and assumed the social networking platforms Youtube and Instagram as research fields, aligned with the perspective of building a multi-situated ethnography (MARCUS, 1995, 2012). As the main results of the dissertation, we observed that personal experiences are shared not only to supply informational demands related to the migration project, but also to arouse the interest and curiosity of others and thus negotiate recognition in the new context. In the midst of this search for legitimacy, the migrant incorporates the figure of the resilient subject capable of overcoming the adversities that are imposed on him, making use of an inspirational rhetoric (CASAQUI, 2017, 2019, 2021) that enables a meritocratic recognition on the part of Brazilians. We also noticed that the construction of personal history as a trajectory of overcoming obstacles is also what allows the influencer to be seen as an example that can be reproduced by his foreign followers, eager for references that can guide their actions in the new cultural universe. Despite the visibility and admiration gained from the audience, it appears that there is a fine line between hostility and hospitality, since the reception of the Venezuelan migrant is conditioned to its adequacy to the expectations and desires of the host society.

Keywords: inspirational culture; digital influencers; transnational migrations; belonging; visibility.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Vídeos utilitários destacam os trâmites burocráticos e o custo de vida com despesas básicas	85
Figura 2 –	Símbolos pátrios estão presentes nas capas, nos cenários e nas próprias vestimentas utilizadas no momento da filmagem	89
Figura 3 –	Maribella utiliza arquivos pessoais para contar sobre como era a sua vida antes da emigração	91
Figura 4 –	Preparo de receitas típicas foi um dos conteúdos recorrentes em todos os canais analisados	91
Figura 5 –	Critérios de segmentação dos destaques	92
Figura 6 –	Carrossel traz compilado de materiais produzidos por ONGs	94
Figura 7 –	Posts comemorativos	95
Figura 8 –	Mensagens motivacionais colocam a figura do migrante como exemplo de resiliência a ser seguido	96
Figura 9 –	Primeiros vídeos do canal Vicky em Brasil focam em questões emergenciais vividas pelos recém-chegados	114
Figura 10 –	Bastidores da visita de repórteres à casa de Vicky, onde explica que a intenção de fazer vídeos nunca foi ser “famosa”	116
Figura 11 –	Mudanças econômicas nos países de origem e destino passam a pautar os canais dos influenciadores	117
Figura 12 –	“Porque vocês pediram” diz legenda sobre vídeo gravado em parceria com youtubers	121
Figura 13 –	Trajectoria dos influenciadores venezuelanos é abordada pelo viés da superação	123
Figura 14 –	Mensagens motivacionais na campanha do Outubro Rosa	124
Figura 15 –	Ênfase ao caráter propositivo da diáspora esconde critérios de diferenciação interna	127
Figura 16 –	Comentários referem-se aos influenciadores como “brasileiros de coração”: acolhimento ou negação da alteridade?	134
Figura 17 –	Comentários odientos reavivam a “culpa originária” do migrante	136
Figura 18 –	Frame do vídeo “Brasil ficará uma Venezuela se ganha o Lula”	138
Figura 19 –	Vicky tenciona polidez do hóspede	140

Figura 20 –	Passado e presente se articulam sob a tônica da superação	147
Figura 21 –	Propósito, renovação e positividade são apontados como “segredos” para trilhar uma trajetória migratória ascendente	148
Figura 22 –	Divulgação de serviços prestados por empresas parceiras	151
Figura 23 –	Conteúdos pagos oferecidos no Youtube e no Instagram	153

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	A VENEZUELA “VEM” ATÉ NÓS	20
1.2	DE MALAS PRONTAS PARA O ITINERÁRIO DE PESQUISA	30
2	IDENTIDADES E COMUNIDADES DIASPÓRICAS EM REDE	34
2.1	A COMUNICAÇÃO INTERCULTURAL E O COMUM	35
2.2	O VIVER TRANSNACIONAL	47
2.3	USOS E APROPRIAÇÕES DAS TICS	56
3	PERCURSOS METODOLÓGICOS	64
3.1	UMA ABORDAGEM ETNOGRÁFICA	66
3.1.1	Quando mover-se é o caminho	71
3.1.2	Dos procedimentos e implicações éticas	79
3.2	OS CAMPOS DE PESQUISA	84
3.2.1	Youtube	85
3.2.2	Instagram	91
3.3	OS PARTICIPANTES	97
4	NEGOCIANDO PERTENCIMENTOS: ENTRE A COMUNIDADE E O INDIVÍDUO	104
4.1	A COMUNICAÇÃO VISTA DE UMA PERSPECTIVA COMUNITÁRIA	106
4.1.1	Das motivações: a lacuna informacional como propulsora de uma webdiáspora	112
4.1.2	O influenciador venezuelano e a sua relação com o ecossistema migrante	119
4.1.3	Estratégias de diferenciação: Los buenos x la viveza criolla	124
4.2	O MIGRANTE COMO FIGURA EXEMPLAR	130

4.2.1	O cerceamento da fala e a culpa ineludível	135
4.2.2	Narrar para inspirar	142
4.2.3	A dupla face do modelo empreendedor: o influenciador	149
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	157
	REFERÊNCIAS	165

1 INTRODUÇÃO

O ethos do mundo contemporâneo pode ser pensado em torno da dialética entre mobilidade e imobilidade. Ainda que a crise sanitária recentemente vivida tenha levado uma parcela à reclusão no ambiente doméstico, a adoção das práticas de distanciamento e isolamento, necessárias para conter o avanço da pandemia da Covid-19, não se colocou como uma opção para aqueles que precisavam garantir o sustento diário. O vírus paralisou escolas, universidades, negócios e investimentos, mas para motoristas e entregadores de aplicativos, diaristas, profissionais da área de estética, ambulantes e autônomos em geral nunca existiu home office. Sob o pretexto de impedir o recrudescimento do vírus, também várias fronteiras terrestres foram fechadas, restringindo a mobilidade humana e vulnerabilizando a situação de milhares de pessoas que, diante do impedimento de acesso a determinado território, se viram obrigadas a fazê-lo de modo irregular por trilhas ou vias não autorizadas. Ao mesmo tempo, em vários países, incluindo aí o Brasil, as fronteiras aéreas logo foram abertas para turistas, aperfeiçoando o grau de seletividade das políticas migratórias e de gestão populacional.

Sem se limitar ao momento atípico, a constituição de um regime de controle das migrações, que se utiliza de aparatos sofisticados para organizar e classificar os fluxos, dá continuidade a um histórico de políticas excludentes e vigilantes na América do Sul. Na avaliação de Domenech (2017), “estas práticas se tornaram mais evidentes depois do “giro punitivo” que teve lugar nos anos recentes e da intensificação da violência de Estado sobre os migrantes em um contexto regional” (Ibid., p.21), as quais refletem a guinada para a direita e extrema direita no continente. Em meio às crises econômicas e sociais agravadas pela pandemia, a vitória recente de líderes de esquerda em países como Argentina, Bolívia, Peru, Chile, Colômbia e Brasil começa a delinear uma nova “onda rosa”¹ latina, com impactos ainda incertos no campo da mobilidade. De toda forma, cabe considerar que o período anterior, de aprofundamento da agenda neoliberal seguida pela eclosão da Covid-19, reforçou ainda mais as leis anti-imigração em diversas regiões ao redor do globo, pois o migrante², já estigmatizado racialmente, passou a ser considerado como um vetor de contágio do vírus.

¹ A expressão se refere ao movimento político marcado pela ascensão de líderes progressistas em todo o continente no início dos anos 2000. O domínio da esquerda tem como marco inicial a posse de Hugo Chávez na Venezuela, em 1998, seguida pela de políticos como Lula no Brasil, Evo Morales na Bolívia, Rafael Correa no Equador, Cristina Kirchner na Argentina e Michelle Bachelet no Chile.

² Optamos pelo termo “migrante” por entendê-lo como o mais abrangente possível, contemplando tanto os processos de imigração e emigração, quanto as mais variadas categorias de deslocados. Apenas em ocasiões pontuais, como no caso das citações diretas, na reprodução de siglas ou em momentos em que se deseja dar ênfase a determinada condição, utilizamos os vocábulos específicos.

Alvo de duras críticas por parte de entidades da sociedade civil ligadas à defesa dos direitos dos migrantes e refugiados, a postura do Estado brasileiro em relação ao segmento chegou a ser abordada no relatório global de 2022 da Human Rights Watch (HRW, 2022). Ainda em março de 2020, como parte das respostas adotadas para controlar a pandemia, o Brasil proibiu que estrangeiros entrassem no país por meios terrestres ou por transporte aquaviário, exceto residentes permanentes e aqueles que estivessem em missão a serviço de organismo internacional ou acreditado junto ao Governo brasileiro, desde que não fossem provenientes da Venezuela. A divisa com o país vizinho, na verdade, foi a primeira a ser bloqueada (BRASIL, 2020a), sendo a medida posteriormente estendida (BRASIL, 2020b) aos demais países fronteiriços, menos o Uruguai. A portaria também estabelecia restrições mais rígidas aos venezuelanos se comparados aos cidadãos oriundos de outros territórios, onde a circulação de residentes de cidades gêmeas, por exemplo, não foi impedida. Mesmo com o afrouxamento das restrições de entrada, em junho do mesmo ano, o tratamento discriminatório contra os nacionais permaneceu, assim como contra as pessoas em situação de refúgio ou que cabiam no chamado visto humanitário em geral, pois estas não eram sequer mencionadas.

É também em meio a essa conjuntura de crescente securitização e criminalização de categorias específicas, sob o alegado objetivo de resguardar a saúde e o bem estar da população nativa, que os fluxos migratórios têm adquirido novos contornos ante a intensa conectividade digital que caracteriza os nossos tempos. Aqui, a ubiquidade das tecnologias se expressa em diferentes sentidos. Se por um lado tais dispositivos podem ser utilizados com vistas ao reforço fronteiriço, promovendo a hipervigilância, a identificação e a expulsão de migrantes indocumentados a partir da extração de dados sensíveis deixados no meio digital, é também verdade que eles são de grande serventia para cada uma das etapas do projeto migratório, desde a decisão de migrar, passando pelo deslocamento e, finalmente, chegando a adaptação e integração no país de acolhida. Assim, a facilidade de acessar, pesquisar, criar e divulgar informações nestes contextos remodela dinâmicas familiares, laborais, culturais e sociais diversas, facilitando a criação e o fortalecimento de conexões transnacionais.

Falar sobre a internet exige também considerar que as condições de acessibilidade ao recurso não são uniformes e variam de acordo com fatores como classe social, faixa etária e escolaridade. No que diz respeito às hierarquias próprias da migração, podemos pensar que os migrantes forçados por crises humanitárias e os refugiados, sobretudo quando recém-chegados, tendem a ter o acesso a tecnologia e a conectividade mais limitado do que os demais. Contudo, sem deixar perder de vista as profundas disparidades que marcam o uso aos

dispositivos digitais, há indícios de que a web se configura como uma realidade massiva até mesmo para grupos vulnerabilizados, como é o caso dos venezuelanos. De acordo com uma pesquisa promovida pela Plataforma R4V em 15 países da América Latina e Caribe, cerca de 65% dos venezuelanos que se encontram no Brasil têm acesso a um telefone celular e 80% acessam a internet por diferentes dispositivos (R4V, 2020), representando uma maioria. Apesar disso, apenas uma em cada duas pessoas se sente suficientemente informada sobre seus direitos e onde encontrar assistência disponível. A constatação faz pensar no lugar menor relegado ao debate sobre a comunicação como um direito humano nas políticas migratórias brasileiras, ao mesmo tempo em que leva os migrantes a suprir essa deficiência por conta própria através de suas redes de amigos e familiares, apontados como fontes confiáveis pela maior parte dos ouvidos no estudo.

Além do aspecto sociolaboral, os impactos dos usos e apropriações dessas mídias são também subjetivos, pois afetam a construção identitária e o valor que o migrante assume dentro do país que o recebe como estrangeiro. Com o barateamento e a popularização das tecnologias comunicacionais, a internet passa a ser povoada por uma multiplicidade de projetos criados e gerenciados pelos sujeitos em deslocamento, cumprindo finalidades tão práticas quanto compartilhar ou obter dicas de aluguel, custos de vida e vagas de emprego, assim como auxiliar na manutenção dos vínculos com o país natal. Iniciativas como sites, blogs, grupos e páginas nas redes sociais voltados para coletivos migrantes não são nenhuma novidade e já foram bastante explorados pelos estudos da área, todavia, identificamos, a partir da presença digital de venezuelanos vivendo no Brasil, um conjunto de perfis cujos conteúdos publicados escapam ao teor exclusivamente comunitário. Tais ambiências publicizam narrativas de caráter íntimo e confessional, focados nos acontecimentos singularizados do cotidiano de quem migra, por sua vez, permeado pelas dores e delícias de conhecer e viver um outro universo cultural, diferente do qual estava acostumado.

A intensa atividade nas plataformas de redes sociais leva alguns sujeitos a se destacarem como personalidades notáveis dentro do nicho venezuelano, que assumem o papel de uma voz especializada dentro da temática migratória. Mas tais vozes não se dirigem apenas aos seus compatriotas ou mesmo a outras nacionalidades em diáspora, se não também a um público brasileiro, lançando mão de um convite para que estes conheçam a sua cultura e a sua visão estrangeira sobre o país onde também residem. Isso não significa que o serviço informativo esteja ausente neste cenário, porém, publicações sobre trâmites burocráticos e questões básicas de instalação andam lado a lado a *videoblogs* (*vlogs*) de viagens, *reviews* de produtos, compras em lojas e mercados, audição de cantores brasileiros, prova de pratos

típicos, etc. Neles, a experiência migrante, marcada pelas relações de contato, negociação e conflito com a diferença, assume o primeiro plano, trazendo visibilidade para as suas trajetórias e colocando-os como protagonistas de suas próprias histórias.

Ao falar sobre a culinária, a música e as tradições do país natal, notamos que os migrantes se colocam ao mesmo tempo como representantes da Venezuela - e, por isso, responsáveis por apresentá-la para uma audiência estrangeira a partir das suas personas - e produtores de representações do país em si. Dessa forma, a experiência tornada pública na internet, como um produto cultural a ser consumido, é a de conhecer o lugar através da pessoa, com ênfase no cotidiano e na memória de quem testemunha. A personalidade do migrante em si vira um objeto ou produto a ser mostrado, compartilhado, curtido, comentado e até mesmo admirado. A imagem que se apresenta em tela precisa revelar-se atraente para as suas audiências, fisingando a atenção e a curiosidade alheia para que assim a sua atividade como produtor de conteúdo seja bem sucedida, gerando engajamento. Como uma mercadoria, o eu em destaque passa a ser fabricado já com o intuito de ser posto em circulação.

Uma busca simples no Google por imagens e notícias de “imigrantes venezuelanos” ou simplesmente “venezuelanos” expressa a recorrência de conotações negativas em torno do grupo, ao posicionarem os nacionais como mão de obra provisória e vulnerável, vinculados à semânticas que incluem o crime, a intolerância, a exploração, a violência, a pobreza e a fome, dentre outras. Ainda que os obstáculos estejam presentes em suas vidas e nas narrativas publicizadas nas redes sociais, a realidade exibida não parece ser aquela só de miséria e sofrimentos. Quando os problemas e vicissitudes relacionados à migração são falados, eles são mobilizados como componentes indispensáveis de uma retórica inspiracional (CASAQUI, 2017, 2019, 2021) que estimula os conterrâneos a serem valentes, fortes e alegres para poder enfrentar as pequenas batalhas do cotidiano. Logo, os desafios enfrentados devem ser vencidos por meio do esforço e sacrifício individuais (BROWN, 2019), deixando de lado a perspectiva coletiva e o papel do Estado na implementação de políticas públicas que assegurem seus direitos mínimos.

No decorrer da pesquisa, a aproximação com a ideia de inspiração se deu a partir da percepção da recorrência do compartilhamento de frases de incentivo nos perfis dos influenciadores, das mensagens motivacionais misturadas às suas histórias de vida e do desejo confesso de inspirar o público como uma das justificativas para atuar nas redes sociais. Os interlocutores assumem, portanto, um papel ambíguo: tanto informam, quanto aconselham, motivam, estimulam, etc. as audiências a partir das dicas, conhecimentos e visões compartilhadas acerca da experiência de mobilidade. Assim, são o próprio projeto migratório

e a integração na sociedade brasileira os empreendimentos bem sucedidos a serem mostrados como resultado do trabalho árduo necessário para o migrante recomeçar a vida “do zero”. O que nos parece latente nessas narrativas é a forma em que os enfrentamentos intrínsecos ao deslocamento são ressignificados a partir da jornada do herói, na qual o protagonista é aquele que não se deixa abater pelas provações vividas e o desfecho é sempre positivo. Trata-se, portanto, de uma fórmula discursiva que adere à racionalidade neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016), uma vez que coloca na atitude do sujeito, e apenas dele, a chave para o sucesso.

A partir do entrelaçamento entre migração, mídia e neoliberalismo, esta dissertação se propõe a compreender de que forma o tornar-se influencer se constitui como um meio de negociação de pertencimento para migrantes venezuelanos no Brasil e o que isso nos diz sobre o momento contemporâneo. Estamos pensando aqui sobre a relação entre a midiaticização das suas trajetórias de vida, experiências e intimidades e o desejo de pertencer e se inserir na sociedade receptora³, onde valorizar a sua cultura e identidade estrangeiras se afirma como uma estratégia possível de visibilidade. É em meio a essa busca por reconhecimento e legitimação da sua presença que o migrante incorpora a figura do sujeito resiliente capaz de superar as adversidades que lhe são impostas, reivindicando para si um lugar de mérito pessoal. Pois é precisamente por ser identificado como batalhador que ele é apontado como merecedor da oportunidade de aqui reconstruir a vida por seus seguidores brasileiros, ao mesmo tempo em que é elevado ao posto de exemplo passível de ser reproduzido pelos seguidores estrangeiros, ávidos por referências que possam nortear as suas ações no novo universo cultural.

Ao rejeitar o lugar de vítima e se afirmar como um exemplo de superação, o migrante influenciador também se aproxima do modelo do empreendedor, aquele que constrói a si mesmo como empresa, e com isso mobiliza afetos (ZANFORLIN; AMARAL, 2019, p.3). Contudo, aqui o empreendedorismo se manifesta não apenas como um discurso social reproduzido nas estratégias de autoapresentação dos nossos interlocutores, se não as suas próprias iniciativas de criação de conteúdo, embaladas pela mística do trabalho autônomo e criativo, podem ser lidas no marco da plataformização do trabalho (GROHMANN, 2020, 2021). Mesmo que a atuação nas redes não seja apontada como um projeto financeiro a priori, o engajamento obtido em número de seguidores e visualizações por si só pode vir a ser

³ Durante a redação acionamos os termos “receptor(a)” e “anfitriã(o)” como forma de denominar a sociedade e o país de imigração. Nossa escolha se justifica por perceber que nem sempre o lugar de destino é acolhedor ao estrangeiro, como sugere a expressão “sociedade de acolhida”.

rentável. Ademais, a presença constante em diversas plataformas também abre margem para outras formas de remuneração online - seja por intermédio de vendas de passagens, seja recebendo comissão por divulgação de serviços como envio de remessas e assessoria jurídica para migrantes - que são possibilitadas pela aquisição de influência frente ao nicho.

O eu empresarial surge como um ideal de indivíduo em um cenário onde o neoliberalismo avança sobre a sociedade contemporânea, modificando as relações e a própria subjetividade. “Trata-se do indivíduo competente e competitivo, (...) que não procura apenas projetar-se no futuro e calcular ganhos e custos como o velho homem econômico, mas que procura sobretudo trabalhar a si mesmo com o intuito de transformar-se continuamente, aprimorar-se” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.333). Consequentemente, mais do que uma prática laboral, o empreendedorismo pode ser visto como um paradigma, um modelo a ser seguido e replicado. O criador de conteúdo, visto como amador ou profissional, segue a mesma lógica de aperfeiçoamento descrita pelos autores, pois as redes nas quais ele atua são guiadas pelo princípio da popularidade (VAN DJICK, 2016, p.13), havendo uma pressão contínua e permanente em expandir suas conexões. Quanto mais curtidas e seguidores acumulados, mais valioso você se torna, sendo que para se tornar valioso a contraparte exigida pelas plataformas é entregar conteúdo de maneira assídua, demandando uma rotina produtiva, e que gere engajamento.

Diante de tais inquietações, passamos a averiguar sob que lógicas o sentido vinha sendo produzido e negociado nas práticas narrativas engendradas pelos migrantes venezuelanos nas redes sociais através da combinação de técnicas como a observação e o monitoramento online e entrevistas em profundidade. Nesse caminho, optamos pela etnografia enquanto abordagem teórico-metodológica de acesso ao objeto, considerando a sua natureza profundamente adaptativa, capaz de conferir a autonomia necessária para que o pesquisador construa o seu processo investigativo de maneira reflexiva. Além disso, incorporamos a abordagem tendo em mente a importância de ouvir o que os próprios migrantes venezuelanos tinham a dizer sobre a sua atuação nas redes sociais, como reflexo de um interesse em compreender os sentidos inscritos em tais atividades *com e a partir de* suas falas. Nesse sentido, destacamos também o caráter participativo do método.

A delimitação do nosso objeto final de estudo, bem como a construção dos campos de pesquisa, levando a configuração de uma etnografia multisituada (MARCUS, 1995, 2012),

teve como ponto de partida um canal específico⁴ do Youtube. Entretanto, a própria arquitetura da internet nos leva a seguir os rastros dos seus agentes em diferentes plataformas, movimento que é incentivado, em especial, pelos produtores de conteúdo em razão do desejo de expandir as suas audiências. No caso do presente trabalho, o hábito dos youtubers venezuelanos em solicitar que o público “se inscreva no nosso canal, ative o sininho e siga as nossas redes sociais” fez um chamamento para que continuássemos os acompanhando em outros espaços online. Durante essa exploração, o Instagram se revelou particularmente útil para manter um contato mais próximo com os migrantes, considerando que ali a atividade era, em geral, mais intensa do que no Youtube. Outra vantagem de incluir o Instagram foi a possibilidade de manter-nos atualizados sobre o que acontecia no ecossistema⁵ midiático venezuelano como um todo, considerando que a ambiência era alimentada não só pelos conteúdos criados na respectiva rede, mas também aqueles provenientes de outras plataformas.

A seleção dos participantes, cujos perfis foram monitorados de maneira sistemática, além de gerar entrevistas, passou por diferentes etapas. Partiu-se de um levantamento preliminar, apresentado no capítulo metodológico (Quadro 1), no qual foram catalogadas as parcerias mobilizadas nos vídeos, bem como as indicações de outros canais produzidos por migrantes venezuelanos que eram feitas nos comentários abaixo. Adicionalmente, acrescentamos a expressão “venezuelanos no Brasil” e variantes linguísticas como critério de busca por canais no Youtube, plataforma na qual o trabalho de campo foi iniciado, conforme comentado acima. A partir da amostra encontrada, iniciamos a observação com aqueles que estavam ativos e prosseguimos para os primeiros convites com vistas à realização das entrevistas. Como em qualquer etnografia, cujo processo e relato construídos dependem da relação entre pesquisador e participante, a inclusão dos interlocutores definitivos foi tributária não apenas da minha intenção e insistência em incluir determinados migrantes, levando em conta a relevância das suas postagens e das falas obtidas, senão também da agenda e vontade pessoal dos próprios.

Embora os venezuelanos “candidatos” ao posto de influenciadores digitais no Brasil tenham se revelado um fenômeno bastante fértil para exploração científica, não há como ignorar que a escolha pelo grupo nacional esteve relacionada a motivações que extrapolam

⁴ Nos referimos ao canal Zule VenBra, da venezuelana Zuleika Rios, que vive no município de Ipojuca-PE. A migrante não fez parte da amostra de entrevistados, contudo, acabou direcionando o nosso olhar para os demais influenciadores em virtude das parcerias mobilizadas no seu perfil.

⁵ Adotamos aqui o conceito de Van Djick (2013) que entende cada plataforma como um microsistema dotado de características particulares, porém cuja interdependência dá origem a uma infraestrutura online mais ampla, que é o ecossistema. Na dissertação, usamos o termo para aludir ao conjunto de páginas criadas e mantidas pelos influenciadores venezuelanos que vivem no Brasil.

este estudo em específico. Isso porque meu próprio despertar para o campo das migrações transnacionais está intrinsecamente relacionado à recente diáspora venezuelana que se espalhou pelo mundo inteiro e chegou até o estado de Pernambuco, sobretudo depois de este aderir a estratégia de interiorização⁶ da Operação Acolhida, em 2018. Pelo fato do Nordeste se constituir historicamente como celeiro de emigrantes internos e não ter tanta tradição de receber grandes fluxos estrangeiros - quando comparada às regiões Sul e Sudeste, por exemplo, - a chegada de centenas de bolivarianos em cidades da Região Metropolitana do Recife (RMR) e da Zona da Mata Norte inaugurou um novo capítulo no cenário local, provocando, inclusive, inúmeras matérias jornalísticas a seu respeito.

Foi neste ano que, juntamente com a imprensa, acadêmicos e organizações da sociedade civil atuantes no estado, meu olhar foi atraído para a migração venezuelana, levando a realização de mais de um trabalho ainda durante a faculdade de Jornalismo. Tal interesse pessoal se somou às discussões do grupo de pesquisa Migrações, Mobilidades e Gestão Contemporânea de Populações (Migra), do qual passei a fazer parte no início de 2020. Além da formação teórica, o ingresso no Migra também possibilitou me aproximar da pauta da defesa dos direitos das populações em deslocamento a partir da atuação do grupo no Comitê Pernambucano dos Direitos das Pessoas em Situação de Refúgio, Migrações e Apatridia (COMIGRAR), no qual mais de 20 instituições são signatárias. Daí a vontade de ingressar em um mestrado e consigo a elaboração de um projeto de pesquisa que considerasse o que os migrantes venezuelanos tinham a dizer e no qual, ainda sem ter ideia da dimensão que o recorte iria tomar, me propus a investigar suas práticas narrativas nas redes sociais.

1.1 A VENEZUELA “VEM” ATÉ NÓS

Apesar dos holofotes voltados para o país vizinho terem se amplificado mediante a criação de um consenso internacional quanto à existência de uma “crise humanitária”, não é de hoje que o assunto Venezuela está na ordem do dia. Há pelo menos duas décadas, desde a polêmica ascensão de Chávez ao poder, a pátria-mãe do libertador Simón Bolívar figura entre as pautas diárias de jornais, revistas, conglomerados midiáticos e, mais recentemente, nas redes sociais ao redor do globo. No Brasil, as menções públicas à república bolivariana

⁶ Apenas os migrantes e refugiados venezuelanos regularizados, imunizados, avaliados clinicamente e com termo de voluntariedade assinado podem participar da interiorização. Existem diferentes modalidades, que incluem: saída de abrigos nos estados de Roraima e Amazonas para abrigos em uma das cidades de destino; reunificação familiar; reunião social; e com vaga de trabalho sinalizada.

enquanto exemplo de governo a não ser seguido não são novidade⁷, embora tenham se adensado a partir do giro à direita e à extrema-direita sofrido no continente sulamericano como um todo. Em um contexto de forte polarização política nacional, concomitante ao fim de um período de elevada prosperidade econômica proporcionada, em boa parte, pelo chamado *boom* das commodities, as comparações entre os países vizinhos tornaram-se cada vez mais populares, tendo na afirmação “o Brasil vai virar uma Venezuela”, ou na sua negação, uma das frases-síntese dos nossos tempos.

A evocação da Venezuela nas disputas políticas brasileiras aparece em meio a um imaginário difuso, embora fundamentalmente negativo, que apresenta a República Bolivariana como contraposição à democracia, uma “ditadura socialista”, marcada pela crise, pela fome e pela corrupção. Em 2018, as tentativas de associação do Brasil à Venezuela e, em especial, do PT (Partido dos Trabalhadores) ao último, utilizadas na campanha presidencial de Jair Messias Bolsonaro à exaustão, surgem, então, como uma ameaça de que a situação econômica pudesse declinar de forma semelhante caso um governo de esquerda fosse aqui empossado. O apelo retórico desse prognóstico fatalista diante de uma população que tem sofrido com uma sucessão de perdas de direitos sociais e laborais nos últimos anos é grande, e acabou fomentando os sentimentos de medo e urgência que ajudaram a eleger o candidato miliciano. Por sua vez, tais discursos expressam uma divisão do tipo “nós” vs. “eles” que não apenas fomenta o ódio político entre brasileiros, como também impulsiona a discriminação contra a comunidade venezuelana.

Mesmo após o pleito de 2018, o bordão seguiu atual na ala bolsonarista, sendo utilizado de forma recorrente em postagens e declarações públicas do próprio político e de seus apoiadores. Durante as eleições de 2022, por exemplo, o nome da Venezuela chegou a aparecer entre os *Trending Topics*⁸ do Twitter em meio a disputa narrativa sobre se o cenário nacional se tornaria ou já estaria equiparado ao daquele país (MARZULLO, 2022). Além disso, em rebate a qualquer crítica feita a respeito da gestão, sem importar o contexto⁹ ou o espectro ideológico ocupado, logo se era acusado de comunista, seguido de um sonoro “Vai para a Venezuela!” mandado como resposta. Ao mesmo tempo e talvez até paradoxalmente, é

⁷ Uma das primeiras alusões que se tem notícia ocorreu no segundo turno da campanha presidencial de 2002, quando José Serra (PSDB) já alertava sobre o “perigo vermelho” de o Brasil se transformar em uma Venezuela caso o seu opositor Luís Inácio Lula da Silva (PT) fosse eleito. Ver ULHÔA, 2002.

⁸ Os *Trending Topics* formam uma lista com os 20 assuntos mais comentados pelos usuários do Twitter em um dado momento.

⁹ A situação chegou ao cúmulo do absurdo quando um apoiador mandou uma cidadã inglesa embora de seu próprio país por não aceitar a presença de Bolsonaro durante o funeral da Rainha Elizabeth II, em setembro de 2022. Na ocasião, o político improvisou um comício eleitoral da janela da Embaixada Brasileira, em Londres.

a Venezuela que tem vindo até nós através dos cerca de 388 mil nacionais que migraram para o Brasil em consequência da profunda crise sociopolítica e econômica vivenciada nos últimos anos (R4V, 2022). De acordo com a Plataforma de Coordinación Interagencial para Refugiados y Migrantes de Venezuela (R4V), em dezembro de 2022, mais de 7 milhões de venezuelanos estavam fora do país de origem, sendo a grande maioria alocada na América do Sul (Ibid.). Nesse sentido, cabe ressaltar que, apesar de hoje figurar como o país com maior número de deslocados e refugiados no mundo, em empate com a Ucrânia, a Venezuela historicamente se constituiu enquanto nação receptora de migrantes, fato que faz da atual mobilidade um fenômeno *sui generis*.

Embora esteja longe dos nossos objetivos dissertar sobre as múltiplas razões da tão falada crise venezuelana, consideramos necessária uma contextualização mínima sobre o seu processo de gestação, entendendo que há uma relação intrínseca entre a deterioração generalizada das condições de vida no país e os fluxos migratórios em curso. Com isso, nosso intuito para a seção é destacar alguns pontos que ajudem a situar o leitor acerca dos principais elementos que compõem a diáspora venezuelana, os quais, por sua vez, implicam na experiência vivida e nas narrativas elaboradas pelos seus protagonistas. Ademais, concebemos, na minha linha de Sayad (1998), que existe um imperativo ético em abordar a “imigração” sem ignorar a sua contraparte, a “emigração”, isto é, as características particulares da sociedade de origem, os motivos que condicionam a partida e influenciam as trajetórias daqueles em deslocamento. Não se trata de enxergar as causas ditas “objetivas” e as conjunturas materiais limitantes como fatores que determinam de maneira exclusiva a decisão de migrar ou não, pois, de maneira igual, os aspectos subjetivos, tais como comportamentos, desejos e expectativas, influenciam a escolha de cada um e devem ser levados em conta.

Ao mesmo tempo, a natureza e tamanho sem precedentes da atual migração venezuelana, sem mencionar a sua indubitável complexidade, também deve ser analisada à luz de um quadro histórico mais amplo. Afinal, o cenário drástico enfrentado pelo país sulamericano, o qual perpassa dimensões econômicas, políticas, geopolíticas, sociais e migratórias, não eclodiu de uma hora para outra. Nesse sentido, um primeiro aspecto a ser sinalizado é que a Venezuela é detentora da maior reserva petrolífera mundial e que sua economia foi estruturalmente assentada sobre o rentismo deste valioso recurso energético. A exploração do ouro negro se iniciou ainda em 1865 (PDVSA, 200-?) no país caribenho-andino-amazônico e desempenhou um papel fundamental na consolidação do seu Estado-nação, que tinha como particularidade, ao contrário dos demais países da região, uma fonte natural canalizadora de dólares. Assim, a Venezuela “passou por uma metamorfose

econômica, o que a fez sair de uma trajetória muito semelhante à de seus vizinhos latino-americanos – agrário-exportadora governada por elites latifundiárias – para se transformar em uma das principais produtoras de petróleo do mundo” (PEDROSO, 2020, p.2).

Entretanto, é no século XX que a matéria prima vem a se consolidar como principal fonte energética do mundo, adquirindo importância estratégica na esfera geopolítica (FERNÁNDEZ, 2019, p.179), sobretudo a partir das atividades militares da I e II guerras. A descoberta das primeiras jazidas logo atrai a atenção dos países industrializados, em especial dos Estados Unidos, cujas petrolíferas encontram no país sulamericano as condições propícias para a exploração: não só devido a imensa fonte do recurso, dentre outros minérios como o ferro e a bauxita, mas também à complacência do Estado e das classes dominantes venezuelanas frente aos interesses e necessidades da oligarquia financeira do norte. Como se verá mais adiante, as riquezas da terra não necessariamente se convertem em desenvolvimento e autonomia para os países que as detém, algo fácil de perceber ao analisar a trajetória da América Latina. Pois, como recorda Eduardo Galeano, com o passar dos séculos, o continente pode não ser mais o reino das montanhas de ouro e prata que outrora estimularam a saga das grandes navegações ibéricas, mas “continua existindo para satisfazer as necessidades alheias, como fonte e reserva de petróleo e ferro, de cobre e carne, frutos e café, matérias-primas e alimentos, destinados aos países ricos que, consumindo-os, ganham muito mais do que ganha a América Latina ao produzi-los” (GALEANO, 2014, p.17).

Em outra passagem do seu célebre “As veias abertas da América Latina”, Galeano comenta sobre as deformações estruturais provocadas e acentuadas pelo ouro negro, aludido por ele como um “ímã” de capitais estrangeiros (Ibid., p.209), fonte de tanto de façanhas, quanto de maldições. “A riqueza natural da Venezuela e outros países latino-americanos com petróleo no subsolo, objetos do assalto e do saque organizado, tornou-se o principal instrumento de sua servidão política e de sua degradação social” (Ibid., p.212). Isso porque, conforme observam Silva e Peres (2020, p.25), nos países subdesenvolvidos, não raras vezes a receita elevada oriunda de um único recurso acaba se revertendo em um quadro de dependência crônica e pouca diversificação na economia. No caso do país bolivariano, a extraordinária abundância do petróleo, a presença das empresas estrangeiras, sua aliança com o Estado e a burguesia nacional, acompanhada de uma rápida destruição da indústria agrícola (PEDROSO, 2020, p.11), dentre outros motivos, prepara o terreno para a formação de uma cultura rentista, que, por sua vez, terá implicações diversas nas dinâmicas sociais, políticas e econômicas do país até os dias de hoje.

Além da venda de concessões a gigantes como Shell, Standard Oil e Gulf, principalmente na era gomecista¹⁰ (GALEANO, 2014, p.225; FERNÁNDEZ, 2019, p.180), a primeira metade do século é marcada pela alternância entre governos ditatoriais e alguns ensaios democráticos. No âmbito político, o marco divisor desse período se dá em 1958, quando o ditador Marcos Pérez Jiménez é derrubado como resultado de uma confluência de fatores, incluindo a pressão popular, o descontentamento de setores militares e o papel desempenhado pelo governo dos EUA, “interessado em uma mudança que não afetasse suas inversões econômicas, sobretudo a atividade das empresas petrolíferas” (FERNÁNDEZ, 2019, p.183). Também nesse ano surge o “Pacto de Punto Fijo”¹¹, firmado entre os três maiores partidos venezuelanos à época - Acción Democrática (AD), Unión Republicana Democrática (URD) e Comité de Organización Política Electoral Independiente (Copei) - com o objetivo de assegurar a distribuição clientelista da renda petrolífera que financiava o país e, por consequência, a sua estabilidade.

Essa nova fase penduraria pelos 30 anos seguintes até se esgotar totalmente em 1998, ano em que Hugo Chávez - mais um general - é eleito presidente. Contudo, a solidez do pacto de governabilidade venezuelano já não era a mesma dos tempos da “Venezuela Saudita”, forma como o país era conhecido em seus tempos áureos, desde o final dos anos 80. Após viver um repentino período de bonança econômica provocada pela alta dos preços do barril de petróleo em 1973, em virtude da guerra árabe-israelense, o país enfrentava um grave quadro de crise naquela época. Escândalos de corrupção, inflação elevada, desvalorização da moeda, déficit fiscal, dentre outros fatores, acabaram motivando a criação do “Gran Viraje”, uma série de medidas econômicas liberalizantes adotadas em 1989 pelo recém-eleito presidente Carlos Andrés Pérez. O social-democrata já havia governado a Venezuela entre 1973 e 1978, período coincidente com a primeira grande elevação dos preços internacionais do ouro negro, e era lembrado pela prosperidade econômica do seu primeiro governo (VILLA, 2005, p.156).

O momento em que a instabilidade política venezuelana se inicia coincide com a irradiação de políticas neoliberais em toda a América Latina, sob a forma de pacotes de medidas de austeridade que aumentavam o valor de serviços básicos como transporte, combustível e alimentos com o objetivo de satisfazer as imposições do Fundo Monetário Internacional (FMI). Uma vez Pérez eleito, o seu impopular pacote, o qual previa “um forte

¹⁰ Período entre 1908 e 1935, quando o general Juan Vicente Gómez governou a Venezuela por 26 anos de maneira ininterrupta. A ditadura se caracterizou pela estabilidade político-econômica garantida através da permissão de livre exploração do petróleo recém-descoberto por parte de investidores nacionais e estrangeiros.

¹¹ O Punto Fijo pode ser entendido como um pacto de conciliação das elites venezuelanas, pois agregava os variados interesses das forças armadas, da Igreja e dos empresários, ao passo em que excluía setores como o Partido Comunista, considerado como uma ameaça ao incipiente sistema democrático (VILLA, 2005).

ajuste fiscal, privatização das principais empresas estatais, com exceção da petrolífera, e o enxugamento da máquina administrativa do Estado” (VILLA, 2005, p.156), acaba sendo um dos catalisadores do episódio conhecido como “El Caracazo”, uma onda de protestos e tumultos que surgiu nas periferias de Caracas e logo se espalhou por toda a capital em fevereiro daquele ano. O movimento recebe forte repressão não apenas dos organismos responsáveis por manter a segurança pública, mas também as tropas das forças armadas, especificamente do exército, resultando em um elevado número de mortos (VILLA, 2005, p.156; FERNÁNDEZ, 2019, p.187).

A reação desproporcional do governo no afã de conter alguns casos de vandalismo, violência e saques aprofunda o clima de instabilidade e insegurança no país, bem como a desaprovação a Pérez. Em fevereiro de 1992, uma tentativa de golpe de Estado é conduzida pelo Movimento Bolivariano Revolucionário 200 (MBR-200), grupo clandestino formado por oficiais das forças armadas. A mobilização falha em tomar a capital Caracas, levando um dos encabeçadores do evento, o tenente coronel Hugo Chávez, a pedir pela rendição dos seus companheiros de luta, assim como assumir a responsabilidade pela tentativa frustrada durante uma transmissão televisiva. Mesmo mal sucedida em seus objetivos iniciais, a ação serviu para projetar o coronel insurgente no cenário político nacional, atraindo a atenção e o apoio das massas que se viam especialmente afetadas pela crise no país. Em novembro do mesmo ano, uma nova tentativa de golpe foi fracassada, dessa vez mobilizada por civis e militares, sobretudo das forças aéreas.

Com o enfraquecimento do puntofijismo, Pérez sofre impeachment em 1993 sob acusação de corrupção, instaurando-se um clima de vazio político na Venezuela. Chávez surge como uma alternativa aos partidos políticos tradicionais, propondo modificar as instituições de “dentro para fora” por meio de uma Assembléia Nacional Constituinte (VILLA, 2005, p.159), prometida em campanha. No final de 1998, ele vence por 58% dos votos válidos o seu adversário, o qual declaradamente assumia a opção pela continuidade do viés neoliberal adotado nos governos anteriores, representando um momento de ruptura na política venezuelana e do próprio continente. Cabe destacar em sua figura “o uso estratégico dos símbolos da nacionalidade, com destaque para a recuperação do discurso e do legado bolivariano” (Ibid., p.160), de forte apelo popular. Assim, Chávez se espelha no herói que havia libertado a nação venezuelana do domínio espanhol na tentativa de agora libertá-la das políticas de livre mercado implementadas por Washington.

Ao ser empossado, Chávez convoca as eleições para uma Assembleia Nacional Constituinte, que produziria uma nova constituição em substituição à de 1961. Entre as várias

reformas propostas no texto, a exemplo da alteração do nome do país para República Bolivariana de Venezuela, merecem destaque as chamadas leis habilitantes, através das quais o presidente poderia legislar por decreto em determinadas matérias. Em 2000, a Assembleia Nacional aprovou um pacote de 49 leis do tipo, sendo que duas causaram especial polêmica: a Lei de Hidrocarbonetos e a Lei de Terras (Ibid., p.162). Ambas tocavam diretamente nos interesses da elite, ao colocar o regime latifundiário como contrário ao interesse social no país, assim como exigir que o capital venezuelano tivesse maioria acionária nas parcerias com as petroleiras estrangeiras. A partir daí, surge uma radicalização nos discursos chavistas e de oposição, capitaneados por setores da Igreja Católica, militares e grupos empresariais, incluindo os conglomerados midiáticos.

O clima de polarização política permanece no país ao longo do mandato, porém Chávez consegue manter os índices de aprovação popular e eleitoral do governo elevados, sobretudo devido aos planos sociais conhecidos como “Misiones”, voltados para os setores mais marginalizados da população venezuelana e subsidiados com recursos do petróleo. Assim, a gestão aproveita a massiva entrada dos chamados "petrodólares" para financiar, além dos programas sociais, a importação dos bens consumidos no mercado interno, sem investir no desenvolvimento agrícola e industrial do país. Nesse sentido, o legado do político está diretamente associado ao comportamento positivo da economia venezuelana (Ibid., p.166), proporcionado pela elevação no preço médio da commodity em toda a década. Foi usando parte do dinheiro arrecadado com o combustível para sustentar as “Misiones” que a redução da desigualdade se tornou uma realidade possível na Venezuela, chegando a ser o país com melhor distribuição de renda da América Latina (CARTA CAPITAL, 2012), com índice de Gini de 0,404, no último ano da Era Chávez (1999-2013).

No âmbito da política externa, cabe ressaltar o papel de Chávez na promoção da integração social e econômica da América Latina através de acordos de livre comércio, a exemplo do ALBA, UNASUR, CELAC e PETROCARIBE (FERNÁNDEZ, 2019, p. 192), com posterior entrada no Mercosul, e aproximação das relações bilaterais entre os países da região. Outros destaques são a aberta oposição do líder bolivariano à política externa estadunidense, com condenações às sanções implementadas contra o Iraque, e o apoio público a Cuba e sua admiração pessoal à figura de Fidel Castro. Assim, as críticas ao modelo neoliberal de globalização, o fortalecimento da Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e o rompimento da política de isolamento da ilha caribenha, dentre outros fatores, contribuem para deteriorar as relações entre Venezuela e Estados Unidos ao afetarem

“diretamente uma hegemonia construída por mais de 100 anos de interferência, influência e dominação continental” (Ibid.).

Se por um lado o governo bolivariano pode ser lido sob a ótica da ruptura, é também verdade que ele representou uma série de continuidades, em especial no que diz respeito ao funcionamento do Estado e da economia venezuelana, sendo incapaz de superar o modelo rentista. De acordo com Silva e Peres (2020), inicialmente, Chávez até expunha em seu programa de governo a necessidade de reverter a dependência a partir do estímulo à atividade agrícola e ao desenvolvimento industrial, promovendo, assim, a diversificação no setor produtivo venezuelano. Porém, justamente o maior feito do período chavista - as mudanças socioeconômicas no sentido de redistribuir a riqueza e elevar o bem-estar geral da população - só foi possível a partir da criação de fundos de investimento estatal que eram nutridos pela renda petroleira, favorecida pela alta demanda internacional. Além disso, a divisa do petróleo “continuou servindo de suporte para ampliação da base monetária a serviço da dívida no país: em um ambiente de alta demanda agregada, fugir da inflação de dois dígitos não foi possível” (Ibid., p.31).

Em 2012, Chávez é eleito para um quarto mandato consecutivo, mas não chega a ser empossado devido ao tratamento de um câncer que, em março de 2013, o levaria à morte. Em razão do quadro de saúde debilitado, o vice Nicolás Maduro assume a presidência interinamente ainda no ano anterior, cumprindo o restante do mandato até que novas eleições fossem convocadas. Finalmente, o herdeiro político do chavismo é eleito com uma pequena diferença de 224 mil votos, vencendo o adversário Henrique Capriles por 50,61% contra 49,12% (PRESSE, 2013). Assim que a vitória é anunciada, a oposição contesta o resultado do pleito, lançando suspeitas de fraude, exigindo recontagem total dos votos e convocando protestos em denúncia à suposta inconstitucionalidade eleitoral. Paralelo ao acirramento político, Maduro tem que lidar com os graves desequilíbrios acumulados na economia durante a gestão chavista, em meio a um cenário internacional desfavorável com a queda no barril de petróleo, principal produto de exportação venezuelano.

Internamente, o decréscimo das exportações e da própria produção petrolífera, em decorrência da má gestão da estatal Petróleos de Venezuela S.A (PDVSA), com infraestrutura precária, falta de investimentos e alto grau de corrupção (GAZETA DO POVO, 2020), leva ao acúmulo de dívidas públicas. Diante do quadro, recorre-se à restrição das importações, solução perigosa para um país de economia muito pouco diversificada, sujeita, dentre outros males, à vulnerabilidade alimentar, considerando que o seu consumo interno há décadas

dependia dos bens e produtos externos¹². O corte leva a uma crise de desabastecimento generalizada de alimentos básicos, remédios e insumos médicos, assim como passam a faltar insumos para a débil indústria nacional (LEITE; CASTRO, 2021, p.80). Outra medida adotada para cobrir os desfalques nas contas públicas foi a impressão de mais dinheiro, o que, por sua vez, contribuiu para a hiperinflação, reduzindo o poder de compra, aumentando a pobreza e gerando até a escassez de cédulas (MOLEIRO, 2021).

Também contribuíram para o agravamento da crise uma série de sanções econômicas que começam a ser impostas pelos Estados Unidos a partir da Lei Pública de Defesa dos Direitos Humanos e da Sociedade Civil (113/278), sancionada pelo Congresso em 2014. Segundo informe da organização Sures – Estudios y Defensa en Derechos Humanos, a lei prevê um conjunto de medidas coercitivas semelhantes às aplicadas em Cuba, estabelecendo um bloqueio econômico, financeiro e comercial que proíbe empresas privadas, organizações da sociedade civil e outras entidades em território estadunidense a realizar qualquer tipo de transação com alguma pessoa ou entidade do Estado venezuelano (SURES, 2018). Há, ainda, sanções expressas contra o Banco Central da Venezuela, autoridade máxima na política monetária, e a PDVSA, responsável por mais de 90% dos ingressos em moeda estrangeira do país, entre outros entes estatais com competência em matéria de políticas monetárias, financeiras e de controle cambial.

Além da recessão econômica, as medidas unilaterais causaram forte impacto no acesso a itens de primeira necessidade, gerando violações no âmbito dos direitos humanos e prejudicando o direito à vida, à integridade pessoal e à saúde dos venezuelanos. Tais fatores levam uma parcela considerável da sua população, estimada em 28 milhões de habitantes pelo Escritório de População (UNPOP) da Organização das Nações Unidas (ONU)¹³, a migrar como alternativa de sobrevivência. Ainda em 2013, ano que marca o início da crise econômica e política, a fragilização das condições de vida dos habitantes do país vizinho refletiu no crescimento do número de solicitações de reconhecimento da condição de refugiado no Brasil. De acordo com dados da Polícia Federal, publicados no Relatório Anual 2022 do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), foram 49 pedidos de refúgio feitos por venezuelanos naquele ano, enquanto em 2012 apenas um caso havia sido registrado. Com o acirramento da crise, o montante foi crescendo exponencialmente, de dezena para

¹² Nesse sentido, Galeano parecia já antecipar a tragédia na qual o país se encontraria imerso tempos depois: “a Venezuela compra no exterior, sobretudo nos Estados Unidos, boa parte dos alimentos que consome. O prato nacional, por exemplo, que é o feijão-preto, chega do norte em grande quantidade, e nos sacos fulgura a palavra ‘beans’” (2014, p.227).

¹³ Ver World Population Prospects: The 2022 Revision (ONU, 2022).

centena de milhar, até chegar à cifra de 61.391 solicitações em 2018, considerado o ano recorde da série histórica. Até 2022, mais de 298 mil venezuelanos já haviam solicitado o status de refugiado em solo nacional.

Apesar da situação crítica vivida em Roraima, estado fronteiriço que é a principal porta de entrada dos venezuelanos no Brasil, foi somente em 2018 que a migração venezuelana se tornou uma pauta pública e política de maneira mais consistente no âmbito nacional. Coordenada pela Casa Civil da Presidência da República em conjunto com o Exército, a Operação Acolhida, também conhecida como Força-Tarefa Logística Humanitária, deu início à gestão do fluxo migratório venezuelano em março daquele ano. A resposta federal conta ainda com o apoio de agências da ONU e de mais de 100 entidades da sociedade civil, entre ONGs e empresas, e é organizada em três eixos: ordenamento da fronteira, acolhimento e interiorização. Assim, a Operação efetua desde o trabalho de recepção, documentação, triagem sanitária e acolhimento dos recém-chegados em abrigos na região Norte, nas cidades roraimenses de Pacaraima e Boa Vista e em Manaus, no Amazonas, até a otimização da distribuição do contingente por todo o território brasileiro.

A migração venezuelana se insere em solo verde e amarelo em um cenário marcado por profundas mudanças e incertezas no cenário político. Apesar dos recentes avanços com a aprovação da nova Lei de Migração (Lei nº 13.445/17) - em substituição ao Estatuto do Estrangeiro, marco regulatório estabelecido no período da Ditadura Militar - cabe ressaltar que a ascensão do ex-presidente Jair Bolsonaro ao poder foi marcada por uma guinada regressiva nas políticas migratórias do Estado brasileiro. Nesse sentido, destacamos que a primeira medida adotada pelo governo em temática migratória foi a retirada do Brasil do Pacto Global para Migração, acordo assinado por 164 países em dezembro de 2018, quando no término do mandato presidencial de Michel Temer. Na ocasião, Bolsonaro usou o Twitter para criticar o documento, reposicionando o migrante como ameaça à segurança nacional ao defender que este deveria se sujeitar “às nossas leis, regras, e costumes, bem como deverá cantar nosso hino e respeitar nossa cultura. Não é qualquer um que entra em nossa casa, nem será qualquer um que entrará no Brasil via pacto adotado por terceiros” (CONNECTAS, 2019).

Se por um lado a conjuntura de um governo de extrema direita, o qual lança mão de um discurso de caráter ufanista avesso aos direitos humanos, se apresenta como desfavorável às populações migrantes de maneira geral, por outro, a postura adotada frente ao fluxo venezuelano foi marcada por ambiguidades e contradições. A título de exemplo, foi no governo Bolsonaro que a Operação Acolhida se notabilizou como política de recepção “modelo”, tendo sido elogiada por vários organismos humanitários, incluindo o Alto

Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR)¹⁴. Ao mesmo tempo, a forte militarização da Operação tem sido criticada por acadêmicos e ativistas da causa migratória por ir na contramão do que prevê a Nova Lei, contribuindo para criminalizar e desumanizar os migrantes, encarados como um problema a ser gerido e controlado por forças policiais.

Na visão de Leite e Castro (2021), a militarização da assistência não se refere somente ao fato do acolhimento ser realizado pelos militares, “mas também à relação de necessidade que se põe entre o acesso à proteção nos abrigos e outros equipamentos e a exigência de regularização migratória ou ao tipo de triagem que permite a interiorização” (Ibid., p.93). Percebe-se, assim, a associação entre migração e criminalidade, de um lado, e humanitarismo e securitização, do outro, processo que repercute tanto nas apologias a uma migração segura e ordenada, quanto na visão do migrante como parte de uma massa populacional que carece de ajuda e é despojada de sua própria autonomia. Tudo isso faz pensar nos sentidos que vêm sendo elaborados em torno da migração venezuelana no país, nas tendências hegemônicas de enquadramento destes sujeitos nos discursos políticos e midiáticos e até que ponto as narrativas publicizadas pelos migrantes influenciadores nas redes sociais reiteram ou desestabilizam tais representações.

1.2 DE MALAS PRONTAS PARA O ITINERÁRIO DE PESQUISA

Feitas as nossas considerações iniciais sobre o objeto e a migração venezuelana, passamos agora para a estruturação do trabalho escrito. No segundo capítulo, apresentamos alguns dos conceitos-chave que baseiam esta dissertação, tais como pertencimento (ZANFORLIN, 2011, 2017), interculturalidade (CANCLINI, 2005), transnacionalismo (SMITH; GUARNIZO, 1998; GUARNIZO, 2004; GLICK SCHILLER, 2010; GLICK SCHILLER; FELDMAN-BIANCO, 2011; ELHAJJI, 2012) e webdiáspora (ELHAJJI; ESCUDERO, 2015). Para tanto, exploramos o encontro entre os estudos migratórios e o campo comunicacional à luz do fenômeno que se convencionou chamar de globalização, sublinhando o papel que a simultaneidade e intensificação dos fluxos midiáticos e de pessoas têm desempenhado nas mutações culturais em curso (APPADURAI, 2004). Nesta parte da discussão, abordamos porque, hoje, é impossível dissociar as migrações da esfera da midiatização, tendo em mente o papel assumido pelas novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) na consolidação dos múltiplos laços que são próprios às dinâmicas migratórias.

¹⁴ Ver ONU, 2019.

A centralidade das TICs na contemporaneidade, aliás, vai bem além da sua incorporação no cotidiano dos grupos migrantes em particular, de forma que a experiência humana como um todo se vê reordenada pela comunicação eletrônica. Tal cenário nos remete diretamente ao *bios* virtual, definido por Sodré (2014) como um ecossistema sociotécnico que nos leva a uma nova forma de ser e estar no mundo na qual tela e realidade - em seu sentido convencional - não se distinguem. Assim, a internet se apresenta simultaneamente como ambiente e recurso para a elaboração dos processos de subjetivação e sociabilidade, que passam a integrar o mundo offline. No presente trabalho, percebemos que as mídias eletrônicas não só desenvolvem e fomentam redes de caráter utilitário, dando suporte a trocas materiais e simbólicas entre os migrantes e as sociedades de origem e recepção, mas também atuam como um importante palco de experimentação e expressão identitária dos sujeitos em mobilidade.

Já no capítulo subsequente, focado na abordagem teórico-metodológica da pesquisa, justificamos a nossa opção pela etnografia como guia para o seu desenho e desenvolvimento. Em um primeiro momento, realizamos uma breve discussão sobre o que entendemos por etnografia e suas bases primordiais para, em seguida, focar nos desafios e especificidades relacionados à transposição do método para a internet. Passamos por autores como Miller e Slater (2000) e Hine (2000, 2015), considerados pioneiros nos estudos etnográficos que incorporam a web como objeto, até chegar ao conceito de etnografia multisituada (MARCUS 1995, 2012), que se mostrou adequado para investigar o ecossistema fluído e dinâmico mantido pelos migrantes venezuelanos no Brasil. Ainda neste terceiro capítulo, relatamos os passos que nos levaram a delimitação dos campos de pesquisa, apresentando as ambiências monitoradas e os interlocutores com os quais realizamos entrevistas em profundidade e mantivemos contato via aplicativos de redes sociais.

Por fim, é no capítulo 4 em que se encontra a análise do nosso *corpus*, onde conjugamos as observações e falas obtidas durante o trabalho de campo a questões teóricas transversais que permeiam uma arena interdisciplinar de estudos. Este capítulo foi dividido em dois eixos principais, os quais, por sua vez, apresentam subdivisões internas. O primeiro eixo tem como intuito dar conta do aspecto mais coletivo e organizativo do fenômeno em tela, no qual discutimos de que forma as iniciativas dos influenciadores atuam como um importante recurso de coesão e expressão dos anseios dos venezuelanos que vivem no Brasil, permitindo a articulação de diferentes critérios de reconhecimento, formas de identificação e participação. Nele encontramos suporte nos textos de Hall, Bauman, Elhajji, Zanforlin, Paiva e Peruzzo para trabalhar com os conceitos de identidade, comunidade e comunicação

comunitária, conjugados às principais ideias abordadas no segundo capítulo. A partir desse embasamento, exploramos de que forma os interlocutores fomentam uma rede de apoio cara à migração venezuelana no país, além de como constroem relações dentro do ecossistema midiático migrante, lançando mão de estratégias de diferenciação internas no afã de se fazer desejável aos olhos da sociedade anfitriã.

Complementando a discussão a respeito das complexas relações entre indivíduo, comunidade e sociedade no panorama atual, o segundo eixo teórico-analítico traz como foco a visibilidade individualizada, pensando em como a experiência pessoal do influenciador assume o primeiro plano a partir do momento em que ele constrói a si mesmo enquanto um migrante exemplar, incorporando a conduta polida do hóspede (SAYAD, 1998) e se afirmando como exemplo de superação ao mesmo tempo. Nesta etapa, refletimos sobre os aspectos que condicionam a admiração dirigida ao migrante *influencer*, abordando de que forma a percepção de acolhimento conferida através dos frequentes elogios recebidos e da própria visibilidade alcançada nas redes sociais se distancia de uma abertura pura e simples ao recém-chegado. Central ao debate é a noção de hospitalidade (SANTOS, S., 2017; DI CESARE, 2020), a qual é desenvolvida à luz da racionalidade neoliberal que avança no horizonte das migrações contemporâneas desde o crescente controle e criminalização da mobilidade humana à modulação das subjetividades por meio dos discursos de incentivo ao empreendedorismo de si.

Ao atentarmos para o entrelaçamento de lógicas a princípio conflitantes – de um lado, o individual, do outro, o coletivo – temos como objetivo mais amplo desta pesquisa oferecer uma leitura crítica e talvez menos dicotômica em torno das disputas por cidadania, autonomia e liberdade que atravessam o cotidiano dos sujeitos em mobilidade. Com isso, espera-se contribuir para os estudos que se debruçam sobre a interface entre comunicação e migração no Brasil, trazendo como elemento novo¹⁵ o foco no indivíduo migrante que se apropria da internet para falar não apenas sobre a sua comunidade, mas também sobre si mesmo. Ademais, a responsabilização do migrante pelo próprio sucesso ou fracasso e a redução do papel coletivo na resolução de problemas compartilhados, valores esses difundidos através da ideia de inspiração, confirmam o argumento de autores (DARDOT; LAVAL, 2016; BROWN, 2019) que defendem que o neoliberalismo é uma razão cujos efeitos transbordam nos mais

¹⁵ Durante a etapa de levantamento bibliográfico, realizada em plataformas de busca acadêmica como o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Google Scholar, não foi possível identificar nenhum estudo referente a migrantes influenciadores ou produtores de conteúdo, independente da nacionalidade. Já no decorrer da escrita, tomamos notícia da Tese de Doutorado “Autoapresentação, performatividade e testemunho na internet: a webdiáspora deslocada para a visibilidade do self migrante”, defendida por Otávio Ávila, em junho de 2022.

diversos âmbitos da sociedade contemporânea. Nesse sentido, a fórmula empreendedora que permeia as narrativas dos influenciadores, capaz de promover tanto aproximações quanto exclusões, também pode ser vista como sintoma da individualização de um mundo cada vez mais conectado e dividido.

2 IDENTIDADES E COMUNIDADES DIASPÓRICAS EM REDE

Este capítulo explora o encontro entre os estudos migratórios e o campo comunicacional à luz de conceitos-chave como pertencimento, interculturalidade, transnacionalismo e webdiáspora. Busco, assim, discutir as questões que envolvem a relação entre o emaranhado que genericamente se convencionou chamar de globalização e o cultural, enquanto sistema de relações de diferenças que extrapola a noção estanque de cultura (APPADURAI, 2004; CANCLINI, 2005), sublinhando o papel que a simultaneidade e intensificação dos fluxos midiáticos e de pessoas têm desempenhado nas mutações em curso. Nesse sentido, incorporamos a tese de Appadurai (2004) de que as migrações e as comunicações de massa constituem os dois principais marcos representativos da atualidade: juntas, elas converteram a imaginação em fato social, coletivo, produzindo novos efeitos sobre a constituição da subjetividade moderna. Pois é diante desse contexto de complexificação do tecido social que a narrativa unificadora do Estado-nação se enfraquece, dando lugar às “novas formas ou as reinvenções de se pertencer¹⁶” (ZANFORLIN, 2011, p.43).

Para realizar a primeira parte da discussão, parto da ideia de que a dimensão comunicacional extrapola a acepção instrumental, ligada a mídias ou produtos culturais específicos, abarcando os sentidos de vinculação social e ordenamento simbólico do mundo. O incremento nos meios de comunicação, propiciado pelo desenvolvimento tecnológico das últimas décadas, e a sua crescente incorporação no cotidiano leva uma nova forma de ser e estar no mundo na qual tela e realidade - em sua definição convencional - não se distinguem. Trata-se do surgimento de um *bios midiático* ou *virtual*, uma espécie de clave virtual aplicada à existência real-histórica do indivíduo (SODRÉ, 2014, p.117), o qual se encontra imerso nas novas configurações de capital e tecnologia levadas a cabo pelo processo globalizador. O centro da ciência comunicacional está nesse *bios*, cujo cerne seria precisamente a transformação das formas tradicionais de elaboração do comum.

Embora a globalização não seja um fenômeno exatamente novo, há que se ressaltar a mudança em termos de escala, rapidez e intensidade com que as trocas materiais e simbólicas ocorrem na atualidade quando comparadas ao passado. Aos encontros episódicos entre

¹⁶ Em outro texto, Zanforlin (2017) argumenta que, se no passado o pertencimento pôde ser problematizado a partir da distinção entre comunidade e sociedade, sendo a primeira marcada por relações afetivas e pela partilha de tradições e a segunda pelos vínculos elaborados e renovados pelo viés do Estado-nação, hoje ele não necessariamente deve ser atrelado ao conceito de território. “Pertencer passa pela construção subjetiva moldada por trocas e afinidades comuns sustentadas pela intenção de constituição de um todo” (Ibid., p.560), sendo cada vez mais amplas as possibilidades de identificação.

peças de nações distintas - hoje protagonizados por migrantes, turistas, empresários, acadêmicos, etc.; outrora, por mercadores, peregrinos e exploradores - se somam as interações mediadas por tecnologias cuja especificidade reside na relativa desterritorialização, no sentido da primazia do tempo pelo espaço, na instantaneidade e na fluidez. Essa expansão das trocas e hibridizações entre culturas coloca o intercultural como uma questão vivida no cotidiano da gente comum, mas que ganha ainda mais relevância na experiência migrante, marcada pelas relações de contato, negociação e conflito com a diferença.

A comunicação intercultural acontece a partir do momento em que o estrangeiro não pode mais recorrer exclusivamente ao seu modo de pensar habitual (SCHÜTZ, 2010), assumindo a cultura como ponte para o diálogo, mecanismo de abertura para o Outro. Ao mesmo tempo, a difusão das novas tecnologias tornou a desvinculação do universo simbólico originário mais difícil (ELHAJJI, 2005, 2011), favorecendo a emergência e/ou a consolidação de espaços identitários transnacionais. Através de suas redes e conexões entre lugares, as comunidades migrantes conseguem não só estabelecer laços na sociedade onde se inserem, mas também manter e até mesmo reforçar os elos com a cultura e o país de origem. Assim, a reestruturação global do capitalismo, com o avanço das tecnologias de comunicação e transporte, evidencia o caráter transnacional das migrações contemporâneas, ajudando a visibilizar o migrante enquanto agente ativo das transformações que se dão nas múltiplas escalas local, nacional e mundial.

2.1 A COMUNICAÇÃO INTERCULTURAL E O COMUM

Muito se fala sobre a crescente influência da comunicação e seus aparatos tecnológicos no mundo contemporâneo. Porém, seria um equívoco tomar a comunicação como mero sinônimo dos meios massivos - a imprensa, o rádio, a TV ou a internet -, reduzindo o seu escopo a um conjunto de produtos, indústrias ou gêneros discursivos. A comunicação, enquanto processo de produção, partilha e circulação do sentido através da materialização de formas simbólicas, existe desde os primórdios da humanidade, quando nossos ancestrais se comunicavam apenas através de gestos, grunhidos e expressões faciais, até que a linguagem se desenvolvesse com as pinturas rupestres, a fala e os primeiros escritos. Embora seja somente a partir do século XX que “a palavra começa a ser dita à exaustão” (FRANÇA, 2007, p.41), a sua origem etimológica remonta ao latim *communicatio/communicare* e tem como principais sentidos “partilha”, “participar de algo” ou “pôr-se em comum” (SODRÉ, 2014, p.8).

Segundo Sodré (2014), é justamente desde o início do século passado que os dicionários e, sobretudo, os *scholars* norte-americanos habituaram-se a definir a comunicação como transmissão de mensagens ou informações. Nesse sentido, o autor destaca que, ainda que tais significados não estejam contidos no termo original, eles acabaram prevalecendo sobre o sentido de “ação comum”, o que, por sua vez, relaciona-se com o fato de que, ao contrário de outras disciplinas como a filosofia e a antropologia, a gênese das pesquisas e do próprio meio acadêmico esteve diretamente subordinada às demandas do mercado. A ideia é corroborada por Vera França, ao afirmar que o esforço teórico se constituiu enquanto etapa anterior à construção de objetos distintos do conhecimento nas demais ciências sociais, enquanto no campo comunicacional teria ocorrido uma “dinâmica invertida”.

No caso da comunicação, foi o desenvolvimento das práticas, a invenção dos novos meios de comunicação que motivaram os estudos e suscitaram a reflexão. O próprio espaço acadêmico foi inaugurado ou estimulado por um investimento de ordem pragmática: cursos profissionalizantes na área de comunicação - (o de jornalismo, sobretudo) - antecederam a criação das teorias, que vieram quase a reboque (...). (FRANÇA, 2007, p.48).

Assim, os primeiros estudos específicos sobre o fazer comunicativo, ou sobre os meios de comunicação, acompanham um cenário de profundas mudanças que atingiram essa esfera, com o desenvolvimento das técnicas e o surgimento de novas mídias, além da profissionalização das práticas. Aliás, o desenvolvimento dos meios de comunicação - e da produção do conhecimento a seu respeito - se insere em dinâmicas de transformação mais amplas vividas pelo mundo, como a crescente urbanização, a consolidação do capitalismo industrial, a expansão do imperialismo e da sociedade do consumo (FRANÇA, 2007, p.52-53). De modo semelhante, com a chegada do novo milênio, uma verdadeira revolução nas tecnologias da informação e da comunicação se põe em marcha, reordenando a sociedade, suas formas de subjetivação e sociabilidade, e consigo também o quadro de teorias, as temáticas e abordagens privilegiadas.

Com a expansão das interações econômicas, sociais, políticas e culturais ao redor do planeta, a globalização vira uma palavra da moda, “que se transforma rapidamente em um lema, uma encantação mágica, uma senha capaz de abrir as portas de todos os mistérios presentes e futuros” (BAUMAN, 1999, p.7). O termo passa a conglomerar uma série de processos e dinâmicas difusas, como a globalização dos sistemas produtivos e financeiros, o enfraquecimento do Estado-nação, o aprofundamento das desigualdades e a primazia do conceito de consumidor sobre o de cidadão, apenas para citar alguns. Porém, ao contrário do

que a ideia de globalização pode transmitir à primeira vista, estamos diante de um fenômeno nada linear ou homogêneo, tampouco consensual. Nesse sentido, diferentes autores (BAUMAN, 1999; SOUSA SANTOS, 2001; APPADURAI, 2004; CANCLINI, 2006) chamam a atenção para a necessidade de encará-lo em sua complexidade, enxergando, inclusive, como tendências aparentemente opostas andam lado a lado.

Uma dessas contradições é a entre o local e o global, a qual se vincula à suposta dicotomia entre homogeneização e diferenciação. Do ponto de vista cultural, a globalização é, por vezes, entendida como processo de nivelamento e uniformização de culturas antes mais ou menos contidas dentro do território do Estado-nação. Nessa acepção, a globalização é referida como ocidentalização, americanização ou a célebre “mcdonaldização” do mundo, uma vez que os artefatos culturais que se globalizam pelo viés do consumo massivo são sobretudo ocidentais e, em especial, estadunidenses. Dessa forma, a ampla penetração dos meios de comunicação eletrônicos no cotidiano seria capaz de promover o aparecimento de uma cultura global unificada, no sentido de padronizar os estilos de vida, valores e símbolos culturais a serem incorporados.

Ainda que não se possa ignorar a existência de uma hegemonia em meio aos processos de negociação cultural, a globalização, na verdade, parece propiciar um cenário de expressão e expansão das diferenças. É o que adverte Appadurai (2004), para quem a globalização seria “um processo profundamente histórico, desigual e mesmo localizador” (Ibid., p.32). Segundo o autor, a intensificação dos fluxos de bens, capital, pessoas e informação, de fato, origina convergências e hibridizações entre as diferentes culturas nacionais, a partir do momento em que a globalização se utiliza de um conjunto de ferramentas de homogeneização, como técnicas publicitárias e tendências da moda, que são absorvidas pelas economias políticas e culturais nacionais. Porém, esses processos estão longe de conduzir a uma cultura global unívoca: “na medida em que sociedades diferentes têm modos diferentes de apropriar os materiais da modernidade, é amplo o estudo aprofundado de geografias, histórias e línguas específicas” (Ibid.).

Tal raciocínio é correspondido por Canclini, que ressalta como o desenvolvimento desigual da economia, da política e da cultura entre as sociedades influi diretamente no modo em que cada Estado-nação - ou mesmo cada região a ele pertencente - será incluído na nova lógica global.

Se considerarmos as maneiras pelas quais a globalização incorpora diferentes nações, e diferentes setores dentro de cada nação, sua relação com as culturas locais e regionais não pode ser pensada como se apenas

procurasse homogeneizá-las. Muitas diferenças nacionais persistem sob a transnacionalização, mas também o modo pelo qual o mercado reorganiza a produção e o consumo para obter maiores lucros e concentrá-los converte essas diferenças em desigualdades. (CANCLINI, 2006, p.19-20).

Entendendo a separação espacial como uma das dinâmicas integrantes do processo globalizador, podemos identificar como as tensões entre localização e globalização também emergem no campo da mobilidade humana. Pois, ao mesmo tempo em que os fluxos financeiros, comerciais e informacionais percorrem todo o globo em questão de segundos, também se percebe em curso uma tendência altamente “localizadora”, de fixação no espaço. Num mundo caracterizado pelo movimento, a distância parece pouco importar, deixando de ser vista como um obstáculo intransponível. Os meios de comunicação fornecem um vasto repertório de imagens e narrativas a partir dos quais podemos imaginar outras vidas possíveis, “que podem criar o desejo de movimento (migração) ou de aquisição (consumo)” (APPADURAI, 2004, p.54). É por isso que Bauman (1999) afirma que, “pelo menos espiritualmente, somos todos viajantes” (Ibid., p.85), embora as condições de acesso para embarcar nessa “viagem” sejam absolutamente desiguais.

Na visão de Bauman, à medida que a mobilidade vira um fator primordial de desejo na sociedade do consumo, ela se torna o seu principal fator de estratificação. O que divide a classe alta da baixa é a forma em que cada uma experiencia o tempo e o espaço, é o “seu grau de mobilidade - sua liberdade de escolher onde estar” (Ibid., p.94).

Para os habitantes do Primeiro Mundo (...) as fronteiras dos Estados foram derrubadas, como o foram para as mercadorias, o capital e as finanças. Para os habitantes do Segundo Mundo, os muros constituídos pelos controles de imigração, as leis de residência, a política de “ruas limpas” e “tolerância zero” ficaram mais altos; os fossos que os separam dos locais de desejo e da sonhada redenção ficaram mais profundos, ao passo que todas as pontes, assim que se tenta atravessá-las, revelam-se pontes levadiças. (BAUMAN, 1999, p.97).

Dessa forma, os habitantes do Primeiro Mundo - aludidos pelo autor como os “turistas” - podem ser entendidos como os homens de negócio, acadêmicos, migrantes qualificados e elites capitalistas em geral, enquanto os do Segundo Mundo - os “vagabundos” - são os indesejáveis, trabalhadores temporários, migrantes pobres, indocumentados. Os turistas escolhem quando vão e quando ficam, a depender das oportunidades que lhe ocorram, já os vagabundos têm a consciência do seu estatuto provisório e, por mais que desejem se fixar em determinado lugar, provavelmente não o farão porque sabem que lá eles não serão

bem-recebidos. A globalização gira em função dos desejos da classe dominante, formada pelos consumidores que, de fato, têm recursos para realizá-los, acumulando sensações e experiências, mas tem como efeito inevitável a transformação de muitos outros em vagabundos. Assim, “todas as pessoas agora podem ser andarilhas - de fato ou em sonho - mas há um abismo difícil de transpor entre as experiências que podem ter” (Ibid., p.96).

Independentemente se turistas ou vagabundos, o fato é que um rápido fluxo de imagens, textos e sensações midiáticos hoje adentra a vida da maioria das pessoas, seja através de notícias, seja através de produtos de entretenimento como jogos, filmes ou novelas. As novas tecnologias oportunizam o contato com diferentes culturas, estilos de vida e modos de consumo, que passam a se integrar ao cotidiano ressignificando os gostos e desejos, fazendo parte do trabalho de construção subjetiva. Aliás, graças à multiplicidade de formas que assume e à rapidez com que se move, “a comunicação eletrônica é uma ferramenta para que cada indivíduo se imagine como um projeto social em curso” (APPADURAI, p.14-15).

Em outra passagem, Appadurai utiliza a relação entre migrações e mediação como exemplo para explicar de que forma a imaginação se constitui enquanto uma das forças características dos nossos tempos. De acordo com o autor, “nunca como agora tantas pessoas parecem imaginar rotineiramente a possibilidade de elas ou os seus filhos viverem e trabalharem em lugares diferentes daqueles em que nasceram: é esta a fonte do aumento da taxa de migrações a todos os níveis da vida social” (Ibid., p.17). A fantasia é agora uma prática social, que utiliza as imagens, ideias e oportunidades que vêm de alhures e são muitas vezes transportadas pela mídia eletrônica como recurso para construção identitária nas mais diversas sociedades. Isso não significa que as aspirações, hoje, tenham maior potencial de se concretizarem, como se o mundo tivesse se tornado mais feliz, justo e igualitário. Contudo, o que se ressalta é que “mesmo a mais desesperançada das vidas, a mais brutal e desumanizadora das circunstâncias, as mais duras desigualdades vividas estão agora abertas ao jogo da imaginação” (Ibid., p.79).

A globalização é frequentemente reduzida a um fenômeno de natureza econômica (SOUSA SANTOS, 2002, p.27), marcado pela emergência de uma nova divisão internacional do trabalho, pela revolução tecnológica e pela desregulação das economias nacionais. Porém, como nos lembra Sodré (2014), a relação entre o capitalismo financeiro e a comunicação se faz, hoje, um “par indissolúvel”, de forma que o primeiro não pode ser explicado apenas por suas dimensões estritamente econômicas. Isso porque o aprofundamento da financeirização do mundo implica em um “novo modo de existência humana, correspondente a um novo modo de ser da riqueza” (Ibid., p.43), onde o par comunicação/informação atua simultaneamente

como base material e biombo ideológico, contribuindo, assim, para naturalizar a penetração da lógica do capital e da concorrência em todas as esferas existenciais do indivíduo.

Na visão de Sodr e e Paiva (2019), em um contexto marcado pela desconstru o dos laços representativos entre povo e Estado, sintetizados no modelo político de governança conhecido como democracia liberal, surge uma sociedade incivil. O conceito, vinculado a soberania do mercado em detrimento da soberania política, da atribui o da responsabilidade social ao indivíduo-cidadão-consumidor frente às institui es tradicionais,   entendido pelos autores “como um fechamento estratégico, por parte do novo capitalismo (financeiro), do tradicional horizonte civil” (Ibid., p.2). Assim, concordamos que esse fechamento, fruto da combina o do capitalismo financeiro com a crise política liberal e uma “média sem povo”, só pode ser compreendido como componente, e não anomalia, do processo de reorganiza o do mundo   luz da tecnociência eletrônica e do mercado.

A globaliza o desestruturou as economias nacionais e reduziu a esfera de a o do Estado no sentido de responder a problemas que são globais na origem, como as crises financeiras e as questões climáticas. Paralelamente, foram os próprios Estados-na o, ou pelo menos os “centrais”, que estimularam o processo de globaliza o, desregulando a economia e as rela es de trabalho, terceirizando “manufaturas, serviços, trabalho administrativo, extra o de órgãos humanos e aumento da produ o de colheitas industriais, cada vez mais em áreas com baixos custos e regulamenta o fraca” (SASSEN, 2016, p.17-18). Além disso, a ascensão do setor financeiro nas cidades globais, considerando a crescente capacidade do mercado em “securitizar a maior variedade de entidades e processos conhecidos na história até agora” (Ibid., p.18), a partir da instrumentaliza o das redes e ferramentas eletrônicas, causou profundas mudanças no tecido social, produzindo, inclusive, brutalidades.

De acordo com Saskia Sassen, as capacidades que estimularam o avanço desses sistemas e inova es técnicas não são necessariamente brutalizadoras, mas podem ser a depender do tipo de lógica organizativa, ou modelo de desenvolvimento econômico, a partir da qual operam. Seria possível esperar que tais capacidades fossem ajudar a corrigir desequilíbrios na esfera social, ampliando a qualidade de vida, fortalecendo o bem-estar e a sustentabilidade da sociedade, entretanto, o que se viu nas últimas décadas foi o oposto, com a participa o conjunta do mercado e dos governos no esfacelamento da vida comum. Não por acaso, hoje o mundo assiste a acentua o das desigualdades e da pobreza, a emergência de súbitas e prolongadas crises e, no limite, os mais variados tipos de expulsões, “de projetos de vida e de meios de sobrevivência, de um pertencimento   sociedade, e do contrato social que está no centro da democracia liberal” (Ibid., p.39).

E é frente a esse cenário de crise ética, de perda de legitimidade das instituições tradicionais e da redução do sujeito ao *homo economicus* que surge o desafio de reformular o problema epistemológico da comunicação. Pois, ao mesmo tempo em que se torna incerto o vínculo coesivo da existência humana, cada vez mais mediado por máquinas e perpassado por uma universalidade mercantil, abre-se espaço “para a emergência de um conhecimento afim à uma reedificação do sujeito humano a partir do campo comunicacional” (SODRÉ, 2014, p.126). Em um mundo onde a experiência vivida é profundamente afetada pelas novas tecnologias comunicacionais, a mídia se apresenta como ferramenta e ambiente, extrapolando o corriqueiro sentido da difusão de mensagens, imagens e discursos. Assim, a comunicação se impõe como ciência redescritiva no interior do *bios virtual*, um ecossistema sociotécnico que altera os modos de ser e estar dos grupos sociais.

Em meio a essa nova realidade, Sodré (2014) define o campo científico da comunicação como “um dispositivo de releitura das questões tradicionais da sociedade à luz das mutações culturais ensejado pelas tecnologias da informação e da comunicação” (Ibid., p.128). Extrapolando o viés funcionalista, o conhecimento comunicacional deve mover seus esforços no sentido de apreender a condição humana no âmbito das novas configurações do capital e das tecnologias totalizantes, pois seria na direção da diversidade, do encontro e da historicidade que se constitui uma ciência da comunicação verdadeiramente humana, desde o vínculo do comum até as relações organizadas pelas tecnologias contemporâneas (Ibid., p.152). Esse novo olhar sobre a comunicação advogado pelo pensador baiano coloca, portanto, a dimensão vinculativa enquanto um dos níveis operativos da “ciência do comum”.

Sodré difere a vinculação da relação considerando que a primeira não se define como um “fazer contato”, e sim como a condição originária do ser, atravessado pelo comum. A vinculação aparece, portanto, como uma força interna, invisível e inconsciente, dentro do sujeito, uma espécie de pulsão ou instinto de aproximação e partilha que não raras vezes preside a ação tomada dentro de uma relação intersubjetiva (Ibid., p.167). Esse imperativo de estar junto também coloca em cena o conceito de sociabilidade, entendida por Simmel (2006) como uma forma autônoma ou lúdica de sociação. Aqui, cabe compreender a distinção entre forma e conteúdo no pensamento simmeliano. Para o alemão, a interação se constitui a partir de “determinados impulsos ou da busca de certas finalidades (Ibid., p.59), que são o que fazem com que os indivíduos entrem em relações de interdependência, estabelecendo um estado recíproco que, por sua vez, dá origem a uma unidade, que é a sociedade. O conteúdo da sociação seria justamente tudo o que existe no indivíduo “como impulso, interesse, finalidade,

tendência, (...) tudo o que está presente nele de modo a engendrar ou mediatizar os efeitos sobre os outros, ou a receber esses efeitos dos outros” (Ibid., p.60).

As motivações que impulsionam a dinâmica interacional, entretanto, não têm natureza social, pois só passam a se constituir como fatores de socialização quando deixam de ser meros conteúdos individuais e se transformam “em determinadas formas de estar com o outro e ser para o outro que pertencem ao conceito de interação. A socialização, portanto, é a forma” (Ibid.). Assim, as formas em que a socialização se realiza são diversas, sendo ela desenvolvida em razão de necessidades e interesses específicos, ou seja, de conteúdos específicos. Mas, para além da matéria, todas as formas de socialização - Simmel utiliza exemplos tão variados quanto reuniões econômicas e bandos de assaltantes - “são acompanhadas por um sentimento e por uma satisfação de estar justamente socializado” (Ibid., p.64). Logo, a sociabilidade é a primazia da forma pura, onde as motivações concretas que delimitam as finalidades são postas de lado, já que, quanto mais acabada for como sociabilidade, mais ela adquire “um papel simbólico que preenche suas vidas e lhes fornece um significado que o racionalismo superficial busca somente nos conteúdos” (Ibid., p.65).

A partir de Simmel (2006), percebemos que o ponto chave da sociabilidade não são os objetivos ou propósitos objetivos do grupo, pois nela “nada se deve buscar além da satisfação desse instante (sociável) - quando muito, de sua lembrança” (Ibid., p.66, grifos nossos). É, antes, o interesse e o prazer imbuídos nesse estar junto, o sentimento de pertencimento que se torna um fim ou um valor em si mesmo. Com base neste raciocínio, Zanforlin (2011) observa, através das conversas e interações engendradas por migrantes africanos em um corredor de camelódromo do Rio de Janeiro, que, longe de serem desprovidos de significado, os encontros ou momentos sociáveis “são potências a serem desenvolvidas” (Ibid., p.161). Pois, independentemente das motivações por trás da ida àquele lugar, o convívio se constitui como uma forma primeira de organização social. No caso dos congolese e angolanos analisados pela autora, gestos como conversar, compartilhar experiências, comer e beber no Corredor da Central tinham como substância “o vínculo sensorial e subjetivo”, ao mesmo tempo em que ajudavam a semear a rede migratória entre os seus países de origem e destino.

Recuperando as ideias de Sodré, o vínculo é apresentado como uma propensão imanente do ser humano, que, embora passe por ele despercebido, atua como um importante laço coesivo: o vínculo é aquilo que dá liga, “a *philia* - não entendida como convenção ou acordo, mas como predisposição à sociabilidade” (SODRÉ, 2014, p.168). Tal tendência remete diretamente a comunicação, não como mera transmissão informacional, “mas como imperativo estrutural de tornar comuns as diferenças ou de unir opostos que, em sua dinâmica,

fazem circular a *philia*” (Ibid.). O processo simbólico acontece, assim, numa diversidade de tipos de trocas intersubjetivas, as quais se formam a partir de determinados impulsos e desejos, como elabora Simmel, mas que de igual se dão em conformidade com um princípio abstrato que escapa ao seu conteúdo específico: o comum, enquanto “disposição ontológica originária” (SODRÉ, 2014, p.171).

Se o comum é condição de possibilidade para qualquer troca, é também este mesmo a priori o que permite a cada sujeito reconhecer-se no outro, sendo o ato comunicacional uma forma de partilha e encontro com a exterioridade. Afinal, “vinculando-se, cada um perde a si mesmo, na medida em que lhe falta o absoluto domínio da subjetividade e da identidade (...) em função da abertura para o Outro” (Ibid., p.176). Esse reconhecimento nada mais é do que alteridade, a base para que o contato e as trocas culturais entre grupos distintos se efetive, para que o diálogo, a identificação e também o afastamento se tornem realidade. Em um mundo em que proliferam as diferenças e as desigualdades, o desafio que se coloca com frequência é este: “podemos viver intimamente, subjetivamente, com os outros, viver *os outros*, sem ostracismo, mas também sem nivelamento?” (KRISTEVA, 1994, p.9, grifos da autora).

Porque é diante de um contexto de expansão das trocas e hibridizações entre culturas, onde fronteiras antes consideradas fortemente delineadas se desvanecem, que somos levados a refletir cada vez mais sobre os processos de inclusão aliados ao direito de expressão da diferença. Nesse sentido, concordamos com Canclini (2005) que o conceito de multiculturalidade, entendido como “justaposição de etnias ou grupos em uma cidade ou nação” (Ibid., p.14), supondo aceitação do heterogêneo, tem se mostrado insuficiente para dar conta da complexidade das relações contemporâneas. Em seu lugar, a intensificação do cruzamento entre culturas induz a adoção do paradigma intercultural, à medida que todos, diariamente, nos deparamos com “uma interculturalidade de poucos limites, frequentemente agressiva, que transborda as instituições materiais e mentais destinadas a contê-la” (Ibid.). A noção de interculturalidade remete, portanto, à mistura, ao que acontece quando as diferenças se encontram, trazendo em sua significação a ideia de uma convivência que é negociada continuamente.

Se o conceito de interculturalidade presume “que os diferentes são o que são, em relações de negociação, conflito e empréstimos recíprocos” (Ibid., p. 17), podemos dizer que o diálogo entre diferentes está longe de representar sempre concordância ou sinergia. Interculturalidade pressupõe também tensões e conflitos de múltiplas ordens, algo fácil de perceber a partir da experiência daqueles que se deslocam, sendo o migrante aquele que carrega a marca da diferença no idioma, na religião, nos costumes e, frequentemente, no

próprio corpo, a depender do fenótipo, do modo de se vestir, andar e gesticular. Ocupando o lugar do Outro, o estrangeiro é visto com desconfiança e, não raras vezes, alvo do medo, da aversão e até mesmo do ódio. Ao mesmo tempo, a partir do momento em que deixa o seu território de origem em direção à nova morada, como alguém “que vem hoje e amanhã pode permanecer” (SIMMEL, 2005, p.256), ele tem seu universo simbólico familiar automaticamente confrontado com um padrão cultural que lhe é estranho e, em muitos aspectos, desconhecido.

No artigo “O Estrangeiro - Um ensaio em Psicologia Social”, Alfred Schütz aborda a típica situação em que o estrangeiro - no caso em específico, o migrante, mas que também é vivida por outras categorias de *outsiders* - se encontra no esforço de interpretar o padrão cultural do grupo ao qual ele se aproxima, fase que precede “todo possível ajustamento social e que inclui seus pré-requisitos” (SCHÜTZ, 2010, p.118). O pontapé inicial da análise do autor é a forma como o padrão cultural de um determinado grupo, isto é, “todos os valores peculiares, instituições, e sistemas de orientação e direção” que o caracterizam, se apresenta para o senso comum do indivíduo que vive em meio a seus semelhantes. Segundo Schütz, o conhecimento relacionado ao padrão cultural, embora esteja repleto de contradições e parcialidades, ganha uma aparência de coesão interna através da socialização, de forma que “qualquer membro nascido ou criado dentre desse grupo aceita o esquema já pronto e estandardizado legado a ele” (Ibid., p.121) pelos familiares, autoridades e demais círculos de convivência.

O padrão é, assim, tomado como um guia funcional e universal para as situações cotidianas nas quais os indivíduos precisam agir, tomar decisões e se relacionar, é um esquema interpretativo que se apresenta como “natural”. A experiência no cotidiano do grupo mostra ser este um modelo de ler o mundo digno de confiança, pois é autoevidente. Entretanto, ao se aproximar de um novo grupo, o estrangeiro chega como um recém-chegado: “vendo do ponto de vista do grupo aproximado, ele é um homem sem história” (Ibid., p.122), pois pode até compartilhar com ele o que virá pela frente, mas jamais as experiências do passado. Assim, ao adentrar um outro universo cultural, o modo de ser, de ver o mundo e se relacionar do estrangeiro é colocado em xeque. O seu pensar habitual é abalado ao perceber que o quadro de referência trazido do grupo de origem não é válido dentro do grupo aproximado, que a sua forma de agir não corresponde ao que se espera no entorno. É dessa forma que o que antes era parte da rotina torna-se um desafio.

Em outras palavras, o padrão cultural do grupo aproximado para o estrangeiro não é um abrigo, mas um campo de aventuras, não uma coisa natural, mas um questionável tópico de investigação, não um instrumento para desvendar situações problemáticas, e sim ele mesmo uma situação problemática e difícil para dominar. (SCHÜTZ, 2010, p.128).

Semelhante à Schütz, para Simmel (2005), o estrangeiro tem a sua posição determinada na sociedade pelo fato de a ela não pertencer desde o princípio. Entretanto, o estrangeiro como aquele que não vai embora é também quem “se encontra mais perto do distante” (Ibid., p.265), ocupando um lugar limítrofe - e frequentemente ambíguo - entre o viajante que ainda não superou o movimento de ir e vir e o membro do grupo. A combinação entre distância e proximidade é o que faz Simmel pensar nele como alguém que se coloca frente às tendências particulares do grupo com uma postura objetiva. Tal objetividade é definida pelo sociólogo alemão como “um tipo especial de participação, como uma espécie utilitária de observação” (Ibid., p.267), ou seja, uma perspectiva pragmática adotada por quem está fisicamente perto, embora simbolicamente longe. É uma competência crítica derivada não apenas do fato de ser alheio aos valores, tradições e interesses do grupo aproximado, mas também do seu convívio com o mesmo, que possibilita a compreensão a partir de dentro. Assim, tanto Schütz quanto Simmel parecem concordar que a experiência de transitar entre culturas liberta o indivíduo de preconceitos, à medida que o faz questionar e refletir sobre o que a priori estava dado.

Ao longo da pesquisa, identifiquei que uma das temáticas recorrentes tratadas pelos venezuelanos em suas redes sociais são os choques culturais enfrentados ao chegar no Brasil. Situações engraçadas e constrangedoras vividas devido ao uso de termos “falsos amigos”, entendidos de maneira dúbia, ou mesmo desconfortos sentidos ao reproduzir hábitos com os quais não estava acostumado, como bater palmas para chamar o morador da casa, são relatadas como meio de advertir o seguidor a não entrar em “saias justas” e se preparar para lidar com a diferença: “veja como coisas que um tem super internalizadas podem não ser tão normais em outros lugares”, afirma uma de nossas interlocutoras em seu canal no Youtube. No vídeo, a migrante fala com a autoridade de alguém cuja suposição de que “o mundo era igual a Venezuela” logo se provou equivocada ao se deparar com “tradições estranhas” - e.g. consumir feijão diariamente, vestir roupas brancas no Ano-Novo e ser chamada de “tia” por crianças sem qualquer laço de parentesco, etc. - ilustrando de que forma o padrão cultural se apresenta como um guia prático ilimitado para o membro de um dado grupo, ao mesmo tempo em que tem a sua inconsistência prontamente revelada no novo ambiente.

Diante de um mundo circunvizinho com o qual não está familiarizado, o estrangeiro é levado a indagar, tatear, aprender e, por fim, incorporar as novas regras para se adaptar. Para ser bem sucedido nesse processo, inicialmente ele tem que traduzir os termos do padrão cultural com o qual se defronta nos termos do seu padrão originário, na esperança de que “existam, na melhor das hipóteses, equivalentes interpretativos destes termos” (SCHÜTZ, 2010, p.124). Nesse sentido, para comunicar com a sociedade receptora, cabe ao estrangeiro o movimento de uma dupla tradução: ele não somente tem que exteriorizar aquilo que pensa, isto é, converter uma ação interior - sentimentos, opiniões, percepções, etc. - em exterior, mas também adequar isso à coesão da outra cultura. Na outra ponta, também o seu interlocutor é desafiado a dar um passo além, encaixando a ação externa do outro na sua grade simbólica e interiorizando-a com base nessa gramática. Porém, “no momento em que a ação do outro não puder ser interpretada de acordo por não corresponder com os próprios modos de pensar, falar e atuar” (SCHRÖDER, 2008, p.44), os participantes enfrentam incompreensibilidade, distanciamento e questionamentos quanto à própria competência e à do outro.

Essa não é uma característica própria da comunicação intercultural, considerando que é da ordem do processo comunicativo em si estar sujeito a ruídos. A comunicação contém o paradoxo de ser subjetiva, à medida que cada ser comunicante carrega consigo uma perspectiva de mundo, um modo de se ver e expressar, ao mesmo tempo é que é responsável por construir o solo para o entendimento mútuo. Entretanto, nas relações interculturais, o diálogo se apresenta mais suscetível à falibilidade (Ibid.), pois cada participante tende a seguir o seu próprio sistema cultural de orientação para poder interagir, dando origem a interpretações divergentes, desencontros e mal-entendidos. Isso não significa que a comunicação entre diferentes seja uma impossibilidade, tampouco que a fonte do problema seja o migrante, frequentemente visto pela sociedade anfitriã como incapaz de ajustar-se ao novo local, aprender seu idioma e códigos sociais. O diálogo, na verdade, só será impraticável enquanto a diferença for fomentadora de medos, sendo este o caminho para a exclusão.

A interculturalidade, pelo contrário, assume o compartilhamento de universos de sentido como meio para a negociação, o que implica uma postura reflexiva não só sobre o sistema cultural do Outro, mas também o seu. Trata-se da vontade da inter-relação e não da dominação de uma expressão em detrimento de outras. A realidade contemporânea, com seus fluxos e refluxos de imagens e migrantes, põe em marcha uma hibridização cultural nunca antes vista, contrariando a concepção de identidades fixas e essencialistas e fornecendo um terreno propício para a afirmação das singularidades. Resta à sociedade entrar em melhor sintonia com os tempos, pois só seremos capazes de conviver, isto é, *ser com* os outros, como

nos sugere Kristeva, quando reconhecermos que o estrangeiro habita em nós e que, portanto, somos todos estrangeiros. “Não se trata simplesmente, no sentido humanista, de nossa aptidão em aceitar o outro, mas de estar em seu lugar - o que equivale a pensar sobre si e a se fazer outro para si mesmo” (KRISTEVA, 1994, p.21).

2.2 O VIVER TRANSNACIONAL

A diversidade que marca o mundo contemporâneo, ao mesmo tempo em que é uma inegável fonte de riqueza simbólica, como já mencionado, também é portadora de conflitos e tensionamentos. Na contramão da alteridade radical proposta por Kristeva, capaz de identificar, reconhecer e incorporar o lugar do Outro, no campo da mobilidade, cada vez mais se assiste à multiplicação de fenômenos que se encaminham rumo ao fechamento seletivo, com o aumento dos controles fronteiriços, a permanente problematização das migrações e da figura do migrante, a retórica da crise e as políticas de governança que insistem em criminalizar segmentos específicos. A esse respeito, autores como Mezzadra (2012) e Feldman-Bianco (2018) sugerem a emergência de um sistema de controle global dos fluxos migratórios, ancorado simultaneamente numa racionalidade tecnocrática e na produção de categorias sociais, que multiplica os estatutos jurídicos, as exigências de documentação, os muros e as cercas de segurança, dentre outros dispositivos que visam a filtrar e diferenciar os tipos “desejáveis” daqueles considerados como “indesejáveis”.

Para ambos pesquisadores, existe uma relação intrínseca entre a eclosão desse regime de controle migratório e a lógica da governamentalidade neoliberal, com sua ênfase na flexibilização do capital e do trabalho, terceirização e governança tecnocrática. Embora as legislações migratórias de diferentes Estados-nação, incluindo o Brasil, historicamente tenham criado mecanismos para lidar com a chegada de novos contingentes aos seus territórios, o que se sublinha é que os processos de globalização e financeirização do capital propiciaram políticas de gestão populacional ainda mais sofisticadas do que as suas antecessoras. Ao falar em um regime global, longe de nos referir ao surgimento de um governo politicamente integrado e unificado das migrações, remetemos à circulação de técnicas e programas administrativos de controle, por meio de organismos internacionais, que contribuem para padronizar e disseminar visões hegemônicas sobre o fenômeno migratório e, assim, consolidar lógicas policialescas e securitizadas dentro dos territórios nacionais (MEZZADRA, 2012, p.86; FELDMAN BIANCO, 2018, p.14).

Nesse sentido, a ideia mesma de governança é sintomática da racionalidade neoliberal que se estende a um conjunto de instituições para além das empresas, abarcando a academia, o meio político, as agências públicas, as organizações não governamentais, etc. É o que adverte Wendy Brown (2019) ao ressaltar de que forma “a governança opera como “uma epistemologia, uma ontologia e uma prática despolitizantes” (Ibid., p.21), inclusive no que se refere ao vocabulário empregado nas políticas públicas, que muitas vezes contribui para escamotear o exercício da autoridade e do poder. “Assim, na linguagem da governança, ‘diretrizes’ substituem leis, ‘facilitação’ substitui regulamentação, ‘padrões’ e ‘códigos de conduta’ (disseminados por uma série de agências e instituições) substituem policiamento e outras formas de coerção estatal” (Ibid., p.17, grifos da autora). Tais características ecoam, por exemplo, na atuação da Operação Acolhida - que, além de dispor de um fundo financeiro privado, sintoma da intensa fusão entre Estados e iniciativa privada - adota uma abordagem técnica e prática, típica do modelo empresarial, frente aos “problemas” da migração venezuelana, bem delimitados nos seus três pilares fundamentais: ordenamento da fronteira, abrigo e interiorização.

Rejeitando a vitimização da figura do migrante, Mezzadra (2012) incorpora a abordagem autonomista das migrações como caminho metodológico para apreender o caráter conflitual da produção subjetiva no capitalismo, através da dialética de assujeitamento e subjetivação. Para ele, as migrações “se constituem um campo de pesquisa privilegiado ao lançar luz sobre a heterogeneidade constitutiva da composição do trabalho vivo no interior de um capitalismo que apresenta de maneira cada vez mais marcante seu caráter pós-colonial” (Ibid., p.72). Tal heterogeneidade se caracterizaria, de um lado, pelas tentativas de controle dos fluxos, com vistas a transformá-los em processos ordenados, *just in time*, e do outro, pelas práticas em que os migrantes exprimem sua autonomia, com a produção de espaços sociais transnacionais e o seu contínuo atravessamento identitário. Não por acaso, Mezzadra concebe as migrações como “um extraordinário laboratório de produção de diferença” (Ibid.), enfatizando como as práticas subjetivas, os desejos e as expectativas dos migrantes se inscrevem no interior de lutas e enfrentamentos mais amplos.

Adotando a perspectiva da autonomia, o autor sublinha como os migrantes não estão alheios aos dispositivos de dominação e exploração forjados pelo Estado e pelas leis, se não agem sobre eles. Isto é, ao lado das hierarquias e barreiras que se erigem, também novas práticas de emancipação e igualdade são elaboradas. A clandestinização ou irregularização em massa - condição deliberadamente produzida para explorar a mão de obra -, por exemplo, ao contrário de se mostrar como um processo verticalizado de imposição da lei pelo Estado, é

movida por conflitos, nos quais as lutas dos migrantes constituem um elemento vital. Nesse sentido, o próprio conceito de cidadania, entendido enquanto estatuto jurídico formal, poderia ser reformulado, considerando que, independentemente do status, na prática tais sujeitos já atuam como cidadãos. Mezzadra coloca em primeiro plano, assim, uma “dimensão militante da cidadania (o direito a reivindicar direitos)” (Ibid., p.97, grifos do autor), defendendo que não se trata de enxergar os migrantes, regulares ou irregulares, como uma espécie de vanguarda, mas situar as lutas, tensões e violências que atravessam as políticas de mobilidade internacional no campo da experiência subjetiva.

Para compreender melhor a argumentação de Mezzadra, cabe ressaltar que a perspectiva defendida pelo italiano compreende as migrações como uma força criativa dentro das estruturas sociopolíticas e econômicas (Ibid., p.73). Embora não sejam reconhecidos como sujeitos políticos plenos, grupos de migrantes atuam politicamente, fazendo emergir uma noção de cidadania enquanto exercício ativo, que prescinde da legitimação da autoridade de um Estado-nação. Obviamente, a negação de direitos políticos têm implicações diretas em suas vidas, afetando a integração na sociedade receptora e despojando-os de sua própria humanidade. Contudo, é esta mesma condição precária e subalterna que coloca em xeque um dos elementos basilares da democracia, que é o direito à participação política e ao voto. Se os migrantes são tratados de maneira diferencial com relação aos nacionais, é também o estatuto que os qualifica enquanto minoria¹⁷ o que leva à necessidade de construir pautas conjuntas na diáspora. Assim, a mobilização social, política e cultural migrante tem o potencial de desestabilizar a concepção normativa de cidadania à medida que questiona a exclusão e demanda direitos, articulando lutas emancipadoras, e, assim, aspirando a um ideal de igualdade e liberdade universais.

Criticar a objetivação do migrante, resgatar a sua condição de sujeito dotado de voz e história particulares, dando atenção à sua capacidade de agência e protagonismo, e reclamar um novo olhar que enxergasse o fenômeno migratório em sua complexidade foram algumas das valiosas contribuições trazidas pelo argelino Abdelmalek Sayad muito antes do enfoque autonomista ou da perspectiva transnacional, próximo tópico que iremos explorar, se consolidarem. Nesse sentido, um dos aportes analíticos e metodológicos mais importantes presentes em “A imigração ou os paradoxos da alteridade” (1998) é a concepção da migração como um “fato social completo”, um itinerário de atravessamentos não somente físicos, mas

¹⁷ Cabe notar, como faz Elhajji (2017), que os migrantes são minoritários não apenas no sentido qualitativo, enquanto categoria social marginalizada, mas, via de regra, também em termos numéricos, quando comparados ao montante de nacionais da sociedade anfitriã.

também sociais, econômicos, políticos e culturais, considerando que todo espaço é dotado de sentidos. Definindo a experiência social do migrante como totalidade, o pensador ressaltava a necessidade de não ignorar a dupla face da imigração, a emigração, como costumam fazer os discursos dominantes ao reduzir o fenômeno a um mero deslocamento da força de trabalho, sem considerar os fatores que levam à sua gestação e reprodução.

Na análise de Sayad, enquanto a emigração ficava como a parte esquecida do fenômeno, os estudos dedicados à imigração já eram abundantes e diversificados em sua época, tendo como objeto os diferentes problemas sociais que foram construídos como “os problemas da imigração” (SAYAD, 1998, p.14). Para o argelino, o discurso sobre a imigração e, por consequência, sobre o imigrante, estaria fadado a representá-los enquanto um problema social e político imposto de fora. Pois, “de fato, o imigrante só existe na sociedade que assim o denomina a partir do momento em que atravessa suas fronteiras e pisa seu território; o imigrante “nasce” nesse dia para a sociedade que assim o designa” (Ibid., p.16). Logo, a sociedade receptora reivindica o direito de desconhecer toda história que antecede esse nascimento, as circunstâncias e condições que a engendram, focando no que realmente lhe importa: a imigração durante o seu curso, que se constitui como uma questão de ordem prática.

Associar um grupo social a um conjunto de problemas, no caso em específico, a documentação, a empregabilidade, a moradia, a língua, a integração, dentre outros, aparece como o índice mais claro da percepção coletiva que se tem da migração e dos migrantes como problemáticos. Além disso, a migração é também vista como uma condição passageira, afinal “um imigrante só tem razão de ser no modo do provisório e com a condição de que se conforme ao que se espera dele” (Ibid., p.55). Esse estado de excepcionalidade frisa o lugar que o migrante ocupa entre o ser e o não ser-social, a quem “é forçoso conceder-lhe um mínimo” (Ibid., p.60), o pior dos alojamentos, o tratamento mais econômico ou qualquer outro recurso que seja apenas o necessário para garantir a sua sobrevivência imediata, produzindo um estado de precariedade que, aos poucos, se torna permanente.

A espoliação, os preconceitos e injustiças que sofre, assim como todas as especificações pelas quais é definido e identificado encontram sua gênese e sua justificação retórica “no estatuto político que é próprio do imigrante enquanto ele não apenas um alógeno, mas, mais do que isso, um “não-nacional” que, a este título, só pode estar excluído do campo político” (Ibid., p.58). É a exclusão política do migrante, privado dos direitos e deveres designados pela ordem jurídica de um determinado Estado aos seus cidadãos, o que fundamenta as demais características que constituem a sua condição enquanto presença

provisória e tão somente subordinada ao trabalho. A combinação dessas percepções e representações coletivas colaboram, assim, para ocultar e negar o caráter intrinsecamente político do fenômeno migratório (Ibid., p.97), impondo uma espécie de neutralidade exigida não só ao próprio migrante, mas ao fato social como um todo.

Concebendo o imigrante enquanto um não-nacional presente em outra ordem nacional que não a sua, e ao mesmo tempo, o emigrante enquanto o ausente que se encontra fora da nação de origem, fica evidente como a experiência migratória é o lugar onde a confrontação com a ordem nacional, isto é, a distinção entre nacional e não-nacional, se realiza. É sobre isto que reflete Sayad no texto “Estado, nação e imigração: a ordem nacional ante o desafio da imigração” (2008), ao afirmar que a figura do migrante é vista como perigosa pelo Estado por revelar o seu caráter arbitrário e desmascarar seus pressupostos básicos. A migração pode ser entendida como uma situação-limite que força a questionar o próprio ideal de nação, ao subverter a tríade povo/Estado/território, na qual o Estado tem como base a nação, onde os indivíduos que fazem parte do povo se identificam a partir de uma genealogia em comum. Como tão bem explorou o sociólogo em suas análises sobre a migração argelina na França, à medida que dura o contato dos migrantes com a sociedade anfitriã, os limites entre os grupos envolvidos se embaralham em conjunto com os seus princípios constituintes, explicitando, assim, os paradoxos colocados pela migração.

Não se trata de um jogo fácil da dialética da identidade e da alteridade, no qual o nacional só pode existir por meio da oposição ao seu negativo, o não-nacional (SAYAD, 2008, p.102). O migrante é, assim, pensado como aquele que, apesar de viver num determinado Estado, não pertence ao círculo daqueles que possuem a nacionalidade correspondente. Contudo, ele é um nacional, já que no fundo a migração se trata “sob a aparência da transferência de mão de obra (de mão de obra somente), da transferência de cidadãos ou membros de uma nação, portanto, de sujeitos políticos” (Ibid., p.109, grifos do autor). Acontece que tanto a natureza quanto os seus efeitos políticos não podem ser confessos, sendo objeto de dissimulação dos atores fundamentais do fenômeno migratório, os Estados e o próprio migrante, para que o processo garanta a sua perpetuação sem que ambas as ordens nacionais sejam afetadas. A arbitrariedade que se produz na figura social do migrante, como se percebe, está intrinsecamente relacionada aos mecanismos de produção e pensamento de Estado, que se pauta pela lógica de inclusão e participação na vida política através da cidadania formal, por sua vez definida pelo pertencimento à nação.

Para superar o referencial nacional, cujas categorias e esquemas de pensamento imbuem a forma em que a migração é percebida na sociedade, irradiando para os discursos

científicos e as teorias sociais dominantes, Sayad advoga uma mudança radical na forma de compreender o fenômeno a partir de um discurso crítico sobre a ordem da imigração e da emigração. “É necessária uma ruptura verdadeiramente herética com essas duas ordens para conceber e fazer concebível, para prever e fazer previsível, para enunciar e anunciar de outro modo a relação possível entre um e outro” (Ibid., p.111). Assim, quando insiste em pensar sobre o forte entrelaçamento entre Estado, ordem nacional e migração, Sayad chama a atenção para a necessidade de conceber as migrações para além das fronteiras nacionais, apontando que é o incômodo trazido pelo próprio migrante na sociedade receptora o que nos obriga a repensar a questão dos fundamentos legítimos da cidadania e da relação entre “duas ordens políticas, duas nações e duas nacionalidades e não só dois países, duas sociedades, duas econômicas, como é habitual pensar e dizer” (Ibid., p.110).

Com base nestas ideias, concordo com Gil no sentido de que, ao se antecipar às críticas do nacionalismo metodológico, Sayad poderia até mesmo ser considerado como um precursor longínquo da perspectiva transnacional, promovida nos EUA a partir dos anos 1990 (GIL, 2010, p. 243). O conceito de transnacionalismo ganha destaque através das novas práticas e espaços sociais surgidos no contexto das migrações contemporâneas, sendo frequentemente atrelado à mediação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) por serem facilitadoras no estabelecimento de vínculos, conexões e interações que transcendem os limites territoriais do Estado-nação. A perspectiva do transnacionalismo aparece como um marco epistemológico fundamental para a superação do chamado nacionalismo metodológico, definido por Nina Glick Schiller como “uma orientação ideológica que aborda o estudo dos processos sociais e históricos como se estivessem contidos dentro das fronteiras de Estados-nação” (GLICK SCHILLER, 2010, p.28).

A crítica ganha fôlego em meio a um cenário em que o papel e a importância dos Estados tem sido modificada pelos rearranjos institucionais globais, exigindo um olhar analítico que não esteja confinado às fronteiras nacionais. Trata-se de considerar que a noção de um mundo intensamente conectado por fluxos econômicos, políticos, culturais e sociais também afeta o processo migratório, com suas práticas que estabelecem pontos de contato entre lugares, o que inclui os territórios de origem e destino, mas não só. Smith e Guarnizo entendem o transnacionalismo como um processo multifacetado e multilocal (SMITH; GUARNIZO, 1998, p.6), rejeitando explicitamente o binarismo entre o local e o global adotado em certos discursos acadêmicos formulados sobre a globalização. Os autores discordam, ainda, quanto a existência de um “terceiro espaço” imaginário onde as práticas transnacionais supostamente se realizariam, visão esta que cria uma imagem

desterritorializada dos migrantes e tende a valorar o transnacionalismo como se fosse um processo invariavelmente liberatório e sem fronteiras (Ibid., p.11).

Embora o adensamento das redes migratórias tenha, de fato, atingido um nível sem precedentes - em razão das inovações tecnológicas nos meios de transporte e comunicação, que, por sua vez, colaboram na reprodução dos campos sociais transnacionais - , Smith e Guarnizo afirmam que as práticas transnacionais não podem ser desvinculadas das restrições e oportunidades contextuais. Ao conectar coletividades localizadas em mais de um território, tais ações “estão consubstanciadas em relações estabelecidas entre pessoas específicas, situadas em localidades inequívocas, em épocas historicamente determinadas” (Ibid., p.11). Nem todos os processos migratórios, portanto, carregam um sentido de transnacionalismo, variando conforme a diversidade das experiências individuais e das condições econômicas, políticas e culturais encontradas nas sociedades onde as vidas dos migrantes se estabelecem. Em linhas gerais, quanto mais recursos, maiores as chances de participação nas dinâmicas transnacionais.

Guarnizo denomina esse conjunto de práticas transfronteiriças como “viver transnacional”, o qual abarca relações multidirecionais que emergem “da pressão por manter e reproduzir seu ambiente sociocultural de origem à distância” (GUARNIZO, 2004, p.15). Na visão do autor, o viver transnacional gera dois processos principais: o primeiro é associado ao desejo do migrante de reproduzir seus costumes e práticas culturais para manter suas múltiplas lealdades no exterior, gerando “uma demanda de tamanho considerável de bens e serviços da sua localidade e país de origem” (Ibid., p.26). Já o segundo se relaciona a manutenção dos compromissos e relações com a sociedade de origem, que demandam bens e serviços de comunicação e transporte. Ou seja, tais estruturas sociais transnacionais são alimentadas simultaneamente pelas redes sociais dos migrantes e suas formas de organização social, como festividades, participação em associações e outros eventos que demandam produtos específicos como comidas, bebidas, trajes, etc. provenientes do mercado nacional, bem como por meios tecnológicos mais indiretos que permitem permanecer em contato com amigos e familiares, visitar o país de origem e se envolver em atividades políticas. Enquanto o primeiro grupo leva pequenos e grandes negócios nacionais a expandirem sua clientela para além da fronteira, o último gera lucros tão expressivos, sobretudo nos ramos da telefonia e do transporte aéreo, que é alvo de disputa contínua das grandes corporações (Ibid., p.29).

O viver transnacional constitui um campo de trocas e interconexões que afeta diferentes atores - indivíduos, grupos e instituições - situados em mais de um território nacional. Tais relações colaboram para configurar as condições de vida dos migrantes no

novo país, que, como se sabe, estão longe de serem uniformes. Nesse sentido, o viver transnacional é dependente da disponibilidade de recursos e do posicionamento sociocultural dos migrantes, além do contexto do local onde vivem. “As condições contextuais nestas localidades variadamente facilitam ou impedem, alimentam ou desanimam, reclamam ou impedem algumas ou todas as atividades transfronteiriças que formam o viver transnacional” (Ibid., p.18). É a vinculação do viver transnacional com estruturas sociais mais amplas o que explica que, sob determinadas condições, tais dinâmicas podem ser mais ou menos extensivas entre as gerações ou mesmo ser redutível a um campo de ação dominado por um pequeno grupo privilegiado.

Na mesma linha, Glick Schiller (2010) enfatiza que as migrações são moldadas por hierarquias globalmente estruturadas, de forma que as práticas engendradas pelos migrantes, a exemplo do envio de remessas, podem reconfigurar relações como parte integrante dos processos transnacionais que reconstituem localidades de maneira desigual. “Essas localidades podem ser cidades natais, mas os migrantes também podem optar por investir em propriedades e negócios em capitais ou cidades-chave que não eram seus lugares de origem” (Ibid., p.38). A conjuntura que facilita o envio de remessas e o investimento por parte dos migrantes em determinadas localidades se relaciona, por conseguinte, tanto às condições vivenciadas pelos migrantes no local e país de assentamento, quanto àquelas que os parentes e outros membros da sua rede social que foram “deixados para trás” ou que vivem em outro lugar enfrentam.

Diante desse quadro de complexificação das migrações, Glick Schiller advoga por uma abordagem global do fenômeno, examinando a sobreposição de interesses das elites nacionais, das instituições financeiras e das potências imperialistas, entre outros, como atores das condições que delineiam o movimento de pessoas e a conexão transnacional. Trata-se de recuperar um enfoque que não utilize os Estados-nação como categorias de análise, mas sim considere a constelação de forças (que inclui Estados, porém não se restringe a eles) que configuram as condições da migração, as quais se constituem mutuamente à medida que os migrantes respondem, modulam e desafiam as múltiplas redes de poder (GLICK SCHILLER, 2010; GLICK SCHILLER; FELDMAN-BIANCO, 2011) em vigor.

Ao fazer um chamado para que os cientistas sociais recuperem - e não desenvolvam - essa perspectiva global, Schiller explicita que o transnacionalismo não se trata de uma lente totalmente nova, “uma vez que aspectos deste abordagem foram difundidos durante o período de globalização que ocorreu de 1880 a 1920” (2010, p.28). Na visão da autora, o geógrafo e etnólogo alemão Friedrich Ratzel, que tratava as migrações como um princípio natural e

característico da história humana, ligado à distribuição de recursos no espaço, teria sido pioneiro ao entender o envio de remessas para compra de terras, criação de empreendimentos e suporte aos familiares que ficaram no território de origem como um aspecto típico da migração. Entretanto, conforme observaram Glick Schiller, Basch y Szanton-Blac em suas obras seminais, “Towards a transnational perspective on migration” (1992) e “Nations unbound” (1994), as redes transnacionais ainda não haviam sido devidamente exploradas pelos estudos migratórios, ainda que fossem evidentes (GLICK SCHILLER; FELDMAN-BIANCO, 2011, p.23). Assim, a virada epistemológica foi alentada pelo contexto pós-Guerra Fria, no qual as conexões tecidas pelos migrantes se visibilizaram em decorrência da intensificação dos fluxos econômicos, políticos, culturais, sociais e informacionais ao redor do globo.

Em uma conjuntura anterior ao surgimento ou à popularização de aparatos eletrônicos como telefones, faxes, computadores e gadgets, também Sayad já mostrava a importância que diferentes formas de comunicação, como a carta escrita, as mensagens orais trazidas por intermediários que transmitiam notícias e enviavam dinheiro para a família do emissor e, posteriormente, as gravações em fita cassete, desempenhavam na sustentação das relações entre os migrantes argelinos, seus parentes e compatriotas. Os relatos, nesse caso, serviam como uma maneira de aliviar as ausências geradas pelo deslocamento, comunicar acontecimentos, projetos, pedidos, conselhos, além de “lembrar das obrigações para com sua família” (SAYAD, 1998, p.140). Na outra ponta, a vida dos que ficam, pelo fato de pertencerem a uma comunidade tão intimamente atravessada pela migração, era marcada pela periodicidade dos fluxos materiais e humanos, isto é, das cartas, remessas e retornos, que provinham da França (Ibid., p.41). Vale destacar que, embora contínuo, esse contato não era dos mais regulares, já que amiúde dependia dos vagarosos serviços postais ou das viagens feitas pelos migrantes ao longo de suas idas e vindas.

Os atravessamentos físicos, sociais, simbólicos e subjetivos que fazem parte do processo migratório levam seus atores a aderirem a uma multiplicidade de territórios, algo que se materializa na sua experiência cotidiana, nos relacionamentos e projetos pessoais. A distância geográfica, a precariedade e os elevados custos envolvidos no uso dos meios de comunicação anteriores aos dispositivos eletrônicos, contudo, historicamente se constituíram enquanto obstáculos concretos para a manutenção dos quadros afetivos originários. Em virtude das limitações técnicas da época pré-global, a tendência era que, à medida que o migrante se ajustasse a nova sociedade - se apropriando de seus códigos e, gradativamente, se afastando do universo simbólico que lhe era familiar - seus problemas específicos de

estrangeiro fossem resolvidos (SCHÜTZ, 2010, p.129). No momento atual, em contrapartida, o reordenamento das formas de sociabilidade e construção subjetiva em torno das TICs tornou mais difícil esse “corte umbilical” com relação à comunidade procedente.

É com base nesta percepção que Elhajji (2012) defende que o conceito de transnacionalismo deve ser examinado à luz do conjunto de transformações responsáveis por remodelar a paisagem sociopolítica da nossa época. O intelectual define a noção como os “modos de organização e ação das comunidades humanas inseridas em mais de um quadro social nacional estatal, tendo referenciais culturais, territoriais e/ou linguísticos originais comuns” (ELHAJJI, 2012, p.34), cujas interconexões transbordam as fronteiras formais dos Estados-nação. Refere-se, assim, a um fenômeno típico da realidade contemporânea, marcada por rupturas iniciadas há pelo menos dois séculos, a partir da colonização, da industrialização e da urbanização, dentre outros, e finalmente arrematadas com o *boom* midiático e o barateamento dos meios de transporte. Esta perspectiva nos interessa dado que coloca como traço decisivo desse quadro de construção de espaços sociais abertamente transnacionais o papel desempenhado pelas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) em sua efetivação.

Como iremos detalhar a seguir, a maior capacidade e amplitude de acesso às ferramentas comunicacionais têm colaborado para evidenciar e exacerbar as trocas e interações estabelecidas pelos migrantes em meio ao contexto de reestruturação global do capitalismo. Se as tecnologias beneficiam a manutenção simultânea de vínculos aqui e lá, também é certo que “são as práticas cotidianas dos migrantes que fornecem uma estrutura de sentido aos atos de travessia de fronteiras, vivendo em lares binacionais e reproduzindo relações sociais transnacionais” (SMITH; GUARNIZO, 1998, p.18-19). O fato é que, cada vez mais, os migrantes movem esforços para construir e manter laços com familiares, amigos e demais membros da comunidade originária enquanto tentam se erradicar no novo país. Nesse sentido, eles se valem das relações estabelecidas com o país de nascimento, acionando contatos e estabelecendo redes, com fins de procurar emprego, moradia e apoio em geral, para assim poder consolidar seu projeto migratório e nutrir as suas múltiplas afiliações. Sem a base material fornecida pelas TICs, entendemos que tais processos seriam meramente utópicos.

2.3 USOS E APROPRIAÇÕES DAS TICS

Fenômeno tão antigo quanto a história da humanidade que poderia ser até mesmo considerado como um traço constitutivo da nossa espécie, as migrações, enquanto conjunto de

processos sociais, simbólicos e subjetivos, não passaram impunes diante das transformações radicais que marcam o mundo contemporâneo. A comunicação eletrônica dá uma tessitura nova a todas as instâncias da sociedade, de forma que o fenômeno migratório também não pode ser dissociado da ordem da mediatização e do consumo. Assim, incorporo a tese de Appadurai (2004) de que, no contexto atual, cabe analisar os deslocamentos humanos em justaposição com o rápido fluxo de imagens, textos e sensações mediatizados, os quais criam as chamadas “esferas públicas de diáspora” (APPADURAI, 2004, p.15). Tais esferas, embora situadas geograficamente, constroem uma comunidade de trocas e negociações cuja interação transcende o território nacional, alimentando a imaginação cotidiana com notícias, paisagens e oportunidades que vêm de outro lugar. O que, por sua vez, recoloca a questão migratória no registro da memória e do desejo (Ibid., p.17).

No campo da comunicação, um dos trabalhos que acompanha a premissa de Appadurai ao reivindicar a necessidade de ampliar o foco sobre o tema da migração contemporânea, superando “uma visão dicotômica e simplificadora da relação com a migração e o pertencimento” é o de Sofia Zanforlin (p. 21, 2011). A tese adota o conceito de etnopaisagens, neologismo cunhado pelo antropólogo indiano, para explorar de que forma a negociação de pertencimento de comunidades migrantes instaladas no Brasil também perpassa uma dimensão espacial. Partindo de uma praça e de um corredor de camelódromo, a autora elucida de que forma os deslocados - neste caso, bolivianos e africanos - elegem determinados espaços urbanos como ponto de encontro e sociabilidade, onde relações das mais diversas ordens passam a ser construídas e estabelecidas, sejam elas subjetivas ou de trabalho. Comprar cartões telefônicos para ligações internacionais, cortar e trançar o cabelo, relembrar os sabores da comida típica, buscar emprego e informações, renovar vínculos e fazer novos contatos: é assim que as motivações pragmáticas que justificam a ida àqueles lugares se misturam com simbolismos, solidariedades e identificações múltiplas.

Hoje, com o barateamento e a popularização das tecnologias comunicacionais, seu aprimoramento e relativa acessibilidade, é notável o papel assumido pelas TICs na consolidação dos laços que são próprios às dinâmicas migratórias. Dessa forma, as já aludidas esferas públicas de diáspora - as quais, por sua vez, propiciam a formação de etnopaisagens ao redor do globo - tem como motor discursivo não só os meios massivos, como o rádio e a televisão, mas também os migrantes que se comunicam frequentemente com seus entes à distância, consomem bens culturais e artísticos vinculados ao território de origem e reconfiguram seus coletivos de pertencimento, sobretudo a partir da internet. A este respeito, autores como Elhajji e Escudero (2015) observam que a web, com sua natureza aberta e

transnacional, vem sendo largamente utilizada como “um espaço de reordenamento de experiências e práticas sociais e subjetivas dos imigrantes e comunidades diaspóricas” (ELHAJJI; ESCUDERO, 2015, p.2), remetendo ao conceito de webdiáspora para se referir a presença de migrantes e suas comunidades em ambiências online.

De fato, as consequências dos recentes avanços tecnológicos para o grupo, cujo modo de ser se caracteriza pelos pluripertencimentos e múltiplas lealdades, são profundas e merecem ser melhor escrutinadas. Nesse sentido, Elhajji (2012) recorda que, até pouco tempo, a mídia étnica “se reduzia a algumas poucas publicações locais, onerosas, de baixa qualidade, restritas a pequenos grupos e à circulação limitada” (ELHAJJI, 2012, p.12). Eram jornais, boletins e, em menor grau, programas de rádio, TV ou mesmo rádios comunitárias, as quais eram limitadas às comunidades mais organizadas e socioeconomicamente privilegiadas. Independente do caso, a precariedade das comunicações das épocas anteriores acabava favorecendo uma maior integração da comunidade diaspórica no ambiente local, assim como o seu afastamento em relação ao referencial de origem. Atualmente, pelo contrário, a manutenção de diferentes dispositivos comunicacionais é regra e não exceção desses agrupamentos, considerando que a maioria dispõe de um amplo leque de meios de comunicação comunitária, tanto local como transnacional.

Em linhas gerais, como observam Elhajji e Escudero (2015), as identidades elaboradas pelos migrantes tendem a se reformular e se afirmar cada vez mais numa perspectiva transnacional, uma vez “é o referencial extra-estatal (remetente ao território e/ou à cultura de origem) que serve como argumento narrativo de sua memória coletiva e catalisador semântico simbólico” (Ibid., p.12) para ativação de seus discursos identitários. Apoiadas nas TICs, tais comunidades conseguem não só estabelecer laços prévios na sociedade onde se inserem, mas também manter e até mesmo reforçar os elos com a cultura e o país de origem, elaborando um modo de estar-junto que prescinde de uma ancoragem exclusiva no território. Seria possível, assim, traçar um paralelo entre a importância das TICs para a conformação de construtos transnacionais ao papel do chamado “capitalismo editorial” referido por Benedict Anderson e outros na consolidação dos imaginários nacionais, conforme sugerem Appadurai (2004), Elhajji (2011) e Zanforlin (2011).

Embora o livro “Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo” (2008), escrito por Anderson, retrate um momento bastante diferente do atual, entendemos que ele nos fornece subsídios à medida que identifica como certas formas de comunicação massivas colaboraram no processo de construção coletiva da nação, projeto de afinidade que independe de formas de convívio face a face ou mesmo diretas. Por isso,

recorremos à algumas das ideias do autor para, em seguida, refletir sobre como a apropriação das novas ferramentas comunicacionais, em sua multiplicidade de formatos e possibilidades, leva à invenção de outros tipos de comunidades, não só de grupos diaspóricos, mas na paisagem subjetiva humana como um todo. Isto posto, sublinhamos que os fluxos eletrônicos dão continuidade e até mesmo revolucionam o “tímido” processo iniciado pelos meios impressos difundidos em larga escala, no sentido de permitirem pensar em novas formas de pertencimento ao possibilitar experiências de compartilhamento que dispensam uma ancoragem espacial (APPADURAI, 2004; ELHAJJI, 2011; ZANFORLIN, 2011).

Em sua obra, Anderson introduz o Estado-nação como um produto cultural específico e que, portanto, deve ser situado em seu devido contexto histórico, entendendo que novos significados foram e são a ele acoplados com o decorrer do tempo. O autor delinea seu conceito de nação como uma comunidade política imaginada, intrinsecamente limitada e soberana, e se debruça sobre o século XVIII na Europa, passagem que marca a gênese da era dos nacionalismos e, ao mesmo tempo, o paulatino declínio das monarquias, da Igreja e da fé religiosa. Segundo o cientista político, trata-se de enxergar que as comunidades imaginadas das nações não simplesmente substituíram as comunidades religiosas e os reinos dinásticos de uma hora para outra, mas que “por sob o declínio das comunidades, línguas e linhagens sagradas estava ocorrendo uma transformação nos modos de apreender o mundo, a qual, mais do que qualquer outra coisa, possibilitou “pensar” a nação” (ANDERSON, 2008, p.52).

Um dos ingredientes fundamentais na preparação do ideal nacional foi a experimentação de uma nova relação com o tempo através da simultaneidade. Se na Idade Média o tempo era percebido “como algo próximo ao que Benjamin denomina ‘tempo messiânico’, uma simultaneidade de passado e futuro, em um presente instantâneo” (Ibid., p.54), em razão do desenvolvimento das ciências seculares, logo uma ideia de “tempo vazio e homogêneo” foi colocada em seu lugar. Esta nova concepção de simultaneidade, na qual opera uma clara ruptura entre cosmologia e história, por sua vez, foi fomentada pelo desenvolvimento da imprensa, sobretudo a partir de dois gêneros surgidos à época: o romance literário e o jornal. A criação desses hábitos de consumo massivo inscritos no cotidiano da gente comum ajudava a fomentar uma ideia de similaridade, compartilhamento de um mesmo espaço/tempo (ZANFORLIN, 2011, p.37), o que propiciava uma paradoxal aproximação - a nível simbólico - entre pessoas desconhecidas entre si, as quais tinham a plena convicção de repetir ritualisticamente a mesma cerimônia, apesar do anonimato.

Outro elemento destacado por Anderson na costura do pertencimento a uma nacionalidade foi a língua. Antes do surgimento e da popularização da imprensa, a

diversidade de línguas e dialetos falados na Europa era tamanha que a comunicação e o intercâmbio entre os falantes que viviam em um mesmo território ficava comprometida. Para expandir seus mercados abarcando as massas, e não mais exclusivamente um público ilustrado, o setor editorial começa a padronizar e unificar as variantes de um mesmo idioma a partir de um processo de montagem, criando, assim, “línguas impressas, reproduzidas mecanicamente, capazes de se disseminar através do mercado” (Ibid., p.79). Segundo Anderson, tais línguas impressas colaboraram para a formação da consciência nacional em pelo menos três sentidos: elas materializaram “companheiros de leitura” ligados pelo mesmo idioma impresso, que na sua “visibilidade invisível” constituem o embrião da comunidade imaginada, conferiram certa fixidez à língua, ajudando a construir a ideia de antiguidade essencial à ideia de nação e, por fim, criaram línguas oficiais.

Transpondo tais ideias para o mundo contemporâneo, fica evidente a possibilidade de construir comunidades de sentimentos que são isentas da necessidade de comunicação e convívio presenciais. Porém, a revolução do capitalismo impresso, que teve no romance e no jornal “os meios técnicos” para representar a comunidade nacionalmente imaginada (ZANFORLIN, 2011, p.39), foi apenas um modesto precursor (APPADURAI, 2004) das afinidades culturais hoje ensejadas pelos meios de comunicação massivos. Com o advento das novas tecnologias, aliado ao barateamento dos meios de transporte, “entramos numa fase inteiramente nova das relações de vizinhança, mesmo daqueles que estão muito distantes de nós” (Ibid., p.45), o que, por sua vez, fornece a base de reconfiguração dos pertencimentos na era da globalização. Os fluxos comunicacionais eletrônicos, caracterizados pela instantaneidade e pela imediatez, ligam indivíduos dispersos geograficamente que agora podem utilizá-los para compartilhar seus gostos, ideias e afetos, alinhavando laços sociais e interpessoais à distância.

A internet passa, assim, a ser mais um espaço para o encontro, a sociabilidade e a construção subjetiva, passando a integrar a vivência territorial. Analisando tal configuração da esfera pública global à luz das migrações, é notável que os recursos disponibilizados pelos meios eletrônicos ajudam a elaborar e fomentar redes que simultaneamente servem para manter os vínculos originários e negociar outras formas de se pertencer no âmbito local. Os vínculos passam a ser construídos e reforçados dentro dos territórios fluidos do ciberespaço, que não apenas concentra a maior parte da produção editorial outrora veiculada em papel, como assiste à multiplicação de projetos criados e gerenciados pelos próprios migrantes (ELHAJJI, 2011, p.13), os quais cumprem uma função importante na elaboração das práticas

identitárias e culturais dos grupos diaspóricos, estabelecendo regras de conduta internas e também para as relações com o restante da sociedade.

Na acepção de Elhajji e Escudero (2015), a ideia de uma webdiáspora perfaz o conjunto de iniciativas, como sites, blogs, grupos e páginas nas redes sociais, que são elaborados, mantidos e frequentados, exclusiva ou prioritariamente, por membros das comunidades transplantadas. Além da variedade de ferramentas, com seus recursos específicos, disponíveis, também os usos sociais e subjetivos decorrentes das apropriações feitas pelos migrantes são bastante plurais e diversificados. Do ponto de vista mais prático e utilitário, a internet possibilita a criação e a manutenção de redes sociais que fornecem informações sobre os trâmites burocráticos, oferta de emprego e serviços em geral, auxiliando o migrante na sua tomada de decisão e, em seguida, na execução do projeto migratório. A migração, portanto, se inicia primeiramente na internet, a partir da procura pelo local - cidade ou país - de destino, sendo acompanhada por uma verdadeira jornada de conhecimento sobre custos de vida, oportunidades, dicas de aluguel, revalidação de diploma, abertura de contas bancárias, entre outros tópicos relacionados aos seus enfrentamentos cotidianos.

Com base na análise empírica das apropriações e usos da internet por parte dos chamados novos grupos migratórios - espanhóis, portugueses e haitianos - instalados no Brasil, Cogo (2015) ressalta como as narrativas construídas em grupos e páginas do Facebook são elucidativas quanto a autonomia com que os próprios migrantes agenciam seus processos de inserção no novo contexto a partir da construção de redes de apoio e orientação para a concretização de seus projetos migratórios. Essa autonomia se vincula à própria lógica descentralizada e relativamente horizontal, se comparada ao modelo de transmissão informacional massivo, da internet, que permite que os migrantes, seus coletivos e associações se tornem enunciadores de suas experiências e demandas cidadãs, assim como criem dinâmicas de trocas e interação. Tais narrativas envolvem, para além das informações relativas à concepção e planejamento da empreitada, os processos de chegada e permanência, “pautando-se pela busca e ampliação de suas redes migratórias de sociabilidade e espaços de convivência no país” (COGO, 2015, p.97). Exemplos desta modalidade identificados pela autora são os convites para eventos organizados por compatriotas e a divulgação de empreendimentos ou negócios étnicos.

As possibilidades de participação inauguradas pelas novas tecnologias também tocam no debate da cidadania comunicativa, considerando que hoje em dia elas têm se constituído como instrumento e ambiência de reivindicação cidadã de grupos historicamente marginalizados e subalternizados. Com os coletivos migrantes não é diferente, pois a

comunicação, enquanto campo atravessado por relações de poder, se apresenta como um meio estratégico de disputa pelos discursos circulantes na sociedade. Assim, além de funcionarem como um poderoso recurso social, material e simbólico para a organização coletiva, a apropriação das TICs por tais atores deve ser lida no marco da busca por visibilidade e reconhecimento, refletida muitas vezes no esforço de constituir outras imagens e memórias que não aquelas cristalizadas pela hegemonia midiática em torno de determinados grupos migrantes. Nesse sentido, verifica-se que eles se mobilizam com fins de desestabilizar representações estigmatizantes que, “a partir de contextos nacionais de produção, circulam transnacionalmente para afirmar a associação das migrações à delinquência, conflito e pobreza” (COGO, 2010, p.91).

Ao remeter à cidadania comunicativa, Cogo (2010) se refere aos usos que redes e organizações migratórias fazem das mídias para construir e reivindicar processos de cidadania de dois tipos distintos: a intercultural e a cosmopolita (Ibid., p.84), também chamada de mundial ou universal. As iniciativas elaboradas pelos migrantes se orientam, assim, no sentido de demandar que eles sejam incluídos “sem que isto atropale sua diferença nem os condenem à desigualdade” (CANCLINI, 2005, p.53), ou seja, uma cidadania que se dirige ao reconhecimento das particularidades culturais constitutivas da identidade diaspórica, e, ao mesmo tempo, uma cidadania social que não esteja restrita às demarcações de fronteiras. Dessa forma, o ideal universal, de herança humanista, se vincula à satisfação dos direitos que levam à igualdade, implicando no direito do migrante ser tratado de forma digna independentemente da sua origem, raça ou religião à medida que reivindica em primeiro plano a sua condição humana.

Com a emergência ou consolidação de espaços identitários transnacionais dos grupos migrantes, mediados tecnologicamente, fora a visibilização das pautas políticas e de demandas cidadãs, também se explicita a dimensão vinculativa engendrada pelas TICs. De fato, não há como ignorar a função prática por elas desempenhada na consolidação do senso de pertencimento grupal, na manutenção dos laços e das trocas comunicativas com familiares e amigos, bem como na reelaboração identitária a nível local, servindo como instrumento de aproximação entre compatriotas e/ou migrantes de diferentes nacionalidades que vivem no mesmo país ou até mesmo entre migrantes e nacionais. Tudo isso pode ser percebido no caso dos interlocutores desta pesquisa, que não só produzem vídeos em português ou com tradução disponível para o idioma e frequentemente interagem com brasileiros nos comentários de postagens, mas também tecem conexões multisituadas, envolvendo sujeitos de diferentes

origens - que vão bem além das nacionalidades brasileira e venezuelana - e estão dispersos entre si.

Em suma, os usos e apropriações específicos dados pelos migrantes às novas ferramentas comunicacionais, com destaque para a internet, evidenciam as múltiplas funções que tais dispositivos assumem no contexto da diáspora. Eles ajudam a criar, desenvolver e fortalecer redes, dando suporte a trocas materiais e simbólicas, agilizando e facilitando a comunicação entre os migrantes e seus entes, fornecendo, enfim, subsídios para a efetivação da sua empreitada. As mídias digitais são, ainda, palco de experimentação e elaboração de dinâmicas identitárias dos sujeitos em mobilidade, que ocupam diferentes ambiências como sites, blogs, sites de redes sociais etc., para falarem sobre si mesmos, suas trajetórias e experiências migratórias. Nesse sentido, mais do que apenas buscarem o resgate de elementos culturais originários ou a reprodução de elementos do país anfitrião, os produtores de conteúdo venezuelanos parecem transitar entre dois ou mais campos de referência, produzindo hibridismos próprios do coletivo em suas práticas discursivas.

3 PERCURSOS METODOLÓGICOS

Quando a internet deixa de ser restrita ao uso militar e passa a ser comercializada durante os anos 1990, seguida de uma rápida popularização a nível doméstico a partir dos anos 2000, em virtude do relativo barateamento na aquisição de computadores, logo a atenção de curiosos, potenciais internautas, jornalistas e cientistas sociais foi atraída. Seria este um novo domínio onde antigas fronteiras e amarras sociais da “vida real” estariam liberadas? De que forma as possibilidades inauguradas pela tecnologia, no sentido de permitir uma reorganização das relações no tempo-espaço fluído das redes, modificariam as nossas interações face a face? Em um longo caminho percorrido em um intervalo curto de tempo, a web passou de um privilégio restrito ao meio acadêmico, instâncias governamentais e setores mais abastados da sociedade a uma realidade massiva vista como consumada, ainda que não esteja disponível para todos. Do ponto de vista cultural, ela se tornou um fenômeno extremamente significativo, sendo cada vez mais utilizada para construir e manter amizades e relações familiares, para obter informações e conhecimento, além de servir como um instrumento de trabalho e entretenimento.

Em um primeiro momento, toda essa aura de novidade que circundava a internet invadiu a academia, motivando pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento a direcionar seus olhares para o que essa “cultura online” poderia se tornar. Uma das disciplinas interessadas em entender o que estava acontecendo foi a Antropologia. A ideia de que a internet pudesse ser um domínio cultural significativo em si mesmo foi a principal causa que instigou os esforços empreendidos por etnógrafos na época, no sentido de apreender e documentar as estruturas que estavam emergindo na ambiência, desde grupos de discussão e salas de bate papo em tempo real a jogos online (HINE, 2015, p.34). Entretanto, à medida que os autores iam à campo, tornava-se patente a diversidade das práticas encontradas, revelando usos e apropriações absolutamente particulares que variavam conforme a idade e a biografia de cada participante. Enquanto se difundia em diferentes partes do globo, e conseqüentemente pessoas de grupos distintos passavam a ocupá-la, crescia o entendimento de que a internet não poderia mais ser concebida como um terreno apartado da vida cotidiana.

A realização de etnografias nas novas mídias, por sua vez, deu origem a uma profusão de termos que pudessem denominar o campo de estudos qualitativos na internet, tais como etnografia virtual, etnografia digital, netnografia e webnografia (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2011). Tais neologismos pretendiam dar conta da “adaptação” do método etnográfico à ambiência online, levando em conta, sobretudo, a reconfiguração de

determinados aspectos do fazer etnográfico tradicional. Em uma fase posterior, menos purista, alguns autores como Hine (2015) passam a empregar simplesmente o termo “etnografia”, a fim de reduzir a pretensa dicotomia entre as ambiências on e offline e enxergando que as bases fundamentais do método poderiam - e deveriam - ser mantidas quando a internet assume o posto de local de pesquisa. Ainda assim, é inegável que transpor o campo, historicamente marcado pela presença física, localizada e imersiva do etnógrafo, para o universo virtual exige uma série de adaptações criativas e instrumentos, além da aquisição de novas capacidades. Afinal, o método “dança” conforme os dados.

O presente capítulo recai sobre o caminho particular traçado neste trabalho, que incorporou a abordagem teórico-metodológica da etnografia como guia para o seu desenho e desenvolvimento. Para a orientação da pesquisa, concordamos com autores como DaMatta (1978) e Geertz (1978) que defendem que a etnografia se constitui como muito mais do que um método, no sentido de valer-se de um conjunto de procedimentos abertos, abarcando, em primeiro plano, o esforço interpretativo empreendido em aproximação aos atores sociais que protagonizam determinado fenômeno a ser analisado. A etnografia pode, ainda, ser referida aqui como o produto do processo investigativo, ou seja, o relato escrito, um texto autoral que combina as experiências vividas e observadas no campo com a teoria. De toda forma, saliento que a opção pela abordagem se deu tendo em mente a importância de ouvir o que os próprios migrantes venezuelanos tinham a dizer sobre a sua atuação nas redes sociais, como reflexo de um interesse em compreender os sentidos inscritos em tais atividades *com e a partir de* suas falas.

Nessa perspectiva, me coloco em uma posição que, em muitos sentidos, se assemelha a de um estrangeiro ou um migrante quando se aproxima de uma nova realidade a qual desconhece. Ao entrar em campo, o etnógrafo - ao menos aquele que ocupa o lugar de *outsider* - quase automaticamente se dá conta da sua ignorância, pois se depara com um universo repleto de lógicas internas, para ele, verdadeiros enigmas, a serem desvendadas. Isso gera inseguranças diversas e o faz colocar antigas certezas em questionamento, expondo a fragilidade do seu ofício e do seu olhar situado, ao mesmo tempo em que também alimenta um ímpeto em apreender e conhecer tudo aquilo em seus próprios termos. É através da experiência imersiva que, aos poucos, ele passa a preencher certas lacunas, conquista essa que não se alcança sozinho e sim por meio da valiosa e por vezes contingente colaboração dos seus interlocutores. Na prática, vislumbro aquilo que DaMatta já havia dito tempos atrás: “para descobrir é preciso relacionar-se” (1978, p.9), e é a partir da relação entre pesquisador e

participante que se constrói um processo e um relato de caráter artesanal, ambos demasiadamente humanos.

Considerando a natureza qualitativa e experimental deste modelo de pesquisa, no qual as capacidades e limitações do etnógrafo surtem determinados efeitos no tipo de conhecimento produzido, entendemos que o campo é mais uma construção do que um terreno previamente existente trazido à luz pelo pesquisador e, portanto, se faz importante explicitar as nossas escolhas. Atento para o fato de que todas as decisões tomadas, desde a delimitação do objeto de pesquisa, passando pelos instrumentos e critérios de seleção dos entrevistados, impactaram no andamento deste estudo e, portanto, também nos seus resultados. Contudo, antes de descrever como foi construído o trabalho de campo propriamente dito, quais foram as rotas metodológicas percorridas, bem como as ferramentas de coleta de dados utilizadas, cabe recuperar algumas das discussões principais no que se refere ao “casamento” um tanto polêmico da etnografia com a internet, repleto de desafios e potencialidades. Feita a etapa de revisão, passaremos para a descrição do objeto, abarcando uma apresentação das ambiências online analisadas e uma pequena biografia dos participantes da pesquisa.

3.1 UMA ABORDAGEM ETNOGRÁFICA

Para explorar o que é considerado problemático na transposição do campo para contextos virtuais, assim como averiguar os modos e debates relativos a como adaptar as técnicas etnográficas em tais situações, cabe realizar uma breve explanação sobre o que entendemos por etnografia e quais seriam as suas bases primordiais no intuito de justificar a opção pelo método. A etnografia, na verdade, pode adquirir conotações diversas a depender da área de estudo que dela se apropria, sendo que a Antropologia historicamente a tem como seu método consagrado (POLIVANOV, 2013, p.62). A este respeito, Roberto DaMatta discorre que, na tradição do ensino e da prática da antropologia social no Brasil, uma das preocupações centrais sempre se deu com relação ao rigor das rotinas de pesquisas, isto é, do trabalho de campo. Entretanto, mais do que colher dados precisos, a atividade do etnógrafo envolve o que ele denomina de “*anthropological blues*”, que diz respeito aos aspectos interpretativos, “aqueles aspectos extraordinários ou carismáticos, sempre prontos a emergir em todo o relacionamento humano” (DAMATTA, 1978, p.4). Segundo DaMatta, esse *blues* é experimentado quando o etnólogo tenta transformar o exótico em familiar e/ou o familiar em exótico. A primeira transformação acontece quando o pesquisador se depara com o universo

do “outro”, aquilo que lhe é estranho e incompreendido. Já o segundo movimento é feito quando se volta para a própria sociedade, vivenciando o “estranhamento” a partir de dentro.

A Antropologia foi fundada como a disciplina da alteridade, pois seu eixo central é a diferença (TRAVANCAS, 2006, p.2). Ela é uma ciência “da comutação e da mediação (...) é aquela onde necessariamente se estabelece uma ponte entre dois universos (ou sub-universos) de significação” (DA MATTA, 1978, p.3). E, como tal, o etnógrafo é incitado a relacionar-se, a negociar com os seus interlocutores, pois só observando e escutando-os é que ele conseguirá tornar quadros conceituais a priori irregulares e inacessíveis em compreensíveis. A imersão, tão cara à etnografia, é o que permite que o pesquisador apreenda os significados, compartilhados por um conjunto de agentes, de determinadas práticas particulares. Além de possibilitar que ele testemunhe em primeira mão como tais atividades acontecem, esse tipo de inserção profunda e prolongada o coloca em contato direto com os sujeitos pesquisados. É a partir dessa interação que o etnógrafo obtém novas pistas sobre a cultura e a sociedade em estudo, assim como se dá conta da limitação do seu olhar, inexoravelmente, situado. “Ele precisa do outro como seu espelho e seu guia” (Ibid., p.12) e por isso nunca está, de fato, só.

Na mesma linha que DaMatta, o estadunidense Clifford Geertz também assume a etnografia como muito mais do que um método, isto é, um conjunto de técnicas e procedimentos que, em linhas gerais, abarca a observação participante, as entrevistas e as notas de campo. Segundo o autor, em seu clássico “A interpretação das culturas”, não são as práticas que definem o empreendimento. “O que o define é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma ‘descrição densa’, tomando emprestada uma noção de Gilbert Ryle” (GEERTZ, 1978, p. 15). A etnografia poderia ser melhor caracterizada, portanto, pelo tipo de esforço intelectual envolvido em observar, descrever e, sobretudo, interpretar a relação entre ações e sentidos. Nesse sentido, o propósito do etnógrafo seria elaborar essas descrições densas sobre práticas e comportamentos de indivíduos e grupos, objetivando compreender a teia de significados tecidas no seu entorno.

Ora, se a etnografia, longe de ser uma receita engessada de como fazer pesquisa, pode ser conceituada enquanto um modo distinto de conhecimento que tenta chegar ao cerne do significado e da sua compreensão, inferimos que uma abordagem etnográfica pode se revelar pertinente para responder certas questões que circundam a internet e suas práticas, as quais carecem de um maior aprofundamento analítico. Além disso, com sua ênfase na empiria, a etnografia é um remédio e tanto para a simplificação ou generalização de determinados tópicos, ao permitir enxergar, por exemplo, como os processos de subjetivação e sociabilidade tem se complexificado na sociedade globalizada, mais do que pretensamente se

homogeneizado. Nesse sentido, a etnografia tem passado por diferentes mudanças nos últimos tempos, sobretudo devido à centralidade adquirida pelas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) na sociedade contemporânea, que passam a se constituir como elementos observáveis a serem incorporados na pesquisa, criando tanto oportunidades, quanto desafios para o método.

A etnografia tem uma natureza profundamente adaptativa: ela é moldada pelas circunstâncias nas quais se encontra, o que faz com que a pesquisa, incluindo os procedimentos metodológicos privilegiados, seja construída aos poucos pelo etnógrafo a partir dos *insights* obtidos em campo. O imperativo de “estar lá” que acompanha a sua orientação metodológica, no sentido de abraçar o envolvimento do pesquisador em todo o processo de delineamento do campo, da coleta de dados e da interpretação dos seus achados, o leva a participar das diversas formas de comunicação e interação que se revelam significativos para os seus interlocutores. A ideia de realizar trabalhos etnográficos sobre e através de ambiências digitais, contudo, nos leva a desconstruir certos paradigmas disciplinares. Entre eles, podemos citar rever a “noção de estar junto que caracteriza a etnografia convencional, marcada pela presença física e localizada, para focar em como a experiência pode ser construída de múltiplas formas, incluindo as mediadas tecnologicamente” (HINE, 2015, p.21).

Vale destacar, entretanto, que a transposição do método etnográfico para a internet nem sempre foi bem aceita, encontrando resistência por parte de alguns pesquisadores mais ortodoxos que alegavam que a etnografia e o fazer etnográfico poderiam ser desconfigurados ao empreender tal movimento. “Para esses autores, o deslocamento, o estranhamento e o ‘ir a campo’ tão decisivos na formação do olhar interpretativo pareciam ter se esvaído frente a uma possível dissolução espaço-temporal advinda das tecnologias de comunicação e informação” (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2011, p.171). Essa rejeição pode ser compreendida se pensarmos na tradição inicial da pesquisa etnográfica, cuja história foi construída pelos relatos de viajantes que se deslocavam geograficamente até encontrarem uma tribo ou uma comunidade exótica a ser investigada por determinado período. Entretanto, desde a chamada Escola de Chicago, conhecida por definir a cidade como o seu “laboratório social” e pela abertura interdisciplinar (SODRÉ, 2014, p.50), o imaginário de que o etnógrafo deveria ser aquele a estudar sociedades distintas e distantes do pesquisador parece ter se tornado cada vez mais remoto.

De fato, o estranho pode não estar a milhas, quilômetros ou metros da nossa porta, mas, antes, a um clique ou um arrastar de tela. Lembremos que, no mundo do *bios* virtual descrito por Sodré (2014), a cidade não pode mais ser desvinculada dos seus desdobramentos

tecnológicos, como se mídia e realidade fossem instâncias separadas. Os modos de ser, perceber e estar dos grupos estão atravessados pela informação, o que significa que muitos dos repositórios discursivos e hábitos cotidianos passaram a ser partilhados por pessoas distribuídas ao redor do globo, inclusive entre pesquisadores e informantes. Nesse cenário, a premissa da abordagem etnográfica em enxergar como determinado fato ou prática social se articula com outros elementos que compõem uma mesma teia de significados segue ainda mais atual. Ao pesquisador interessado em esmiuçar a lógica de sujeitos específicos, cabe investigar como as novas mídias adentram em suas vidas e de que forma as suas atividades online - múltiplas e dispersas - se orientam a partir de códigos culturais particulares. Assim, o dever do etnógrafo continua sendo o de desenvolver um conhecimento baseado no aprendizado através da prática e do estar presente, em uma associação próxima com os seus agentes. Essa proximidade, entretanto, pode ser construída de diversas maneiras e em diferentes meios.

Uma das primeiras referências a utilizar o método para estudar como a internet vinha sendo incorporada e, ao mesmo tempo, impactava uma dada localidade foram Miller e Slater, em “The Internet. An ethnographic approach” (2000). No livro, os pesquisadores defendem que uma abordagem etnográfica para a internet é aquela que a concebe nessa relação dialética, e não como um desterritorializado ciberespaço. O estudo de Miller e Slater, iniciado com a pretensão de descobrir o que a internet significava, de forma particular, em Trinidad, é considerado inovador e até mesmo radical para a época, se afastando de uma primeira geração da literatura da internet cujo foco residia na separação dos mundos on e offline. Além disso, ao conceituarem a etnografia a partir “da imersão em um caso particular como base para generalizações através de uma análise comparativa” (Ibid., p.21), caracterizada pelo envolvimento de longo prazo entre pesquisador e participantes, os autores trazem como contribuição não só uma ruptura importante em relação a como o fenômeno era visto pela academia, abraçando a sua multiplicidade, mas também a defesa de um arcabouço epistemológico que deveria persistir nas pesquisas etnográficas dispostas a decifrá-lo.

Outra precursora na área, por ter explorado a transferência de conceitos como campo e observação participante para o domínio online, foi Christine Hine, responsável por cunhar o termo “etnografia virtual” no seu livro homônimo (“Virtual Ethnography”), também publicado em 2000. Na obra, Hine indicava que a internet, enquanto objeto de estudo, era elaborada conceitualmente sob dois modelos de abordagem teórica: enquanto cultura e enquanto artefato cultural. De acordo com a autora, a primeira perspectiva abordava a internet como a representação de “um lugar, ciberespaço, onde a cultura é formada e reformada” (Ibid., p.9),

ou seja, concebendo-a como um cenário onde identidades alternativas, desvinculadas do mundo físico, poderiam ser elaboradas e assumidas. Já a segunda acepção, da web como artefato cultural, destacava a inserção da tecnologia na vida cotidiana, interpretando o objeto internet como passível de apropriações e, dessa forma, repositório de significados culturais que variam de acordo com os contextos de uso.

Anos depois, em “Ethnography for the Internet: embodied, embedded and everyday” (2015), Hine aborda uma internet que é, em muitos sentidos, diferente daquela estudada anteriormente, ainda que desde sempre tenha significado coisas distintas para usuários distintos, enquanto continuidade e extensão de um mundo físico. Contudo, a questão colocada pela autora é que, se nos primórdios a web ainda poderia ser vista por alguns como um meio onde seria possível “abandonar o próprio corpo”, ela tem se tornado um espaço fundamental de expressão para o *self*, sobretudo a partir da expansão das redes sociais. À medida que a internet se torna mais difundida na sociedade, isto é, que mais atividades socialmente significativas a utilizam como palco, o fato de que tais práticas aconteçam online se torna em si menos notável. A internet contemporânea é incorporada, corporificada e cotidiana: ela é um domínio tão integrado à nossa vida que se tornou uma parte de nós mesmos (HINE, 2015, p.14), das formas em que elaboramos as nossas identidades, construímos relações e agimos no mundo.

Para o etnógrafo, essa riqueza de informações e registros sobre a vida privada, que agora não raras vezes são públicos ou, pelo menos, acessíveis a poucos cliques de distância, origina um paradoxo. A internet se constitui como um objeto de pesquisa instigante precisamente porque vários eventos e situações relevantes que estão acontecendo na contemporaneidade, a nível cultural, se dão através da comunicação mediada. Portanto, acredito que é também nela que os etnógrafos deveriam estar a fim de interpretar seus valores em detalhes. Ao mesmo tempo, a partir do momento em que a internet vira também campo, isto é, local de pesquisa, algumas camadas a mais de complexidade são acrescentadas por se tratar de um terreno fragmentado, onde diferentes atividades e significados são investidos, além de altamente mutável. Em suma, aquilo que torna a web fascinante - a sua diversidade, flexibilidade e heterogeneidade - é também o que mais desafia e até mesmo pode dificultar o trabalho do etnógrafo, demandando respostas metodológicas inovadoras, rápidas e adaptáveis.

Na visão de Hine, um dos principais problemas que surgem quando o pesquisador incorpora as formas de comunicação e interação utilizadas por seus interlocutores como lócus diz respeito à habilidade de dar sentido às mais diversas situações encontradas como um todo unificado. Isso acontece em razão da natureza ramificada da internet, assim como pelo fato de

que boa parte do “trabalho interpretativo que prossegue para incorporá-la na vida das pessoas não é aparente na internet em si” (Ibid., p.4). De certa forma, isso faz parte da própria limitação do etnógrafo no que se refere a sua capacidade de enxergar, entender e participar de eventos, pois, por mais que tente, ele jamais conseguirá abarcar a totalidade daquilo que estuda, isto é, ser onisciente. Não obstante, cabe destacar que o caráter efêmero das ambiências online e, sobretudo, das redes sociais - onde todo o conteúdo de um canal do Youtube pode desaparecer ao ser desativado sem maiores avisos prévios ou mesmo uma legenda de Instagram pode ser facilmente editada e atualizada em questão de segundos -, sem falar na abundância de dados disponíveis, revela a nossa fragilidade sensível ao paroxismo.

É diante dessas circunstâncias que, segundo Hine, o etnógrafo deve “se acostumar ao sentimento perpétuo de incerteza, de se perguntar o que foi perdido, e tentar construir interpretações de eventos baseada em evidências incompletas” (Ibid., p.4). Poderia acrescentar, ainda, a importância de documentar, através de recursos como links, prints e as próprias notas de campo, os rastros digitais que ele acompanha, driblando a dinâmica acelerada da web à medida que a incorpora. Além disso, a autora propõe que, quando a falta de certeza e uma permanente ambiguidade quanto ao significado daquilo que é dito e feito já fazem parte da tônica do ambiente encontrado pelos participantes, resta ao etnógrafo experimentar e abraçar esse sentimento dúbio para descobrir “como a vida é vivida nessas condições em que tal estabilidade é, na melhor das hipóteses, uma conquista muito temporária” (Ibid., p.5). Com isso, o paradoxo se desfaz, e o pesquisador pode focar em fazer escolhas estratégicas sobre que rastros seguir e como aprendê-los através da imersão a partir de dentro.

3.1.1 Quando mover-se é o caminho

Podemos dizer que muitas das convenções etnográficas poderiam ser transferidas de forma relativamente fácil para uma pesquisa focada e realizada em um único espaço online. Conforme comentado na última seção, existem alguns desafios, é claro, mas atributos como a narrativa autoral, a utilização e combinação de várias técnicas de pesquisa, a duração prolongada e a condução a partir das descrições densas continuam aplicáveis. Até mesmo o senso de co-presença, tão caro à tradição etnográfica, parece se encaixar bem nas configurações mediadas, sobretudo nas redes sociais. Em muitas delas, conforme os ajustes de privacidade ficam sob o controle direto do usuário, responsável por fazer uma curadoria das solicitações de amizade recebidas, torna-se difícil que a presença do etnógrafo passe

despercebida. Mesmo nos casos em que pode não ser tão fácil manter essa visibilidade mútua, a necessidade de construir um relato em profundidade acaba levando o etnógrafo a estar, de uma forma ou de outra, visível para os interlocutores, ainda que não necessariamente todo o tempo e em todo meio de comunicação que eles utilizam (HINE, 2015, p.58).

A transposição do método para o universo virtual parece se complicar mesmo é no campo, ao menos se tivermos a pretensão de explorar aquilo que lhe é tão caro: as suas conexões. Enquanto abordagem imersiva e participativa, a etnografia presume a ideia de uma espacialidade na qual o pesquisador deverá se envolver ativamente através de negociações diversas, realizando observações, entrevistas e registros a fim de descobrir o que determinadas práticas significam. Entretanto, a internet torna o nosso senso de espaço menos evidente, e isso coloca para o etnógrafo o desafio de detectar onde as atividades nas quais ele deverá se engajar podem ser encontradas. Pois, diferentemente de uma aldeia ou comunidade remota, onde a cultura do Outro poderia a priori estar localizada e, portanto, ser descrita, as novas tecnologias exibem quadros de elaboração de sentido que são muito diferentes entre si, tendo em vista a diversidade de usos e experiências construídas em e a partir de tais ambiências.

Assim, em um mundo que apresenta o seu caráter cada vez mais fluido e interconectado, marcado pela rápida e difusa circulação de informações, pessoas e objetos, diferentes noções de campo vem sendo exigidas e debatidas academicamente para poder dar conta dessa nova realidade cultural. Uma das referências que inaugurou esta discussão foi George Marcus (1995), a partir do conceito de etnografia multisituada. No artigo, o autor definia o modo de pesquisa, então emergente, como aquele que se deslocava das situações locais estáticas, focadas no desenho de etnografias convencionais, para literalmente “seguir” conexões e associações. Como exemplos de construção de uma etnografia multisituada, ele cita como norteadores elementos não espaciais ou transgeográficos como pessoas - comentado como um modo particularmente fértil nos estudos migratórios -, objetos, biografias e metáforas.

A proposta de se engajar com o campo a partir do movimento, e não através de um objeto de estudo confinado no espaço, segundo Marcus, se defronta com tradições no *modus operandi* da etnografia e causa “ansiedades metodológicas” vinculadas, entre outras, à preocupação de atenuar os tipos de conhecimentos e competências esperadas no trabalho de campo. Para rebater a crítica, o teórico defende que o objeto de estudo etnográfico, mesmo nos moldes tradicionais, raramente está contido em um espaço geográfico ou uma formação cultural bem delimitada, de forma que é através da prática, ou seja, a partir de recortes arbitrários, que um campo definitivo se apresenta, no lugar de outros em potencial. Já em

trabalho posterior, no qual revisita o debate sobre a aplicabilidade e em que sentidos a pesquisa multisituada deveria ser vista como distinta dos estudos situados em um único local, Marcus (2012) sugere que o campo multisituado se constitui como uma reformulação radical das premissas Malinowskianas, se afastando do simples “exercício de mapeamento de terreno” (MARCUS, 1995, p.99) que ele havia definido anteriormente.

No lugar de rastrear processos já conhecidos e expressos pela literatura acadêmica, acompanhar uma cadeia produtiva ou rede migratória, Marcus vai conceber o campo multisituado como um produto de “colaborações estratégicas com as quais o trabalho de campo se inicia” (2012, p.13), isto é, como resultado da participação ativa dos interlocutores da pesquisa. Nesse sentido, os pontos de vista dos “nativos” passam a orientar o percurso a ser trilhado pelo pesquisador em uma proposta colaborativa, construída a partir de escolhas estratégicas que derivam do seu engajamento com tais atores. A etnografia multisituada se distingue, assim, por incorporar mais de um lugar de observação tomando como guia essa postura reflexiva, que desconstrói a ideia de uma autoridade etnográfica ao ir de encontro com a relação verticalizada e por vezes binarista do antropólogo com seu “Outro”. Nessas situações, ganha destaque, portanto, a habilidade do etnógrafo em mover-se e estar junto.

A partir das colocações de Marcus, cabe notar que a configuração do campo, na realidade, sempre será o produto do caminho metodológico percorrido pelo etnógrafo, no sentido de que o “território” por ele apresentado é, antes, uma construção subjetiva - influenciada por suas visões, capacidades, limitações e interesses analíticos, assim como pelo seu grau de abertura ao diálogo com os participantes da pesquisa - do que de um mapeamento passivo feito em cima de um todo pré-existente. No caso dos estudos conduzidos na internet, isso se mostra particularmente evidente, em se tratando de uma paisagem moldada e trazida à tona por nossas ações (HINE, 2015, p.51), a partir do funcionamento dos algoritmos. A cada curtida, comentário ou qualquer outra forma de interação, a lógica algorítmica faz com que novas atualizações sobre aquele conteúdo ou usuário passem a aparecer na *timeline* pessoal, norteando aquilo que vemos e como vemos. Isso traz impactos tanto positivos quanto negativos que devem ser considerados pelo pesquisador, pois tais critérios de hierarquização podem influenciar os resultados obtidos em direções sobre as quais não se tem consciência, nem o devido controle (FRAGOSO, 2007 apud FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2011, p.149).

Aqui, me alinho à proposta de realizar uma etnografia multisituada por considerá-la a mais adequada para investigar as dinâmicas fluidas da internet. Parecia impossível não lembrar a máxima de Bauman de que “a imobilidade não é uma opção realista num mundo em

permanente mudança” (1999, p.8) na hora de traçar os procedimentos metodológicos, considerando a natureza veloz e dispersa das interações com as quais me deparei online. De fato, mover-se entre plataformas foi algo que se apresentou de maneira natural no transcurso desta pesquisa: se por um lado iniciei a observação, em caráter exploratório, em um canal específico do Youtube, logo o costume da sua administradora em fazer vídeos divulgando outros venezuelanos que viviam no Brasil e também eram produtores de conteúdo direcionou o meu olhar para eles. Além disso, o próprio hábito dos youtubers em solicitar que o público “se inscreva no nosso canal, ative o sininho e siga as nossas redes sociais” fazia um chamamento para que continuasse os acompanhando, o que abarcava os diferentes ambientes nos quais suas práticas narrativas se desenvolviam e complementavam.

Dessa forma, a construção do campo multisituado teve como ponto de partida o referido canal, que havia sido recomendado por uma integrante do grupo de pesquisa do qual faço parte, o Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Migrações, Mobilidade e Gestão Contemporânea de Populações (Migra), e que sabia do interesse então genérico da pesquisadora em investigar práticas narrativas de migrantes venezuelanos nas redes sociais. Além de identificar um serviço informativo típico da webdiáspora, com a divulgação de dicas sobre abertura de conta bancária, envio de remessas, documentação e trâmites burocráticos em geral, notei a existência de conteúdos públicos de caráter íntimo e confessional, focados nos acontecimentos singularizados do seu cotidiano. Para a minha surpresa, a migrante se colocava como uma espécie de “candidata” a *influencer*, produzindo vídeos enquanto visitava supermercados, shoppings e pontos turísticos, fazendo reações (*reactions*) a músicas e gírias regionais e compartilhando curiosidades e descobertas relacionadas ao seu olhar estrangeiro sobre o Brasil.

A administradora do canal tinha como particularidade fazer vídeos divulgando outros produtores de conteúdo venezuelanos residentes no país, convidando os seus seguidores a conhecê-los e apoiá-los. Esse gesto fez com que atentasse para a presença de personalidades individualizadas que utilizavam suas plataformas para falarem sobre si e suas experiências migratórias. Como forma de explorar esse ecossistema midiático criado e mantido pelos venezuelanos, foi iniciado um mapeamento preliminar que catalogou as parcerias mobilizadas nos vídeos, bem como as indicações de outros canais produzidos por nacionais que eram feitas nos comentários abaixo. Adicionalmente, verifiquei a recorrência da expressão “venezuelanos no Brasil”, fosse através do uso de hashtag ou como forma de autodenominação dos youtubers em seus vídeos, bios e murais, o que levou a acrescentar a

frase - bem como a sua tradução em espanhol, “venezolanos en Brasil”, e o híbrido “venezolanos no Brasil” - como critério de busca pelos canais.

Através desse levantamento preliminar, realizado no período de 10 a 28 de junho de 2021¹⁸, foram encontrados 47 canais (ver Quadro 1), os quais não necessariamente cumpriam com um ritmo de publicação ou mesmo estavam ativos no momento da coleta, porém foram utilizados por venezuelanos com o intuito de compartilhar suas trajetórias no Brasil em um dado momento. Tal escopo se mostrava demasiado abrangente para as finalidades da presente pesquisa, de natureza qualitativa, e incompatível com a pretensão de extrapolar o monitoramento online para abarcar também momentos de interlocução direta com os participantes, por meio das entrevistas. Tendo isso em mente, passei a acompanhar apenas os canais que então estavam ativos e possuíam ao menos 10 mil inscritos, considerando que manter uma frequência mínima de postagens seria revelador do engajamento do migrante com a sua própria rede social, além de propiciar à pesquisadora uma quantidade significativa e atualizada de dados para a análise.

Quadro 1 - Canais de migrantes venezuelanos no Youtube com seus respectivos números de inscritos, visualizações e datas de criação, listados em ordem alfabética

Canal	Quantidade de inscritos	Visualizações	Data de criação
Alam Romero	19, 6 mil	256.092	23/09/2012
AleyElmorenazo	1,26 mil	93.083	10/12/2011
Alfredo y Wuilldelys	199	8.763	14/06/2019
Alejandra TeamJ	11,2 mil	958.926	04/08/2009
Andres Smiller	2,54 mil	145.995	21/07/2019
Angeles Vlogs	705	47.792	24/08/2008
Anyelo Califano	207	9.697	06/06/2014

¹⁸ Em junho de 2022, as métricas de engajamento e seguidores dos canais encontrados no ano anterior foram atualizados com vistas à elaboração do quadro. A única exceção foi Alejandra TeamJ, cujos dados permaneceram os da coleta inicial considerando que o canal foi hackeado e, em seguida, definitivamente fechado pela plataforma, conforme contou a administradora - Alejandra - em dois vídeos no canal que mantém junto com o seu marido (AleyElmorenazo). Embora um novo levantamento não tenha sido realizado durante o período, foi possível encontrar - através do acompanhamento dos nossos interlocutores de pesquisa, ao observar as parcerias mobilizadas em suas redes - alguns canais de venezuelanos que não foram incluídos no mapeamento. Em todo caso, sabemos que o acréscimo de outros critérios de busca naturalmente teria levado a resultados mais abrangentes, porém não tínhamos como propósito documentar a totalidade dos canais mantidos pelos migrantes no Brasil, e sim traçar um panorama geral que pudesse guiar a delimitação do nosso corpus.

Cadenas Oficial	587	30.336	25/03/2020
CAMINHONEIRO VENEZOLANO EN BRASIL	737	62.514	11/10/2011
Carolina Acevedo	1,16 mil	12.683	05/08/2020
Cesar Augusto	114	13.529	03/05/2009
Daniel Emigra	909	40.342	29/05/2019
Distract Vlogger	2,87 mil	190.989	21/11/2016
Eddie Yepez	385	26.218	25/12/2018
El Rafucho	1,9 mil	96.233	23/08/2020
Espacio de Shelmis	18,3 mil	1.014.528	22/12/2014
Gabriela Rodriguez	1,02 mil	58.588	05/01/2018
Genesis Quijada	369	16.598	11/04/2020
Gerson Zambrano	6,08 mil	253.538	14/11/2011
inderfonzo hernandez	69	1.531	21/01/2016
Isandra Nunez	112	1.325	09/03/2020
José Luis Ferrer	1,56 mil	126.813	19/02/2013
Junior Roso	427	23.005	22/03/2018
Katy Trinitario	956	43.794	01/06/2019
Keto Alejandro	53	2.281	30/11/2007
LA GRINGA	1,44 mil	48.676	17/05/2020
Las Aventuras de Jimmito	9,82 mil	453.425	10/11/2020
Liberdade Venezuela	11,6 mil	534.761	06/03/2021
Leo Vlogs	5,11 mil	390.439	13/01/2016
Maria Cortez	3,17 mil	195.623	14/12/2015
Maribella	24,7 mil	2.357.597	17/09/2012
Mari&Cris 18	342	14.096	08/08/2020
Me dicen Lao	2,56 mil	158.126	13/12/2011
Meglys Ordosgoite	345	15.771	03/04/2013
Nelson Fransceschi	1,03 mil	37.442	25/06/2017

Norelys Califano	640	30.314	08/04/2015
Oscarina Extranjeros en Brasil	3,36 mil	206.049	21/03/2019
Sam y Vivi	166	9.121	17/03/2020
Só Café con Leche	320	25.012	16/05/2021
Soy Anjeli	847	25.193	05/02/2020
venezolano em Brasil	1,04 mil	4.969	24/07/2020
Vicky en Brasil	16.1 mil	1.946.787	15/02/2017
Viviana Castillo	1,93 mil	114.115	15/04/2012
Vlog de yare	¹⁹	59.185	30/09/2011
Yesenis La Rosa	4,47 mil	358.298	26/05/2020
Yilanny Tabate	1,31 mil	83.407	24/11/2012
Zule VenBra	13,7 mil	1.019.740	29/11/2017

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Com a incorporação desses parâmetros - estar ativo e possuir, no mínimo, 10 mil seguidores - o escopo foi reduzido para 5 canais, coincidentemente todos eles geridos por mulheres, que passaram a ser monitorados de maneira sistemática. As observações geraram um diário de campo, contendo informações importantes sobre os rumos da pesquisa e os dados obtidos, *insights* e percepções gerais, além de prints dos elementos que haviam me chamado mais atenção. A partir de setembro de 2021, foram realizados os primeiros contatos, via email, com as youtubers, apresentando a pesquisadora e os propósitos da investigação. Entretanto, essa primeira tentativa só obteve uma resposta efetiva, o que motivou a utilização do chat do Instagram como ferramenta para contactá-las. Mesmo após essa investida, uma das possíveis fontes nunca chegou a visualizar ou responder o convite, e outras duas acabaram não participando da fase de entrevistas, uma por questões de disponibilidade, a outra por recusa explícita. Assim sendo, da totalidade inicial de 5 interlocutoras restaram apenas 2 (Vicky e Maribella), o que já sinalizava que o recorte definitivo da pesquisa não seria tributário apenas da minha intenção e insistência em incluir determinados participantes, levando em conta a relevância das suas postagens e das falas obtidas, senão também da agenda e vontade pessoal dos próprios.

¹⁹ O canal não disponibiliza publicamente a contagem de inscritos.

Diante das tentativas falhas, o mapeamento exploratório foi recuperado e passei a fazer contato com os administradores de outros canais, de público menor, porém ainda assim ativos. Foi aí que recebi uma resposta positiva do casal Maria e José através do chat do Instagram. Em paralelo, foi solicitado às duas primeiras entrevistadas que mediassem o convite da pesquisadora com os produtores de conteúdo com quem tinham maior proximidade e afinidade. A partir da indicação de Vicky, entrei em contato com Nelson via Whatsapp. Posteriormente, uma sexta entrevistada foi encontrada a partir do Instagram, Yesica. Após uma tentativa falha de comunicação via chat, a migrante respondeu um comentário meu deixado em uma postagem na mesma rede com o seu número de Whatsapp profissional, meio que então assumimos para as nossas trocas de mensagens.

Já o desdobramento do campo de pesquisa do Youtube para o Instagram se deu por diferentes motivos. Como dissemos antes, a própria arquitetura da internet nos leva a seguir os rastros dos seus agentes em diferentes plataformas, movimento que é incentivado, em especial, pelos produtores de conteúdo em razão do desejo de expandir as suas audiências. Para um etnógrafo ainda em fase de delimitação e exploração do seu objeto, passar a acompanhar outras redes sociais que não haviam sido inicialmente previstas se constitui como uma estratégia interessante para localizar onde estão os seus possíveis interlocutores e, assim, também identificar onde podem ser encontradas as atividades nas quais ele deverá se engajar para conduzir a sua pesquisa. Neste trabalho, o Instagram se revelou particularmente útil para manter um contato mais próximo com os migrantes, considerando que a atividade deles na plataforma era, em geral, mais intensa do que no Youtube, onde os vídeos costumavam passar por um processo de edição mais trabalhoso e eram publicados semanalmente ou até em frequências mais espaçadas, a depender do caso.

Além de seguir acompanhando os interlocutores encontrados no Youtube, foi por meio do Instagram que conseguimos encontrar e incluir mais uma participante desta pesquisa: Yesica. Apesar de possuir alguns vídeos publicados na rede social, a venezuelana não apareceu entre os resultados do mapeamento exploratório realizado a partir da expressão “venezuelanos no Brasil” e variantes como critério de busca. Foi a partir de um *story* produzido por Maribella, no qual ela divulgava uma live que iria acontecer naquele mesmo dia no perfil de Yesica²⁰, que fiquei sabendo da sua existência e passei a contatá-la. Provavelmente a fonte passou despercebida no levantamento exploratório pelo fato de não ter

²⁰ A live em questão aconteceu no dia 22/02/2021, data em que a fronteira terrestre Brasil-Venezuela foi reaberta após quase dois anos de fechamento devido ao início da pandemia da Covid-19. A ocasião foi intensamente acompanhada pelos participantes da pesquisa, gerando diversos conteúdos como *stories*, postagens com atualizações e a referida transmissão ao vivo.

utilizado a frase supramencionada em nenhum de seus vídeos, como pode ser averiguado depois, e também por ser pouco assídua no Youtube. Nesse sentido, cabe ressaltar que Yesica prioriza o Instagram como a sua principal mídia social, o que pode ser percebido através da discrepância entre sua quantidade de seguidores nas respectivas plataformas e foi confirmado pela mesma durante entrevista.

3.1.2 Dos procedimentos e implicações éticas

Como um migrante e como um estrangeiro, o etnógrafo em movimento precisa se adaptar às circunstâncias, e para tanto passa a experienciar a gama de interações que aqueles que o circundam desenvolvem a procura dos seus significados. Nas redes, tanto quanto numa aldeia, o seu tópico de investigação assume um caráter ambiental, sendo que no primeiro o “ir a campo” não se descola do estar em casa. Conseqüentemente, as fronteiras entre a etnografia e o uso pessoal das plataformas são borradas, o que exige uma atenção e empenho adicional na tentativa de desmembrar a atividade como usuário e a como etnógrafo. Na maioria dos casos, esse “divórcio” ficava impossibilitado pela própria configuração das redes, que deu origem a uma *timeline* onde postagens feitas pelos participantes da pesquisa se embaralhavam com aquelas da minha rede de contatos pessoal, já que as interações anteriores realizadas com ambos eram igualmente arquivadas. Além disso, a visibilidade entre os atores em cena era mútua, de forma que a pesquisadora não estava só observando os seus interlocutores como também era por eles observada em situações que iam muito além do ofício.

A percepção de estar sendo vista impôs uma espécie de vigilância e cautela a mais quanto ao conteúdo daquilo que era publicado em minhas próprias redes, em especial, no que diz respeito ao posicionamento político. Tal atitude veio como um reflexo do entendimento de que há, entre os venezuelanos em geral e entre alguns dos participantes em específico, uma forte rejeição às esquerdas, gerando o receio de que meu alinhamento ideológico pudesse causar certas reservas para aqueles que possuem orientações políticas distintas e assim comprometesse o andamento da investigação. Para além disso, foram tomados alguns cuidados com a imagem pessoal, a fim de evitar a superexposição de detalhes cotidianos que no contexto da pesquisa pudessem ser considerados inadequados. Ao empreender tais movimentos, não tinha como intuito assumir uma nova identidade virtual e sim manter a autenticidade e a coerência com as posturas adotadas na hora das entrevistas, utilizando o bom-senso para dosar aquilo que os participantes teriam acesso. Essa curadoria foi realizada

no Instagram, sobretudo a partir da filtragem do público que poderia visualizar os *stories*, recurso que já era utilizado antes mesmo da pesquisa para registros mais privados.

Ademais, não considerei que o ocultamento de determinados conteúdos por parte da pesquisadora fosse problemático a ponto de comprometer a sua participação e engajamento com o grupo estudado. Isso porque, ao contrário de argumentarmos que as redes sociais levam a uma desenfreada exposição pessoal, de cunho generalizado e irrefletido, concordo com Polivanov (2015) que os perfis online são atravessados por um permanente jogo de visibilidade e ocultamento. Mesmo no caso desta pesquisa, em que a prática de divulgar informações sobre o processo migratório se mistura à cobertura particularizada e, em alguns casos, intensa do cotidiano, os participantes revelaram ter consciência sobre aquilo que desejavam ou não publicar. Isso pode ser percebido, por exemplo, na fala de José, ao segmentar os produtores de conteúdo venezuelanos entre aqueles que “falam coisas negativas do Brasil”, “outros que falam das coisas positivas”, e “outros que simplesmente mostram sua vida, o que fazem no dia a dia”. A publicização da intimidade passa, portanto, por uma negociação quanto ao quê e quem pode acessar, e da mesma forma que foram selecionados quais materiais seriam deixados à mostra para os interlocutores, também eles o fazem com suas audiências, assim como podem ter feito comigo de maneira específica.

Refletir sobre o papel do pesquisador sempre foi um dos elementos característicos da etnografia, e com os trabalhos realizados em ambientes digitais não poderia ser diferente. Nesse sentido, uma das principais discussões diz respeito ao grau de inserção no campo e suas consequentes implicações éticas. Autores como Frago, Recuero e Amaral (2011) e Polivanov (2013) classificam o lugar epistemológico ocupado pelo etnógrafo na internet a partir de dois extremos pautados pelo nível de interação e proximidade entre pesquisador e pesquisado: os *lurkers* e os *insiders*. Os primeiros seriam aqueles que se beneficiam do anonimato permitido em determinadas plataformas, como listas de discussão, fóruns, páginas, comunidades online etc., das quais passam a fazer parte apenas como observadores, sem engajamento direto. Os *lurkers* são, por consequência, aqueles que interferem o mínimo possível nas práticas analisadas, porém ainda assim o fazem, considerando “que sua presença, ainda que não anunciada, afetará o objeto de estudo” (POLIVANOV, 2013, p.64). Esse distanciamento, entretanto, pode inviabilizar a inserção em ambientes mais privados, de acesso restrito, assim como o contato com eventuais entrevistados, comprometendo a densidade analítica esperada em um estudo etnográfico.

Os *insiders*, por outro lado, seriam o oposto dos *lurkers*, aqueles que afetam a “narrativa etnográfica com a inserção de elementos autobiográficos e seu pré-conhecimento

e/ou participação da cultura” (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2011, p.193). Neste caso, o pesquisador já era previamente inserido ou tinha ligações próximas com o objeto de estudo. O seu engajamento pessoal faz com que ele tenha algumas facilidades no acesso e na coleta de dados, favorecendo uma visão mais holística, ao mesmo tempo em que também gera desafios relacionados, dentre outros aspectos, a manutenção de um olhar crítico e do devido rigor metodológico na hora de produzir o seu relato. Assim, assumir a posição de *lurker* ou *insider* implica tanto em enfrentar dificuldades quanto em usufruir de certas vantagens, as quais, por sua vez, impactam nos resultados do estudo e no tipo de narrativa etnográfica construída. Cabe ressaltar, ainda, que tais tipos de comportamentos e posicionamentos não são estanques, podendo o pesquisador flutuar estrategicamente entre diferentes níveis de distância e proximidade.

Neste trabalho, me situo em um lugar intermediário no espectro de participação, que vai desde o mais intensivo, onde o círculo social do pesquisador faz parte do campo, como no caso do *insider* íntimo (TAYLOR, 2011 apud SANTOS, 2021), até o meramente observacional. Comecei a acompanhar os perfis de redes sociais dos participantes apenas quando a pesquisa foi iniciada e, portanto, não estava diante de um território familiar. O fato de passar do status de uma completa *outsider* para o de seguidora em tais ambiências fez com que, em um primeiro momento, assumisse uma postura mais passiva e silenciosa. Afinal, era preciso “apreender suas dinâmicas de funcionamento, valores e regras sociais antes de se manifestar” (POLIVANOV, 2013, p.64) publicamente diante do grupo, a fim de desenvolver uma sensibilidade mais acurada e evitar deslizos em termos de códigos e linguagens próprias, que poderiam vir a comprometer o andamento da pesquisa. Porém, à medida que as relações com os participantes foram sendo construídas, sobretudo a partir da realização das entrevistas, conquistei também confiança para interagir com eles na forma de curtidas e comentários, além do contato via chat privado.

A internet, ao mesmo tempo em que é fonte de debates e dilemas internos para o pesquisador devido a sua abrangência e diversidade, sem mencionar as questões de ordem ética, também nos presenteia com infinitos recursos e possibilidades. Hiperlinks, hashtags e sugestões de conteúdo com base em algoritmos foram alguns dos instrumentos utilizados ao longo do trabalho que se revelaram bastante úteis para visualizar e escolher que conexões deveriam ser seguidas e trazidas para o campo. Dessa forma, atento para a característica multifuncional da web, descrita por Fragoso, Recuero e Amaral (2011, p.17), e a incorporo simultaneamente como objeto, local e instrumento de pesquisa. No caminho de elucidação do objetivo principal, isto é, compreender de que forma o tornar-se *influencer* se constitui como

um meio de negociação de pertencimento para migrantes venezuelanos no Brasil e o que isso nos diz sobre o momento contemporâneo, combino a observação e o monitoramento das redes selecionadas a entrevistas em profundidade. Estas, em especial, foram essenciais para "quebrar o gelo" com os interlocutores e deram origem a conversas informais sustentadas com alguns deles no Whatsapp e no chat do Instagram em momentos posteriores.

Embora a observação e o monitoramento online tenham sido as ferramentas metodológicas mais presentes durante o trabalho de campo, sendo realizados de maneira sistemática e gerando um diário, as entrevistas se revelaram um recurso tão valioso quanto. Da minha parte, a intenção era que elas servissem como um momento de escuta e não um interrogatório, no sentido de que o propósito não era a busca por uma resposta "verdadeira", precisa e objetiva, e sim entender as perspectivas dos migrantes sobre os fatos, inclusive buscando saber mais sobre as suas histórias e trajetórias pessoais. Para tanto, julguei importante tomar algumas medidas para que eles se sentissem o mais confortáveis possíveis, como realizar o convite para a entrevista em espanhol e no momento da sua execução perguntar se desejavam manter o idioma ou falar em português, opção que variou de acordo com a preferência de cada um. Além disso, tomei a iniciativa de realizar uma apresentação breve e inicial sobre a biografia da pesquisadora e o que a tinha levado a trabalhar com o tema das migrações, bem como as motivações e objetivos específicos da investigação em curso, como constante.

Ao mesmo tempo em que primava pela escuta, é possível dizer que as entrevistas se constituíram como oportunidades de trocas, no sentido de manter-me aberta às sugestões propostas pelos participantes. Foi a partir desse diálogo, aliás, que tomei consciência de novos possíveis entrevistados e de outras plataformas que eram utilizadas pelos venezuelanos e eventualmente poderiam ter sido incluídas na análise. A ocasião também foi útil para esclarecer termos e posturas que eram adotadas pelos migrantes de maneira recorrente em suas redes e que se mostravam obscuros para nós, provocando angústias logo resolvidas por meio desse contato direto. Acredito que o gesto de aproximação inicial e a persistência de uma postura receptiva a interpelações propiciou que, às vezes, fosse convocada a responder e dizer qual era o meu ponto de vista em temas polêmicos relacionados à migração venezuelana no Brasil, como se deveria haver um controle fronteiriço mais rigoroso e falar "com a maior sinceridade" o que eu, enquanto brasileira, opinava sobre o grupo. De fato, isso aconteceu antes mesmo que me sentisse pronta para fazê-lo, mas, em todo caso, a opção sempre foi por manter um posicionamento transparente, mesmo que soubesse ser em algum grau dissonante.

Assim, as entrevistas foram pautadas em um roteiro semiestruturado, sendo conduzidas tanto a partir de algumas questões-chave, norteadoras do trabalho, quanto por tópicos que surgiam na ocasião da conversa. Escolhemos realizar as interlocuções de forma síncrona, através de videochamadas, por possibilitarem visualizar gestos, expressões faciais e comportamentos que em geral passariam despercebidas em outras modalidades online. A conversa em tempo real, ademais, propicia uma maior espontaneidade para a conversa, já que os participantes podem responder de maneira instantânea, mais próxima do contato face a face, assim como levantar suas próprias questões para o pesquisador. Não por acaso, as entrevistas coletadas durante a pesquisa costumaram ser longas, algumas delas com várias horas de duração, e foram desdobradas em outros encontros ou conversas informais via mensagem de texto.

Nessa perspectiva, cabe justificar que a opção por realizar entrevistas tecnologicamente mediadas se deu devido a dois fatores principais. Em primeiro lugar, pelo fato de que a pesquisa foi gestada em um momento em que a situação sanitária provocada pela pandemia da Covid-19 era considerada grave no Brasil, já que muitos ainda estavam com o esquema vacinal incompleto, incluindo a pesquisadora. Além disso, a disponibilidade de recursos e a praticidade de realizar o contato virtualmente foram considerados, tendo em vista a dispersão dos interlocutores em diversos estados e regiões do país. Ao optar por tal formato, foi possível poupar tempo e custos com eventuais deslocamentos sem prejudicar a abrangência territorial da amostra. Pontuo, ainda, que a própria familiaridade dos entrevistados em se comunicar à distância, prática inserida na rotina de todos para manter contato com aqueles que ainda vivem na Venezuela, estão em outro país ou em uma cidade brasileira diferente da sua, fez com que não fosse necessário para esta etnografia que os encontros ocorressem de forma presencial. Algo que talvez se mostrasse inadequado ou até mesmo improdutivo caso o grupo fosse menos afeito à troca de intimidades em ambiências digitais e à exposição diante das câmeras.

Diante do exposto neste subcapítulo, fica evidente que, para além do domínio das bases epistemológicas e metodológicas que fazem da etnografia um modo distinto de conhecimento, o etnógrafo é chamado a desenvolver outras sensibilidades na hora de conduzir a sua pesquisa. Antes mesmo de dar o seu “mergulho” no campo, ele precisa realizar uma espécie de preparo, isto é, ter uma iniciação mínima no tema e no grupo a ser investigado (TRAVANCAS, 2006, p.4), pois um primeiro passo dado em falso pode interferir completamente no seu processo. No caso das etnografias conduzidas na e a partir da internet, entender o funcionamento e o design de uma plataforma é fundamental, porém não o

suficiente para estabelecer de que forma o pesquisador deverá transitar em tal ambiência e interagir com os seus participantes. Variáveis como o momento, o suporte e a linguagem mais adequados para interagir estão mais relacionadas ao universo explorado no estudo do que as prescrições das técnicas e procedimentos propriamente ditos.

Até aqui, discutimos as principais referências, preceitos e escolhas que guiaram o percurso metodológico desta dissertação. Passo, a seguir, para a descrição dos campos e dos participantes da pesquisa, a fim de apresentar ao leitor os principais recursos e formas de apropriação das plataformas pelos influenciadores venezuelanos, assim como um breve resgate em torno da biografia e trajetória migratória de cada um deles.

3.2 OS CAMPOS DE PESQUISA

Não é o intuito, para esta seção, descrever o perfil de cada um dos participantes, porém, a título de uma apresentação inicial, podemos dividir a amostra nos seguintes subgrupos: migrantes micro influenciadores e migrantes aspirantes ao posto. Ressalto que, embora seus números de engajamento estejam longe de se equiparar ao de celebridades digitais como Whindersson Nunes, Felipe Neto e outros²¹, o fato de todos eles impactarem centenas e até milhares de usuários com as suas opiniões e hábitos leva a fazer uma aproximação com o fenômeno. Ademais, frisamos que nem todos eles se enxergam como *influencers* e que na maioria dos casos a iniciativa de produzir conteúdo na internet não foi apontada como um projeto financeiro a priori, sendo o tamanho da visibilidade alcançada algo inesperado para os próprios. Daí a nossa ênfase no “tornar-se” como um processo em aberto, que pode vir a se concretizar ou não.

Na primeira categoria, a dos microinfluenciadores, Yesica, Vicky e Maribella se destacam por serem as personalidades mais populares do nicho venezuelano, com 28,7 mil seguidores no Instagram e 18,3 mil e 31,4 mil inscritos no Youtube respectivamente, além de trabalharem diretamente com a internet. Já entre os “candidatos” a pequenos *influencers*, Maria, José e Nelson possuem vínculos empregatícios externos e atribuem a este motivo o fato de alimentarem as suas redes com menor frequência do que gostariam, tendo no Youtube um público na casa dos 1-2 mil seguidores²².

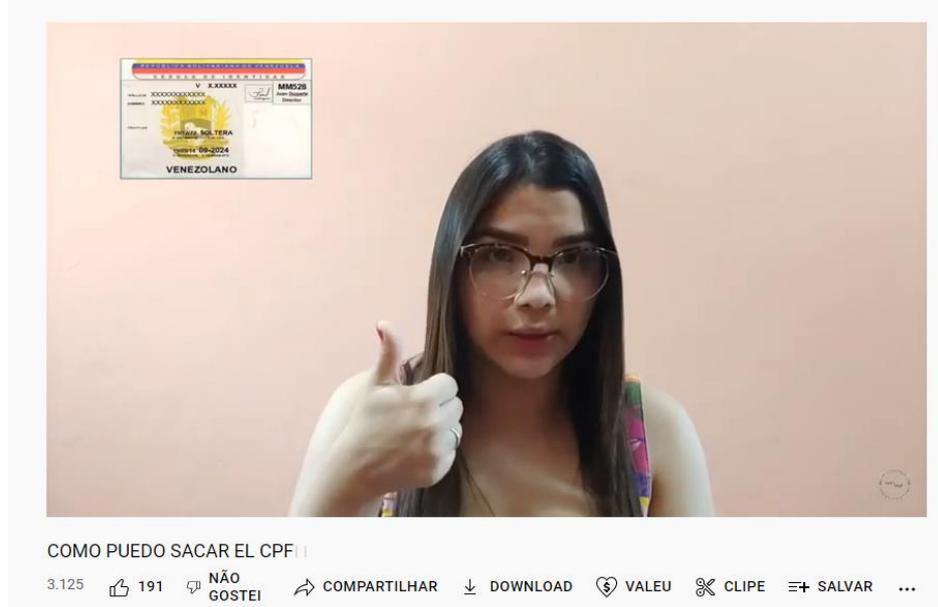
²¹ No Brasil, os comediantes só perdem em número de inscritos no Youtube para o canal KondZilla, da produtora de clipes de funk homônima: Whindersson, com 44 milhões, e Felipe, com 44,8 milhões (dados atualizados em janeiro de 2023).

²² Todos os números de seguidores citados no parágrafo são referentes ao mês de janeiro de 2023.

3.2.1 Youtube

Apesar das diferenças guardadas entre os interlocutores, é possível verificar que os canais do Youtube compartilham várias características em comum, desde as temáticas privilegiadas aos tipos de enfoque dados nos conteúdos, que seguem fórmulas como “Conhecendo tal lugar”, “X coisas que me surpreenderam no Brasil”, “Venezuelano preparando/provando tal iguaria típica”, entre outras, nos títulos. Independentemente de adotar um tom mais informativo ou ser mais voltado para o entretenimento, há em todos eles a recorrência de vídeos com orientações práticas sobre como se instalar no país, sobretudo no que tange à documentação necessária, oferta de vagas de trabalho, abertura de contas bancárias, preços de aluguel, compras domésticas e serviços públicos em geral. Os youtubers assumem, assim, um papel de referência na organização do projeto migratório, fornecendo, a partir do relato de seus casos bem ou mal sucedidos, ou seja, de seus testemunhos individuais, subsídios para que o seguidor tome a sua decisão e inicie a empreitada rumo a uma localidade específica.

Figura 1 - Vídeos utilitários destacam os trâmites burocráticos e o custo de vida com despesas básicas





Fonte: Reprodução Youtube/Maria y Jose (04/06/2021).
 Fonte: Reprodução Youtube/Nelson Franceschi (06/05/2020).

Além das questões relativas à etapa inicial, também são tematizados os seus enfrentamentos cotidianos como migrantes, incluindo tópicos como o aprendizado do português, a revalidação de diplomas, o envio de remessas através de aplicativos e a renovação do Registro Nacional do Migrante (RNM). Nesse sentido, os trâmites burocráticos relacionados à cidadania jurídica e as notícias relacionadas à migração venezuelana no Brasil - como inauguração de refúgios e atualizações sobre a situação da fronteira, abarcando desde manifestações contra os migrantes a informações sobre as rotas clandestinas, conhecidas como *trochas* - são interesses constantes. Ademais, os participantes da pesquisa também utilizam o Youtube para compartilhar acontecimentos marcantes da realidade brasileira, como o aumento da inflação e do preço da gasolina em 2022. Já durante o auge da pandemia, por exemplo, notei que o enfoque dado nos vídeos era mais local, fornecendo atualizações sobre a situação das cidades onde viviam, as medidas de contenção adotadas e o posterior afrouxamento delas, volta às aulas híbridas ou presenciais e retomada do comércio.

Embora a dimensão prática tenha um grande peso na atuação dos venezuelanos no Youtube, no sentido de ajudar a resolver problemas e fornecer uma rede de apoio, ainda que mediada tecnologicamente, aos seus compatriotas e aos migrantes de outras nacionalidades que já estão ou pretendem vir para o Brasil, não se pode reduzir o papel da rede social ao mero utilitarismo. Considerando que todo o material que é divulgado no Youtube vem acompanhado pela possibilidade de interação direta e instantânea, podemos pensar que a mídia social também atua como um importante instrumento de formação e fortalecimento de

vínculos, tanto para os youtubers quanto os seus seguidores. Nessa perspectiva, o gesto de narrar a vida em primeira pessoa, compartilhando trajetórias, momentos, gostos e afetos, é o que dá aos migrantes organicidade à suas experiências, ao mesmo tempo em que torna comuns as diferenças, permitindo a criação de intimidade, em muitos casos, com completos desconhecidos.

A sedimentação do comum, por consequência, é o que viabiliza a sociabilidade entre os diferentes grupos em cena. Os relatos tecidos pelos migrantes a um só tempo abrem margem para o diálogo intercultural, constituindo-se como um ponto de partida para o contato e a negociação²³ à medida que despertam o interesse e a curiosidade no Outro, e geram identificação. As possibilidades de identificação, entretanto, são muitas diante de um contexto hipermidiatizado onde conceitos como aproximação e distância foram completamente reformulados. Falar sobre seus costumes e tradições particulares é o que dá coesão à comunidade, mas também é uma das estratégias assumidas na luta por reconhecimento e visibilidade em esferas mais amplas. Assim, a experiência compartilhada publicamente pode ser vista tanto como fonte de conhecimento quanto de entretenimento, recomendação e inspiração para os membros da comunidade de origem e de destino.

Na diáspora venezuelana, a atuação dos youtubers fornece subsídios para solucionar questões de ordem prática e, simultaneamente, manter vivos os seus laços identitários e culturais. Ao fazê-lo, entendo que tais sujeitos produzem uma memória coletiva que se vincula, porém não se restringe, ao universo de origem, havendo espaço para o pertencimento presente. O desejo de se inserir na sociedade onde se vive aqui e agora, aliás, vem acompanhado por receios e sofrimentos de diversas ordens, e como parte dessa busca os venezuelanos também lançam mão de um convite para que os brasileiros conheçam a sua cultura e as suas visões sobre o país. Em outras palavras, aqui o serviço informativo anda lado a lado aos *videoblogs* (*vlogs*) de viagens, *reviews* de produtos, compras em lojas e mercados, audição de cantores brasileiros, prova de pratos típicos, etc. O que dá pistas sobre como o consumo tem sido uma das vias possíveis para a negociação de pertencimento local.

Passando dos principais usos sociais dados pelos migrantes à plataforma para a questão idiomática, ao analisar os títulos e as falas dos vídeos, percebemos a apropriação de palavras e sintaxes tanto do português quanto do espanhol, em alguns casos vindo misturadas.

²³ A negociação intercultural, entretanto, pode ser conflitiva e por vezes acaba esbarrando na negação aberta à diferença, a qual se materializa através de discursos de ódio que são despejados pelos *haters* nos comentários de determinadas postagens. Falaremos sobre o tema mais adiante, no item 4.2.1.

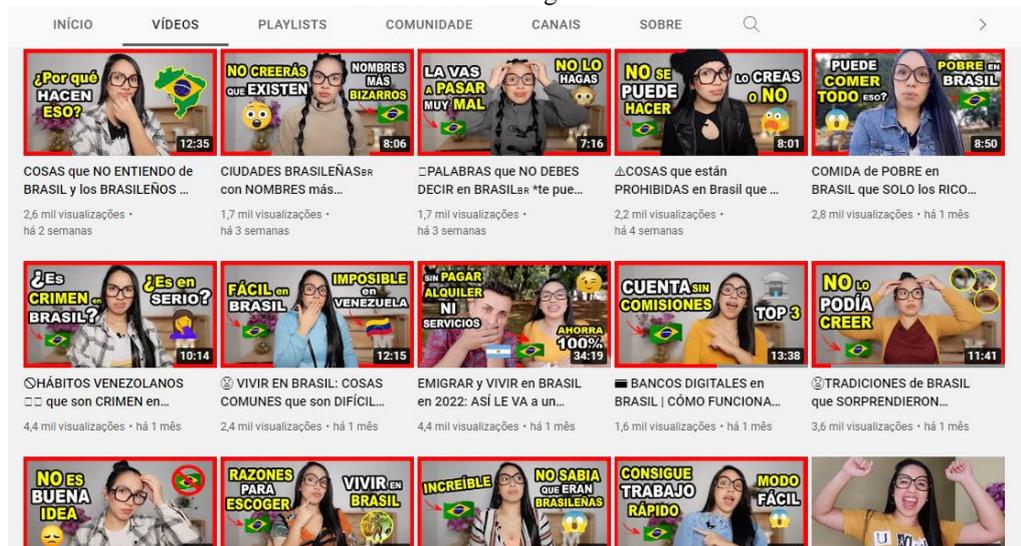
Nesse sentido, o portunhol²⁴ pode ser visto como reflexo da hibridização identitária (ELHAJJI, 2021) em curso na vida dos migrantes, no sentido de o contato íntimo com a língua portuguesa no seu dia a dia conduzir à uma gradual interiorização do novo idioma, que passa a coexistir com o materno em suas práticas narrativas on e offline. Ademais, podemos pensar no portunhol como um recurso utilizado pelos *influencers* para se fazer inteligível e abarcar um público mais amplo, aglutinado em duas territorialidades principais - o país natal e o anfitrião -, e assim contornar a falta de domínio dos idiomas originais, isto é, o espanhol e o português, por parte dos brasileiros e dos venezuelanos. Outras estratégias empregadas são a disponibilização de legendas e a adoção do português na hora de interagir com os brasileiros nos comentários, indícios estes que revelam a intensidade das trocas e o conseqüente processo de aproximação entre as duas nacionalidades.

Ao analisar a seção “Sobre”, verifiquei que quase todos os youtubers priorizam a demarcação da sua condição diaspórica, ora se afirmando enquanto “imigrante venezuelano”, ora como “venezuelano no Brasil”. O único caso em que tal forma de autoapresentação não esteve presente na descrição foi o de Vicky, entretanto, cabe reforçar que o nome escolhido para batizar o seu canal (Vicky en Brasil) por si só já reforça o vínculo ao país de recepção e o seu lugar de fala como migrante.

Em relação aos elementos imagéticos, podemos perceber que os símbolos pátrios costumam aparecer não só nas imagens de capa, mas também nas edições dos próprios vídeos e, por vezes, no cenário montado para a gravação, seja com bandeiras de fundo ou vestindo uma camiseta verde e amarela onde se lê I <3 Brasil. O acionamento de elementos relacionados à identidade nacional também é comum em vídeos que tematizam curiosidades e costumes brasileiros, explorando os símbolos mais conhecidos que fazem parte do imaginário do país e da brasilidade no exterior, como a feijoada, o samba e o Cristo Redentor. Entretanto, na hora de falar sobre a localidade onde vivem, atributos regionais se fazem presentes, ora através de imagens genéricas encontradas na internet, ora em filmagens caseiras onde os próprios migrantes provam comidas típicas como o pinhão no Paraná e o açaí no Amazonas, ou então visitam seus principais cartões-postais.

²⁴ Para Elhajji (2021), seria mais preciso falar em “portunholes”, considerando a sua multiplicidade e mutabilidade, do que em um único “portunhol”. Embora não se trate de um fenômeno *sui generis* na paisagem linguística mundial, o código - que pode ser entendido como interlíngua, dialeto ou simples língua de contato - tem como particularidade o fato de ser uma mescla entre idiomas que possuem uma genealogia em comum.

Figura 2 - Símbolos patrios estão presentes nas capas, nos cenários e nas próprias vestimentas utilizadas no momento da filmagem





Fonte: Reprodução Youtube/Maribella Soy. Print feito em junho de 2022.

Fonte: Reprodução Youtube/Nelson Franceschi (24/02/2022).

Fonte: Reprodução Youtube/Vicky en Brasil (03/06/2021).

Já na hora de apresentar a Venezuela, os migrantes costumam referenciar o cenário da crise política e econômica que os motivou a sair do país, criticando o governo bolivarianista, por vezes referido como “socialista”, e compartilhando sua experiência de enfrentamento à escassez de alimentos, inflação, desabastecimento de gasolina e quedas de energia. Além desses vídeos, onde o contexto venezuelano é narrado através de passagens e fotos de acervo pessoal (Figura 3), há aqueles especificamente focados nas práticas culturais, em que os youtubers falam, por exemplo, sobre as festividades típicas nacionais e fazem *vlogs* preparando comidas como a *arepa*, a *cachapa* e a *hallaca* (Figura 4), que de tão presentes parecem compor uma espécie de repertório ou agenda mínima da *venezuelaneidade*.

Figura 3 - Maribella utiliza arquivos pessoais para contar sobre como era a sua vida antes da emigração



Fonte: Reprodução Youtube/Maribella Soy (18/10/2021).

Figura 4 - Preparo de receitas típicas foi um dos conteúdos recorrentes em todos os canais analisados



Fonte: Reprodução Youtube/Maria y Jose (21/12/2021).

Ao representar a culinária, a música e as tradições do país natal, é notável que os youtubers se colocam ao mesmo tempo como representantes da Venezuela - e, por isso, responsáveis por apresentá-la para uma audiência estrangeira a partir das suas personas - e produtores de representações do país em si. Assim, a experiência tornada pública na internet, como um produto cultural a ser consumido, é a de conhecer o lugar através da pessoa, com ênfase no cotidiano e na memória de quem testemunha.

3.2.2 Instagram

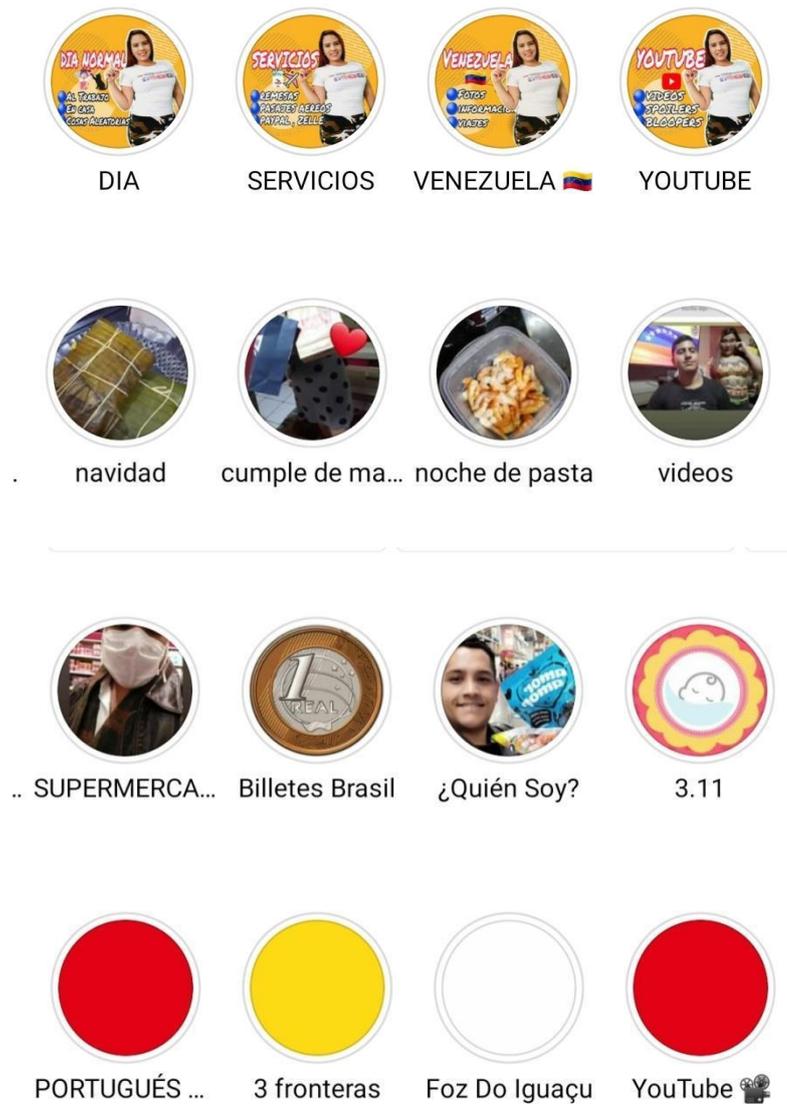
No Instagram, a possibilidade de compartilhar não apenas vídeos, mas também fotos, faz com que os migrantes venezuelanos se apropriem de diferentes formas da rede social. Nesse sentido, a ambiência aparenta centralizar a atividade online dos interlocutores, sendo alimentada não só pelos conteúdos criados na própria rede, como fotos e filmagens pessoais customizadas através da sua ferramenta de edição, mas também cards e repostagens de conteúdos provenientes de outras mídias como, por exemplo, o TikTok.²⁵ Também era no Instagram, através da ferramenta dos *stories*, que os venezuelanos sempre divulgavam a publicação de um novo vídeo no Youtube, o que ajudava a manter-nos atualizados. Devido ao seu formato mais dinâmico, que desaparece em 24h e conta com recursos como enquetes, votações e perguntas, as histórias permitem criar uma relação mais intensa e intimista com os seguidores, motivo porque costumam ser utilizadas por personalidades famosas e *influencers* em geral para interagir com seu público. No caso dos venezuelanos, identifiquei que elas também são muito utilizadas para relatar ou registrar algum acontecimento banal do dia a dia.

Outra particularidade dos *stories* é que eles podem ser salvos e fixados no perfil em formatos de pastas, que são chamadas de “destaques”. Os destaques são categorizados por temas escolhidos pelos próprios usuários e utilizados pelos venezuelanos com diferentes propósitos. Alguns utilizam o recurso para facilitar a visualização de informações práticas, relativas a serviços, preços e documentação, e também para guardar recordações e momentos especiais, a exemplo de comemorações, viagens e elogios recebidos dos seguidores. Adicionalmente, verifiquei que os destaques são criados para segmentar os conteúdos de outras plataformas que são divulgados nos *stories* com hiperlinks que redirecionam a audiência para a mídia original.

Figura 5 - Critérios de segmentação dos destaques



²⁵ O TikTok é uma rede social voltada para o compartilhamento de vídeos curtos que se popularizou no início da pandemia, em 2020, e cujo conteúdo abarca principalmente dublagens, imitações e coreografias.



Fonte: Reprodução Instagram/@yecamorais. Print feito em junho de 2022.
 Fonte: Reprodução Instagram/@vickyenbrasil. Print feito em junho de 2022.
 Fonte: Reprodução Instagram/@juntosamariayjose. Print feito em junho de 2022.
 Fonte: Reprodução Instagram/@nelson.franceschi. Print feito em junho de 2022.
 Fonte: Reprodução Instagram/@maribellasoy. Print feito em junho de 2022.

Entre as diferentes possibilidades disponíveis no Instagram, destaco ainda o chat privado, que me serviu como meio de abordar os migrantes para apresentar a pesquisa, realizar o convite para as entrevistas e posteriormente manter conversas mais informais com eles, e o carrossel, que permite adicionar até 10 imagens ou vídeos curtos em uma única postagem e é majoritariamente usado para repassar informações extensas de maneira mais visual. A ferramenta foi ainda apropriada para compartilhar sequências de registros pessoais

realizados em eventos, a exemplo de viagens e passeios, funcionando como uma espécie de mini álbum com os melhores momentos e recordações dos influenciadores venezuelanos.

Figura 6 - Carrossel traz compilado de materiais produzidos por ONGs



Fonte: Reprodução Instagram/@yecamorais (18/06/2022).

Assim como o Youtube, o Instagram cumpre um importante papel de apoio, troca de experiências e informações relacionadas ao projeto migratório. Os conteúdos de teor informativo são divulgados em formato de pílulas, seja em vídeos mais compactos ou através de cards. Os temas abordados vão desde como solicitar a condição de refúgio a como retirar documentações específicas, como o cartão SUS e a carteira de trabalho digital, passando pela divulgação de materiais institucionais (Figura 6) elaborados por entidades como a Embaixada da Venezuela no Brasil e a OIM e notícias sobre a situação da fronteira. A questão laboral também aparece com força nas postagens de alguns dos perfis analisados, seja a partir de vídeos com dicas informais sobre como conseguir um emprego ao compartilhamento de oportunidades como cursos de capacitação empresarial. Há, ainda, um trabalho de

conscientização quanto aos direitos trabalhistas, como férias, 13º salário e licença maternidade/paternidade, e de prevenção ao tráfico de pessoas.

Entre os usos singulares da rede social, foi verificado que ela é muito utilizada em celebrações de datas comemorativas tradicionais como Natal, Páscoa, Dia da Mulher e Ano-Novo. Tais postagens podem assumir tanto um tom mais genérico, com desejos de boas festas e retrospectivas dos principais acontecimentos do ano, quanto enfatizar a condição de ser migrante e estar distante da família e a dificuldade de conseguir os ingredientes necessários para o preparo das receitas de época. Nesse sentido, o Dia Internacional do Migrante foi uma data frequentemente lembrada pelos influenciadores, aproveitando a ocasião para deixar uma mensagem de incentivo à comunidade, onde se destaca a resiliência e a coragem do migrante em “espremer toda a sua vida” em uma mala de mão. Outras datas internacionais presentes foram o Dia Mundial do Refugiado e o Dia do Trabalho/Trabalhador, celebrado no dia 1º de maio em diversos países. Em alguns casos, marcos históricos do Brasil e da Venezuela também foram resgatados, como os dias da Independência do Brasil e da Proclamação da República e o da comemoração da morte do libertador Simón Bolívar.

Figura 7 - Posts comemorativos



Fonte: Reprodução Instagram/@yecamorais (18/12/21).
 Fonte: Reprodução Instagram/@vickyenbrasil (01/05/2021).

As mensagens motivacionais são outro tipo de conteúdo expressivo no Instagram. Por vezes tais discursos são construídos a partir de cards com frases curtas centralizadas, já em outros são formulados a partir de legendas associadas à fotos pessoais dos próprios migrantes. Em ambos os casos, é notável a presença de uma retórica inspiracional (CASAQUI, 2017, 2019, 2021) que estimula os conterrâneos a serem valentes, fortes e alegres para poder enfrentar as pequenas batalhas do cotidiano, isto é, os desafios relacionados à migração. Assim, para seguir adiante, os *influencers* prescrevem que é necessário manter-se firme ao propósito que levou ao deslocamento, o de progredir e melhorar de vida, sem se deixar abalar pelos medos e inseguranças decorrentes do estar longe do universo familiar e ter que recomeçar a vida “do zero”. Contida nestas postagens está a ideia de ser uma melhor versão de si mesmo, lutar pela concretização dos seus sonhos, desejos e ambições no novo país e assim orgulhar a pátria, tomando a experiência vivida pelos protagonistas como referencial narrativo.

Figura 8 - Mensagens motivacionais colocam a figura do migrante como exemplo de resiliência a ser seguido



Fonte: Reprodução Instagram/@maribellasoy (17/07/2021).
Fonte: Reprodução Instagram/@nelson.franceschi (21/02/2021).

3.3 OS PARTICIPANTES

Passo agora para a apresentação dos entrevistados da pesquisa, que reúne informações coletadas durante entrevistas, trocas de mensagens e, em menor grau, na observação das próprias mídias dos participantes. A descrição priorizou informações biográficas que considero essenciais para identificação dos sujeitos, como idade, cidade natal e profissão/ocupação, além de um breve resgate da trajetória migratória, incluindo dados como ano de chegada, motivação, deslocamentos internos (quando realizados), redes sociais no país e condição de cidadania. Os perfis são diversos, mas em sua totalidade tratam-se de jovens, com faixa etária entre 23 e 35 anos de idade, e que fazem parte do fluxo migratório venezuelano mais recente. Todos eles comentaram a proximidade e consequente facilidade em se deslocar para o país vizinho como motivações para a escolha do destino, sendo que três dos interlocutores elencaram também o fato de que já possuíam contatos previamente estabelecidos em alguma cidade brasileira como fator decisivo para o deslocamento.

Os interlocutores autorizaram que as entrevistas concedidas fossem gravadas e que os relatos transcritos fossem utilizados para os devidos fins acadêmicos. Optei, então, por apresentá-los a partir de seus nomes originais considerando o consentimento obtido e também o fato de revelarem as suas identidades e se apresentarem publicamente em suas respectivas contas de redes sociais, o que tornaria o trabalho confuso caso os nomes fossem substituídos e seus rostos borrados a cada aparição. Em razão das exigências das próprias plataformas, no sentido de manter uma assiduidade nas postagens e interações com os usuários para poder conseguir ter mais engajamento nos conteúdos produzidos, nesta pesquisa, estamos diante de uma intimidade que se exterioriza de maneira voluntária. Embora não tenham, até então, alçado ao posto de famosos, a atividade dos migrantes venezuelanos como aspirantes ou micro *influencers* leva os indivíduos colocados em primeiro plano a uma ordem de visibilidade que já começa a extrapolar as redes e ser reconhecida nas ruas diante do seu nicho, conforme relatou parte dos entrevistados.

Yesica

Filha de um brasileiro com uma colombiana que se conheceram na Venezuela durante o trabalho no garimpo, Yesica Morais (Yeca nas redes) tem tripla cidadania: por *jus solis*, por ter nascido em território venezuelano, e por *jus sanguinis*, já que tanto no Brasil quanto na

Colômbia é prevista a cidadania por descendência. Nasceu em Ciudad Bolívar, mas viveu boa parte da vida na cidade fronteiriça de Santa Elena de Uairén, vizinha à Pacaraima - RR. Ela tem 35 anos e graduação incompleta em jornalismo. Antes de vir para o Brasil, viveu um ano nos arredores da cidade de Cali, na Colômbia, onde sua mãe atualmente reside, mas resolveu retornar à Venezuela no final de 2018 a fim de vender a casa própria e assim se afiançar para iniciar um empreendimento alimentício no país vizinho. Em paralelo, também pretendia deixar por alguns meses a sua filha com o pai, de quem é separada, até que conseguisse se estabilizar.

O período do retorno de Yesica para resolver tais pendências coincidiu com um momento turbulento na política venezuelana, com a autoproclamação de Juan Guaidó como presidente interino e uma sucessão de protestos contra e a favor do governo Maduro, estes últimos minoritários. A entrevistada relata ter acreditado “na aposta” e trabalhando em prol da oposição a partir de um movimento conhecido como *Resistencia Gran Sabana*, formado por “jovens que não pertenciam a nenhuma ala política, nenhum partido político, mas que lutavam em prol da democracia”. Diz ter participado no ingresso da ajuda humanitária em Santa Elena de Uairén no final de fevereiro de 2019 e que, diante da forte repressão militar aplacada pelo governo na tentativa de barrar a entrada de mantimentos, ocasião que deixou um número incerto de mortos e feridos (MOLEIRO; GORTÁZAR, 2019), precisou se esconder e fugir do país, chegando a Pacaraima através das *trochas*.

Também por conta do receio de sofrer perseguição política, depois de 4 meses vivendo na casa de um amigo da família, a venezuelana considerou mais prudente se distanciar da fronteira e passou a viver em Boa Vista. Após se aproximar das instituições parceiras da Operação Acolhida, já em decorrência da sua atividade como influenciadora digital, Yesica tomou conhecimento de uma chamada pública do Serviço Pastoral do Migrante (SPM), e resolveu se candidatar para o cargo de comunicadora social. Lá trabalhou por quase um ano, como voluntária e como microempreendedor individual (MEI), respectivamente, nos seguintes projetos: “Proteção, prevenção e resiliência da COVID-19 no Norte do Brasil”, financiado por Fundação Solidariedade Suíça (SwS) em parceria com a Cáritas Suíça (CACH), e “Promover Prevenção e Resiliência em tempos de COVID-19 (PCPR) entre refugiados e migrantes vulneráveis, indígenas e comunidades de acolhida no Brasil, na Colômbia e na Venezuela”, financiado pela União Europeia em parceria com as Cáritas Suíça e Luxemburgo.

Yeca recebe comissão de uma empresa de viagens, com a qual trabalha fornecendo assessoria de passagens aéreas para migrantes, e, em setembro de 2022, havia recém fechado uma parceria de publicidade com a empresa multinacional Western Union. Mora com a filha de 12 anos na capital de Roraima, onde aluga parte dos cômodos do apartamento onde vive como forma de ajudar a cobrir as despesas. Dois de seus irmãos vivem em Cali, na Colômbia, e um se encontra na Venezuela.

Maribella

Maribella é natural da cidade de La Victoria, localizada no Estado Aragua, Zona Central da Venezuela. Ela tem 30 anos e é formada em engenharia civil, embora nunca tenha exercido a profissão. Segundo a venezuelana, era mais vantajoso trabalhar ajudando a mãe nos preparativos para festas e eventos do que em uma empresa onde o salário mal alcançaria as despesas com as passagens. Após conseguir o seu diploma, em 2017, o cenário da crise no país se agravou e afetou bastante a situação da sua família, que passou a enfrentar insegurança alimentar. Foi por volta dessa época que Maribella resolveu levar o seu canal no Youtube mais “a sério”, enxergando nele uma oportunidade para se monetizar e sair do país. Até então, a rede social era usada apenas esporadicamente e veiculava conteúdos de tom humorístico, sendo o teatro um hobby seu. Ao perceber que “as pessoas estavam mais interessadas em saber o que estava acontecendo na Venezuela”, entretanto, ela viu a chance que precisava.

Inicialmente Maribella tinha a pretensão de ir para o México e desconsiderava o Brasil como um destino possível por conta do idioma. Entretanto, contatos familiares que já estavam estabelecidos em Foz do Iguaçu - PR se dispuseram a recebê-la na própria residência durante os primeiros meses, o que, em conjunto com a percepção de que o custo com as passagens neste caso sairia mais barato do que realizar um deslocamento para o país norte americano, levou a mudança de planos. Pouco depois de migrar, em fevereiro de 2020, veio a pandemia da Covid-19, o que praticamente impossibilitou que ela conseguisse algum emprego. Meses depois, mesmo após a retomada do comércio local, ela relata que o cenário econômico continuava desfavorável: “não estavam contratando, estavam despedindo as pessoas”. Conta ter recebido uma única proposta de serviço, trabalhando com reciclagem, porém o empregador queria lhe pagar abaixo do salário mínimo, ainda que estivesse com toda a documentação em dia. Ela recusou e até hoje segue contando com a monetização do conteúdo

digital que produz - a partir dos anúncios publicitários exibidos antes dos vídeos e também da ferramenta “Seja membro”²⁶ do Youtube - como sua única fonte de renda.

No final de agosto de 2022, a migrante utilizou os *stories* do Instagram para anunciar que estava se mudando de Foz do Iguaçu e entraria em uma nova fase de sua vida, como nômade digital²⁷. Depois de passar um período com amigos na cidade de São Paulo, Maribella retornou à Venezuela pela primeira vez desde que havia saído do país originário. Até o fechamento da dissertação, ela permanecia morando na casa dos pais.

Victoria

Victória Márquez - mais conhecida como Vicky - nasceu na Ilha de Margarita, situada no mar do Caribe, a nordeste de Caracas, e estudou publicidade e propaganda, mas não concluiu o curso. Ela explica que, em razão da particularidade geográfica, a ilha foi logo afetada pelo desabastecimento severo de alimentos e remédios, situação que lhe era ainda mais sensível por ser portadora de psoríase e precisar de tratamento. Inicialmente tinha a pretensão de migrar para o Peru, mas, devido a falta de recursos, acabou escolhendo o Brasil como destino da sua empreitada. Conta que migrou apenas com o filho, que então tinha 5 anos, e com o equivalente a R\$70 no bolso, que havia conseguido vendendo a sua moto, em 2016. Chegou em Roraima com o visto de turista, tendo o status de refúgio regularizado apenas no ano seguinte. Na capital Boa Vista, trabalhou fazendo vários bicos como faxineira, passeadora de cães e ajudando na manutenção de uma chácara, ora a troco de comida, ora recebendo valores abaixo do mercado, e relata ter sido assediada durante a ocasião de uma entrevista.

Após quase três anos vivendo na região Norte, onde chegou a trabalhar de carteira assinada como babá, resolveu se deslocar até o outro extremo do país, se fixando em São José dos Pinhais, cidade vizinha à capital paranaense. Segundo Vicky, a opção pela mudança esteve relacionada com a percepção de que lá haveria mais oportunidades, embora não tenha conseguido se empregar formalmente desde que desembarcou no novo estado. Hoje, fora a atividade que desempenha como produtora de conteúdo, a qual é monetarizada a partir da ferramenta comercial do Youtube, Vicky recebe comissão pelo seu trabalho de divulgação de um negócio de envio de remessas financeiras para a Venezuela, sobretudo, e também intermediando a compra de passagens aéreas e terrestres para migrantes venezuelanos dentro

²⁶ O botão permite que o assinante tenha acesso a conteúdos exclusivos pagos. No caso de Maribella, a ferramenta foi habilitada pela plataforma desde dezembro de 2020.

²⁷ Nômade digital é um tipo de profissional que trabalha de maneira remota e se utiliza dessa “independência espacial” para levar um estilo de vida nômade, ou seja, sem base fixa para morar. Trata-se de uma tendência que tem se popularizado no período pós-pandemia.

do Brasil. Além do filho, também a família de uma irmã vive em São José dos Pinhais. Já o pai e o irmão residem em Belo Horizonte - MG, para onde se deslocaram através do programa de interiorização da Operação Acolhida.

Maria e José

Maria e José vivem juntos e nasceram em Ciudad Bolívar, capital do Estado Bolívar, que por sua vez faz fronteira com o estado de Roraima, no Brasil. Ele tem 28 anos e é formado em gestão ambiental e ela tem 23 anos e ensino médio completo, não tendo chegado a completar a graduação em contabilidade devido a crise. Juntos, ainda tentaram empreender com um mercado de bairro para ter uma fonte de ingresso extra, porém o agravamento da inflação e da escassez de alimentos acabou inviabilizando a continuidade do negócio. “Aí foi quando decidimos parar, vender tudo e vir para o Brasil”, no ano de 2017. A escolha do país se deu tanto por conta da proximidade, que barateava as despesas com o deslocamento, quanto por uma amizade que já estava instalada em Manaus - AM e relatava a facilidade em conseguir trabalho e comida na cidade.

Do montante que juntaram, o equivalente a R\$650, sobraram apenas R\$150 após as despesas com a viagem de ônibus. Recém-chegados, solicitaram refúgio e se instalaram em um quitinete de um quarto e um banheiro que era dividido entre o casal, o conhecido e outros três venezuelanos. Ambos narram a dificuldade para conseguir qualquer fonte de renda ou trabalho, tendo perdido a maior parte do dinheiro investido na compra de picolés para vender como ambulantes - que acabaram derretendo ao longo do trajeto e por não possuírem geladeira, se perderam - além das longas caminhadas pela cidade para entregar currículos de porta em porta. Em uma dessas jornadas exaustivas, José, que não dominava o português, ao contrário de Maria, que já havia estudado o idioma na Venezuela e sabia falar um pouco, recebeu uma proposta para trabalhar como ajudante em uma distribuidora de bebidas por atacado.

Naquele tempo, ele estima que o salário mínimo valia R\$ 950 e a quantia que lhe foi proposta, R\$800. Acabou aceitando pela necessidade. Já a mulher seguiu procurando emprego, sem sucesso, até ser chamada pelo marido para que fosse à empresa para aprender o serviço e ganhar experiência, ainda que sem remuneração em troca, conforme orientação do empregador. Meses depois, o mesmo brasileiro convidou o casal venezuelano para que fossem morar com ele, separando um quarto da casa da família, onde acabaram vivendo por dois anos sem pagar aluguel, água, comida ou eletricidade. Em paralelo, Maria passou a ser

remunerada, o que permitiu que, tempos depois, eles se independizassem e conseguissem pagar o próprio aluguel.

Atualmente, Maria trabalha como gerente de um supermercado e José como operador de caixa no mesmo local. Meses antes ele havia deixado o emprego em uma distribuidora de bebidas para abrir o próprio negócio, um mercadinho como o que antes tinham na Venezuela e que, por sua vez, também precisou ser desfeito por conta da alta inflação. A maior parte dos familiares dela vive em Manaus desde o final de 2021, já os pais e o irmão do marido continuam morando em Ciudad Bolívar, motivos pelos quais realizaram ao menos três viagens de visita ao país natal desde que chegaram ao Brasil.

Nelson

Nelson Franceschi tem 25 anos e é do Estado Bolívar. Ele tem formação como socorrista, mas trabalhava como professor de música e tocando trombone em uma banda marcial na Venezuela. Depois de atravessar a fronteira para o Brasil e checar se toda a documentação e vacinação necessária estava em dia, descobriu que sua esposa estava grávida a partir de um teste de farmácia, o qual havia sido sugerido por uma enfermeira durante o atendimento no posto de triagem. Por ocasião da gestação, conseguiram vaga em um abrigo familiar em Boa Vista - RR, onde permaneceram até passarem pelo processo de interiorização rumo à Canoas, município da Região Metropolitana de Porto Alegre - RS. Ao chegar à cidade, foram acolhidos por um abrigo concedido pela prefeitura, tendo o prazo máximo de três meses para conseguir algum trabalho e sair do local. Passaram-se semanas até que Nelson conseguiu um emprego de carteira assinada na lavanderia de um hotel, o que lhe permitiu alugar uma casa mobiliada já no fim do primeiro mês.

Viveu em Porto Alegre, onde a filha nasceu, e trabalhou como atendente de uma loja de roupa masculina em um shopping da cidade. Diante das dificuldades de iniciar um empreendimento próprio no Sul, acabou se mudando no início de 2021 para a cidade de Vila Velha, no Espírito Santo, onde os seus pais, que também haviam passado pela interiorização, estavam morando. Segundo Nelson, a decisão de fazer um novo deslocamento também esteve relacionada à sua identificação imediata com as características da região: as praias, a gastronomia repleta de peixes e banana e o clima tropical, “mais próximo do nosso país”. Fora os pais e o próprio núcleo familiar, também vivem no município capixaba os seus dois irmãos, a sogra e o cunhado. Este último chegou a ser o seu sócio em um empreendimento de comunicação visual que realizava serviços como manutenção de vitrines, aplicação de papel de parede adesivo e impressões em geral, o qual, no decorrer da pesquisa, acabou não indo para frente.

Em Vila Velha, Nelson ainda tentou empreender junto com a esposa no ramo alimentício, abrindo uma pequena lanchonete. O negócio não teve continuidade porque, segundo ele, “a gente não conhecia 100% o mercado”. Após essas tentativas falhas, voltou a trabalhar de carteira assinada como consultor de moda masculina.

Apresentadas as ambiências e os participantes da pesquisa, nos encaminhamos agora para as análises derivadas da combinação das falas obtidas durante as entrevistas com a observação e o monitoramento online dos respectivos perfis. A partir deste momento, a discussão realizada será pautada nos dois eixos teóricos-analíticos brevemente descritos na introdução, os quais foram estruturados de maneira a dar conta do aspecto comunitário e da visibilidade individualizada que particularizam o nosso objeto de estudo. A organização do material coletado em diferentes categorias respondeu a um critério semântico, sendo pensada a partir dos temas de maior recorrência²⁸ identificados simultaneamente nas transcrições e nas anotações de campo. Reiteramos que a interpretação dos dados foi construída em sintonia com as bases teóricas referenciadas no segundo capítulo, centrado na relação entre o fenômeno da globalização e o cultural, aliada a novas questões conceituais que foram surgindo no decorrer do trabalho e a seguir serão melhor esmiuçadas.

²⁸ Adotamos a perspectiva de Bardin (2011) ao entender que “fazer uma análise temática consiste em descobrir os ‘núcleos de sentido’ que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição, podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido” (Ibid., p.135).

4 NEGOCIANDO PERTENCIMENTOS: ENTRE A COMUNIDADE E O INDIVÍDUO

Falar sobre pertencimento no mundo atual implica repensar as relações entre indivíduo, comunidade e sociedade. Embora a realidade sociopolítica contemporânea não seja exatamente nova, vale a pena insistir nos desdobramentos humanos atrelados às múltiplas transformações provocadas pelo processo globalizador para entender melhor os conflitos e disputas em voga. Um primeiro passo nesse caminho pode se localizar no início da chamada Nova Ordem Mundial, período que se seguiu após a queda do Muro de Berlim e o esfacelamento da União Soviética, a deflagração da crise dos grandes relatos legitimadores, das utopias geradoras de esperanças e dos fundamentos que convencionaram o surgimento e a força do Estado nação. Naquele momento, o novo traçado geopolítico, assentado em torno de um mercado transnacional, cada vez mais fragmentado e flexível, desestruturou organizações e deslegitimou instituições que se afirmavam como pontos nodais das sociedades modernas, abalando os quadros de referência que conferiam estabilidade ao sujeito (HALL, 2006, p.7).

Enfraquecidas as lealdades tradicionais, exacerbaram-se as incertezas e um clima de medo e ansiedade generalizados se instaurou, passando a ser espelhado no desejo pela recomposição do conforto e da segurança perdidos. Assim, se nos primórdios da sociologia a emergência da sociedade industrializada aparecia como correlata ao fim dos vínculos comunitários, seguindo a distinção clássica formulada por Tönnies em seu livro homônimo, hoje assistimos a retomada do conceito de comunidade. Por certo, não a idílica comunidade, vista como um porto seguro e projetada em um passado que alguns esperam recuperar, mas, antes, uma assentada em individualidades²⁹ que costumam o pertencimento a grupos ou filiações a estilos de vida revogáveis a qualquer instante. É, aliás, a quebra com a ideia de continuidade - a forma comunal como aquela que antecede e ultrapassa a existência de seus entes - e de unidade, dependente de uma homogeneidade ou mesmidade fortemente abalada pelos fluxos globalizantes, responsáveis por reduzir as distâncias entre o mundo de dentro e o de fora e assim embaçar “a distinção entre ‘nós’ e ‘eles’” (BAUMAN, 2022, p.23), um dos principais elementos que irá distinguir as velhas das novas comunidades.

Nesse sentido, a experiência dos influenciadores venezuelanos evocados neste estudo nos mostram que as possibilidades de trocas e identificações mediadas tecnologicamente são

²⁹ Para Bauman (2022), é diante da impossibilidade de encontrar o aconchego da comunidade que o conceito de identidade ganha relevância como o seu substituto contemporâneo. O paradoxo é que, para oferecer um mínimo de estabilidade ao sujeito e assim cumprir com o seu papel tranquilizante, “ela precisa invocar o fantasma da mesmíssima comunidade a que deve substituir” (Ibid., p.27).

diversas. A criação de perfis públicos em plataformas de redes sociais voltados para a tematização do deslocamento e a enunciação das particularidades do sujeito migrante reconstitui formas de relacionamento e vida em comunidade. Como demonstramos anteriormente, tais discursos autocentrados lançam mão de estratégias de reformulação dos vínculos originários, evidenciando a dimensão reterritorializadora da identidade, não como um transplante, mas um híbrido onde as ligações com o novo país também estão presentes. O que ressaltamos até aqui é que a demarcação da identidade étnico-cultural - a partir da língua, dos costumes e demais atributos simbólicos - apela para o estreitamento do grupo enquanto entidade relativamente coesa, ao mesmo tempo em que se configura como um potencial de atração e visibilidade que oportuniza a negociação do pertencimento local.

Dando continuidade às nossas discussões, na primeira parte deste capítulo traçamos como objetivo específico investigar em que medida tais iniciativas individualizadas se constituem como exemplares de mídia comunitária intercultural, analisando as estratégias discursivas empreendidas pelos influenciadores para construir e manter vínculos com os entes do país de origem, com outras comunidades na diáspora e com a sociedade receptora. Pretendemos, pois, aprofundar em como essas múltiplas lealdades se efetivam nos espaços próprios de enunciação construídos pelos migrantes. Para tanto, partimos do pressuposto de que as narrativas publicizadas nas redes sociais desempenham um papel fundamental “na validação, expressão e legitimação de seu universo social, cultural e político, aos próprios olhos dos membros do grupo e aos olhos do mundo” (ELHAJJI, 2005, p.58). Isto é, nos referimos a comunicação enquanto recurso de expressão de anseios, de construção de formas de identificação e participação, além de articulação de regras de conduta como forma de negociar reconhecimento no novo contexto.

Contudo, é também em meio a busca por legitimação da sua presença que percebemos o migrante venezuelano incorporando a figura do sujeito resiliente capaz de superar as adversidades que lhe são impostas, reivindicando para si um lugar de mérito pessoal. Logo, a elaboração de uma memória e de uma identidade coletivas típica da webdiáspora aqui divide espaço com a construção de uma personagem cuja trajetória singular se visibiliza à medida que passa a condensar enquadramentos tradicionais oferecidos pela mídia (ZANFORLIN; COGO, 2019). A rejeição ao lugar de vítima e a afirmação do migrante enquanto exemplo de superação se apresenta como um padrão generalizado que aposta na autonomia e na responsabilização individual, presente tanto nas narrações de suas histórias de vida, quanto nas dicas e conselhos que são formulados para seus conterrâneos com base nessas experiências. Em ambos os casos, a retórica inspiracional molda a forma de se comunicar,

confundindo a figura do migrante com a do empreendedor, aquele que constrói a si mesmo como empresa, e com isso consegue mobilizar afetos (ZANFORLIN; AMARAL, 2019, p.3).

É nesse contexto de aprofundamento do neoliberalismo e da midiaticização no mundo, caracterizado pela flexibilização das relações de produção, pela conversão da vida pública na vida em público (SODRÉ, 2014, p.166) e pela generalização da lógica da concorrência (DARDOT; LAVAL, 2016, p.9), que somos levados a refletir a partir de novos parâmetros os modos de ação e identidade coletiva no universo das migrações e na sociedade como um todo. Da nossa parte, acreditamos que pensar sobre os processos comunicacionais - midiáticos ou não - e sua relação com a mobilidade humana deve instigar um olhar também para as subjetividades e não apenas para o aspecto comunitário e organizativo inerente ao processo migratório, o qual já vinha sendo registrado na literatura da área. Vem justamente da percepção dessa lacuna o foco do segundo subcapítulo: a visibilidade individualizada, isto é a experiência pessoal que se transforma em produto de consumo a ser curtido e compartilhado e que consegue despertar a curiosidade alheia seguindo os preceitos da racionalidade neoliberal.

Debruçando-se sobre o migrante que se apropria da internet para falar não apenas sobre a sua comunidade, mas também sobre si, este segundo eixo analítico visa cumprir outros dois propósitos da dissertação: 1) Analisar quais aspectos condicionam a visibilidade e a admiração dirigida ao influenciador venezuelano e 2) Discutir como a trajetória migratória e a experiência individual são mobilizadas dentro de uma retórica inspiracional. A delimitação de tais objetivos nos encaminha rumo a uma leitura a respeito de como a apropriação da fórmula vencedora tem viabilizado o alcance de vozes minoritárias para públicos amplos, se constituindo enquanto uma estratégia de negociação intercultural e, assim, abrindo margem para um tipo específico de aceitação. Ao mesmo tempo, não podemos desconsiderar os efeitos políticos da individualização dos problemas e das soluções vinculadas à integração do migrante. Desejamos, portanto, refletir sobre os sentidos dessa chave discursiva que minimiza a vulnerabilidade do sujeito através do seu testemunho edificante, sem obliterar a crítica à única cidadania que se apresenta como possível na atualidade: a do empreendedor.

4.1 A COMUNICAÇÃO VISTA DE UMA PERSPECTIVA COMUNITÁRIA

Ao propormos enxergar os processos comunicacionais desenvolvidos pelos *influencers* a partir de uma perspectiva comunitária, nos quais os migrantes assumem simultaneamente o posto de produtores e protagonistas do conteúdo veiculado, se faz necessário, de antemão, esclarecer em que conceito de comunidade estamos pensando. Noção

esta que, além de sua inerente polissemia, tem sido objeto de disputas dentro e fora do universo acadêmico. Independente da acepção teórica adotada e dos interesses escusos que não raras vezes estão por trás do resgate ao ideal comunitário, o fato é que desde o século XIX diferentes cientistas sociais têm se dedicado a desvendar o que significa fazer e viver em comunidade. Longe de se restringir a um período específico, compreender os modos pelos quais os indivíduos se relacionam segue sendo uma preocupação no mundo atual, fazendo com que o debate sobre a comunidade e suas possibilidades de inserção ganhe um novo fôlego ante a competitividade e o individualismo extremos que caracterizam os nossos tempos.

No entanto, é justamente em razão da discrepância entre o cenário vigente e aquele de uma incipiente urbanização e industrialização europeia, do qual os primeiros teóricos da sociologia se ocuparam, que consideramos inoportuno discorrer sobre as concepções clássicas de comunidade. Tendo em mente os objetivos do capítulo e o próprio escopo do trabalho, o nosso esforço se volta para o entendimento da questão da organização comunitária à luz das tendências disruptivas e conflitantes da era da globalização, onde as novas tecnologias comunicacionais vão se afirmar como um importante espaço de elaboração subjetiva e construção de afinidades que não necessariamente se vinculam a uma base territorial. Em parte, essa discussão já havia sido iniciada no segundo capítulo da dissertação, no qual falamos sobre a importância das TICs na consolidação dos múltiplos laços que são próprios às dinâmicas migratórias. Agora, a ideia é aprofundar em de que maneira a comunicação comunitária intercultural tem servido como recurso de coesão e expressão dos anseios dos venezuelanos que vivem no Brasil, pensando na ocupação da arena digital enquanto uma forma de fazer-se presente na nova sociedade, interagir e ser por ela reconhecido, além de transmitir informações que lhe concernem enquanto migrantes.

Antes de nos determos, porém, às formas pelas quais os produtores de conteúdo tem atuado no sentido de promover uma rede de apoio cara à sobrevivência da comunidade venezuelana, inaugurando novas formas de participação, convivência, visibilidade e promoção de consensos, cabe recorrer a algumas leituras que revisitam e problematizam a ideia de comunidade nos termos colocados pelo mundo contemporâneo. No campo da comunicação, dois nomes em especial se destacam pelas relevantes contribuições ao debate: Raquel Paiva e Cicília Peruzzo. Em “O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo” (1998) a professora Raquel Paiva defende que uma revisão conceitual da comunidade se faz a cada dia mais premente, uma vez que “observa-se que se acerca mais de uma ideia imaginária do que de um conceito que se possa usar operativamente” (Ibid., p.71). Nesse caminho, Paiva

se afasta da dicotomia entre comunidade e sociedade, sustentando que ambas as formas de convivência podem coexistir na atualidade e que a estrutura comunitária sempre esteve relacionada ao propósito de construção do mundo real, sendo necessário se despir de visões idealizadas. A autora argumenta ainda que a proposta da comunicação comunitária pressupõe essa reformulação, pensando na comunidade enquanto meio de resgate da cidadania de grupos colocados à margem na sociedade.

Já Cicília Peruzzo (2009) reconhece que, apesar das notáveis mudanças na concepção clássica de comunidade, vários de seus princípios hoje se mantêm: “o sentimento de pertença, a participação, a conjugação de interesses e a interação, por exemplo, são características que persistem ao longo da história” (Ibid., p.57). A questão da localidade como elemento aglutinador, responsável por garantir a suposta naturalidade dos laços fundados no sangue e no comprometimento com a terra e o lugar, por outro lado, é superada pela incorporação das novas tecnologias, cedendo espaço a outras formas de identificação. Assim, para Peruzzo, a comunicação comunitária não se resume ao mero compartilhamento de uma mesma condição ou relação de proximidade, uma vez que a comunidade carece de reciprocidade de interesses, sentimento de pertença e ação conjunta, dentre outros aspectos, para existir como tal. Dessa forma, tanto Paiva quanto Peruzzo parecem concordar que, mais do que veicular informações de interesse público para o grupo ou a localidade, a mídia comunitária se define por sua orientação social, no sentido de formular um discurso próprio e reivindicativo, sintonizado com a realidade cotidiana, as visões de mundo e as demandas mais íntimas da comunidade.

É interessante sublinhar que, sendo a comunidade uma das ideias mais evocadas no mundo do prefixo pós, ela também tem sido alvo de inúmeras controvérsias e entendimentos dissonantes. Como observa Paiva (2007), se nos países do hemisfério sul, em geral, o conceito sugere uma ordem alternativa de existência e ação para grupos excluídos da cidadania pelo processo globalizador, “para os povos do norte, os europeus, principalmente, a palavra evoca momentos sombrios da sua história, vinculados ao nazifascismo” (Ibid., p.13). Filho de judeus e expulso do seu país natal em razão do antisemitismo, o sociólogo polonês Zygmunt Bauman é uma dessas referências que não se esquivam em alertar os perigos dos apelos comunitários que preservam uma visão essencialista e exclusivista do termo. No livro “Comunidade: a busca por segurança no mundo atual” (2022), o autor realiza uma profunda revisão teórica, passando por nomes como Kant, Marx, Weber, Heidegger, Tönnies e Rorty, para abordar o apogeu e o declínio da modernidade e sua relação com os processos de desconstrução e reapropriação do conceito de comunidade. Segundo Bauman, mais do que significados, a

palavra “comunidade” também guarda sensações: ela sempre remete a uma coisa boa, um lugar “cálido” onde o entendimento, a confiança e a cooperação mútua estariam garantidos.

O sentido positivo impregnado na palavra é fácil de ser compreendido ante a crescente competição, insegurança e individualismo que constituem a sociedade capitalista, a quem se atribui as culpas pelos problemas enfrentados no dia-a-dia. Assim, a comunidade “é o tipo de mundo que não está lamentavelmente a nosso alcance - mas no qual gostaríamos de viver e esperamos vir a possuir” (BAUMAN, 2022, p.10). Ela é o que nos falta e, portanto, nos faz desejar. Contudo, sonhar com a comunidade não apenas acentua o abismo entre a realidade abertamente não comunitária e a imaginação, como também revela a diferença que existe entre a comunidade dos sonhos e a realmente existente, a qual, “se nos achássemos ao seu alcance, exigiria rigorosa obediência em troca dos serviços que presta ou promete prestar” (Ibid., p.11). Eis o paradoxo que é o fio condutor do raciocínio de Bauman ao longo dos capítulos seguintes: a tensão entre segurança e liberdade, pois o que se ganha em conforto na vida comunitária também se perde em emancipação e autonomia, valores esses conquistados na vida em sociedade.

O que o autor ressalta é que, apesar da busca obstinada pelos prazeres evocados pelas antigas comunidades prosseguir na contemporaneidade, em uma tentativa de restaurar a proteção e a solidariedade perdidas, os fundamentos que garantiam aquele formato de convivência já haviam sido extraviados desde a passagem para a idade moderna. Com o advento da Revolução Industrial, a rotina governada pelos hábitos coletivamente compartilhados passa a ser ditada pelo ritmo regulado da fábrica e, assim, o entendimento natural da *Gemeinschaft* descrito por Tönnies é substituído pelo contrato. Diferente do entendimento tácito ou intuitivo, aquele que passa despercebido na ordem do dia, o contrato é assentado no consenso, “que não é mais do que um acordo alcançado por pessoas com opiniões essencialmente diferentes, produto de negociações e compromissos difíceis, de muita disputa e contrariedade” (Ibid., p.19). Logo, o processo de desconstrução da comunidade é atrelado ao desmantelamento das instituições pré-modernas, com a transição da vida no campo para a cidade, a crescente industrialização e o desenvolvimento dos meios de transporte, que vem a intensificar as trocas humanas e bagunçar a ideia de mesmidade.

A redução das distâncias, “outrora a mais formidável das defesas da comunidade” (Ibid., p.24), será finalmente arrematada pelo advento da informática, que irá emancipar os fluxos informacionais dos seus portadores humanos. A partir daí, a comunidade de entendimento comum, mesmo se alcançada, permanecerá frágil e vulnerável, porque da mesma forma em que foi feita também poderá vir a ser desfeita. Como não há quaisquer

garantias de que o acordo estabelecido entre seus entes será renovado, a comunidade, longe de ser um porto seguro, adquire contornos belicosos, precisando de vigilância, reforço e defesa para manter-se em pé.

Mais do que uma ilha de 'entendimento natural', ou um 'círculo aconchegante' onde se pode depor as armas e parar de lutar, a comunidade realmente existente se parece com uma fortaleza sitiada, continuamente bombardeada por inimigos (muitas vezes invisíveis) de fora e frequentemente assolada pela discórdia interna; trincheiras e baluartes são os lugares onde os que procuram o aconchego, a simplicidade e a tranquilidade comunitárias terão que passar a maior parte de seu tempo. (BAUMAN, 2002, p.25-26).

É dessa forma que Bauman desmistifica a carga emotiva e um tanto fantasiosa que ainda acompanha o ideal comunitário, enquanto paraíso perdido na passagem da modernidade. Há que se ressaltar, além do mais, que as tentativas de "ressuscitar" o fantasma da comunidade muitas vezes apostam no retorno a um estado anterior da sociedade (PAIVA, 1998, p.69) como solução para o medo e a ansiedade experimentados no presente. Nesse caminho, a busca pela pureza da forma, da unidade que se funda na divisão, expressa a tentativa de evitar maiores confrontações com o Outro, o estrangeiro, em um mundo onde proliferam diferenças e incertezas. Pois, como nos alerta Zanforlin, "sendo a ideia de comunidade alimentada pelo imaginário de homogeneidade, de mesmice, de conciliação, há que se perceber a tentação reacionária, de exclusão, fechamento e xenofobia que ronda esse ideal" (2011, p.37).

De fato, a insegurança afeta a todos em um cenário marcado pela desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho, pela volatilidade do mercado e pela concorrência exacerbada. Certamente não tanto as elites, que encontram algum conforto do alto de seus condomínios apartados das multidões que habitam as grandes cidades, mas sobretudo o cidadão-comum, desprovido de recursos individuais suficientes para lidar com os problemas sistêmicos típicos do mundo globalizado. Assim, a volta ao reacionarismo comunitário acomete não apenas os segmentos sociais privilegiados, como também os próprios movimentos minoritários "se encontram hoje fortemente atraídos pelo ralo fascizante da exclusividade paroxística e da diferença irremediável que, em vez de negociar as suas relações com o Outro, simplesmente o nega e lhe nega todo direito à simples existência" (ELHAJJI, 2007, p.13). Para Bauman (2022), aliás, o "comunitarismo" seria o caminho mais natural justamente para aqueles que tiveram o direito à assimilação na sociedade negado ou

retirado (Ibid., p.134), restando se apegar à suposta fraternidade comunitária como forma de resistir aos efeitos perversos provocados pela alta modernidade.

Na visão do autor, algo semelhante aconteceria com os migrantes, que não teriam outra opção a não ser tornar-se uma minoria étnica ao adentrar o novo país de residência em busca de oportunidades. Aqui, cabe sublinhar que a identificação a uma comunidade étnica costuma ser produto de limites externos que são impostos aos seus membros (Ibid., p.126) e apenas secundariamente advém de seus próprios impulsos de diferenciação interna. No horizonte das migrações contemporâneas, a proximidade com estranhos tende a instigar os instintos de lealdade da população nativa, a qual passa a lançar mãos de estratégias segregacionistas, “o que por sua vez reverbera no impulso ao autoestranhamento e autofechamento do grupo isolado à força” (Ibid., p.145). Dessa forma, a rejeição e a exclusão sofrida pelas minorias levaria a absolutização das diferenças e, portanto, a substancialização das identidades de ambos os lados. Assim, a reivindicação do direito à diferença, concebida em termos de distinção cultural apenas, se apresenta como um estratagema incapaz de integrar o estrangeiro, promovendo a divisão, a separação e a impossibilidade da comunicação.

A cristalização da identidade, vista como una e imutável, na intenção de justificar a marginalização do Outro ou a superioridade do “nós”, serve como alerta para os perigos das novas formas de fechamento étnico. No lugar da cultura e da comunidade substantivadas, enquanto propriedades exclusivas de grupos e indivíduos, é preciso refletir sobre o seu aspecto relacional, contraditório e interdependente. Assim, ao falar de comunidade não estamos nos referindo a uma comunidade “perfeita” ou “ideal”, tampouco necessariamente contra-hegemônica, mas uma na qual a heterogeneidade se faz presente. Partindo do entendimento de que toda unidade é uma ficção e, além do mais, caminho para a exclusão e o apagamento das diferenças, advogamos um olhar para a comunidade venezuelana não como um grupo homogêneo detentor de fortes laços de união, mas, antes, como um palco de experimentação subjetiva e construção de pertencas. É pensar na comunidade também como lugar da diversidade, onde os limites com o mundo externo não são tão rígidos quanto parecem e há, sempre, espaço para tensionamentos, reentrâncias, intercâmbios e negociações.

Já é bem sabida que a diversidade como norma social se faz ainda mais patente em um contexto de profunda inadequação entre os planos nacional-estatal e cultural-identitário, no qual a subjetividade migrante, sobretudo, se vê cercada de diferentes discursos, quadros e referenciais culturais, territoriais, lingüísticos, etc. Híbridos, atravessamentos, entre-lugares ingressam no vocabulário das diásporas colocando o migrante como um ser que se situa na fronteira, não como barreira que encerra e isola, mas sim como ponte (ELHAJJI,

2007, p.7), onde as trocas interculturais se estabelecem. É dentro dessa perspectiva que insistimos que, mesmo individualizadas, as iniciativas criadas pelos influenciadores possuem um viés comunitário: os seus criadores evocam sentimentos de conexão simultânea com os países de origem e destino, defendendo interesses compartilhados pelo coletivo migrante à medida que atuam como seus porta-vozes. Ademais, falar sobre os costumes, marcas e práticas culturais também inaugura novos espaços de interlocução com a sociedade anfitriã - e com outras comunidades de migrantes - e traz visibilidade e reconhecimento para o grupo, o que definitivamente consagra a comunicação como lugar de luta pelo poder simbólico.

4.1.1 Das motivações: a lacuna informacional como propulsora de uma webdiáspora

A elaboração e manutenção de sites, blogs e páginas nas redes sociais por coletivos migrantes, fenômeno aqui aludido como webdiáspora, vem a suprir diferentes necessidades dos grupos em deslocamento, as quais, por sua vez, reverberam em uma multiplicidade de recursos e finalidades. Ao analisar comunidades migrantes situadas em um espaço-tempo específico - o Brasil do início do século XXI - Elhajji e Escudero (2015) ilustram de que forma as tentativas de conciliar o pertencimento originário e atual em um mesmo quadro identitário podem variar de acordo com cada nacionalidade. Segundo os autores, haveria uma tendência dos europeus ora enfatizarem a vida política, cultural e social da terra de origem, sendo esse o exemplo dos italianos, ora apostarem “no ‘resgate’ da identidade e cultural de origem através de práticas vivas e festivas como a organização de encontros em torno da culinária e música do país de origem” (Ibid., p.15), como no caso dos alemães e espanhóis. Já as comunidades latinas se distinguiriam por suas preocupações de ordem mais utilitária, como os trâmites administrativos, o direito ao voto, questões bancárias etc.

A integração dos migrantes na sociedade de recepção, obviamente, depende do acesso a informações e orientações sobre direitos, serviços e políticas públicas disponíveis no país, o que, por sua vez, será determinado pela posição ocupada pelo indivíduo e pelo grupo étnico ao qual pertence nesse novo meio. Assim, se em razão de sua condição de estrangeiro (SIMMEL, 2005; SCHÜTZ, 2010) o recém-chegado carece de esclarecimentos a respeito dos códigos, leis e instituições locais, é inegável que o próprio interesse em saber como e onde acessar equipamentos de assistência social, unidades de saúde e escolas públicas não corresponde à realidade de qualquer tipo de migrante. No caso dos venezuelanos, a situação de vulnerabilidade a qual a grande maioria se encontra exposta e a consequente urgência da adaptação no Brasil fez com que, desde o princípio, a atuação dos influenciadores se voltasse

para a resolução de problemas vividos pelo contingente. Como veremos a seguir, o que parecia imperativo para as suas primeiras audiências - e em certo sentido se mantém - era se munir de conhecimentos para lidar com os desafios e vicissitudes experimentados no presente.

Insatisfeita com as informações falsas que encontrava na internet e decidida a compartilhar o conhecimento prático que havia adquirido para ajudar outros conterrâneos que desejavam migrar para o Brasil, em junho de 2017, Vicky Marquez daria um dos primeiros passos no que viria a se tornar o atual ecossistema de influenciadores venezuelanos vivendo no país. Segundo contou à pesquisa, a migrante já tinha o costume de responder às dúvidas feitas por venezuelanos em grupos e páginas nas quais participava na internet. O que nos mostra que a organização da comunidade venezuelana em torno de ambiências coletivas para compartilhar dicas, orientações e experiências sobre como migrar caminha lado a lado com o surgimento de iniciativas administradas e centralizadas por migrantes em visibilidade. No caso de Vicky, a criação do próprio canal veio depois de alguns meses atuando ativamente nessas ambiências, a fim de poupar tempo com perguntas repetitivas e concentrar as informações que ficavam perdidas nos comentários das postagens em um só lugar.

Tudo começou com um vídeo sobre interruptor de tomadas, no qual Vicky explicava a necessidade de ter um adaptador em mãos para manter-se conectado. Um pequeno e importante detalhe que lhe renderia 1.5 mil visualizações em seu vídeo de estreia no Youtube. A partir desse pontapé inicial, uma sequência de materiais sobre as preocupações mais básicas dos recém-chegados, como oferta de emprego, serviços de água, luz e gás, emissão de CPF e cartão SUS, câmbio, transferências internacionais e aluguel, seria publicada por ela em um intervalo de menos de duas semanas.

Figura 9 - Primeiros vídeos do canal Vicky en Brasil focam em questões emergenciais vividas pelos recém-chegados

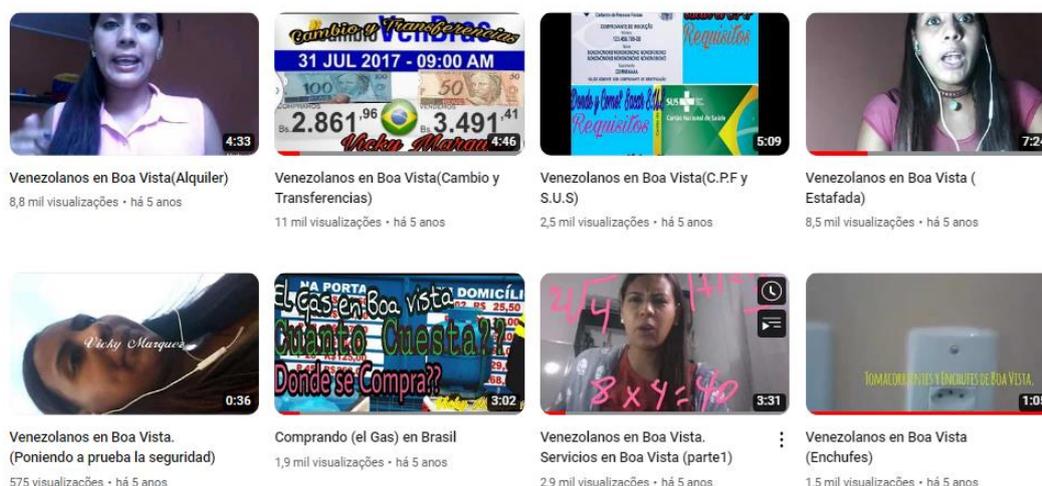


Foto: Reprodução Youtube/Vicky en Brasil.

Vale destacar que a atuação pioneira de Vicky, atestada pelas datas de publicação dos vídeos, também foi confirmada pelos nossos demais interlocutores, a ponto de ter auxiliado até mesmo um deles, Nelson, no planejamento do seu projeto migratório. De acordo com o venezuelano, acompanhar iniciativas criadas pelos seus conterrâneos “ajudou muito naquele tempo que a gente demorou em pensar. A gente entrava no Youtube e os vídeos que a gente assistia eram de *Vicky en Brasil*. Ela falava o que mais a gente queria saber, que era o que ela conseguiu fazer com um salário aqui”. Assim como Nelson, as falas de José e Maribella reforçaram a importância da internet como mediadora das redes sociais migratórias, ao comentarem de que forma a publicização do relato de suas vivências no novo país passou a servir de referência para aqueles que ainda não haviam migrado.

José: Quando nós fizemos nosso primeiro vídeo, nos escreveram muitíssimos venezuelanos perguntando como podia entrar, como foi nossa experiência, como fizemos, quanto gastamos. Porque todos queriam saber essa informação e muitas poucas pessoas estavam no Youtube explicando-as.

Maribella: Um quando chega aqui, quando pensa em vir, tem tantas dúvidas, às vezes procura na internet e não encontra. Então, que incrível quando tu pode ver a experiência de alguém que já está lá, que já passou pelo que você vai passar, isso é muito bom. Além disso, muitos me escrevem e, claro, se tenho a informação, eu dou e ajudo. Faz 1 mês que chegaram duas pessoas que eu as estava guiando, orientando, e para mim isso foi tão incrível, porque graças ao que eu faço eles chegaram.

As passagens servem para ilustrar de que forma a atuação dos *influencers* no Brasil tem impactado não apenas nos primeiros meses de adaptação à vida local, mas desde o desejo e tomada de decisão de migrar. É com base na experiência dos que vieram antes que os venezuelanos descubrem informações a respeito de preços, serviços, estilos de vida, empregabilidade, etc. do local para onde se deseja ir. Se tradicionalmente essa era uma demanda suprida através da comunicação com parentes, amigos e conhecidos - isto é, pelas relações primárias - que já se encontravam no país de destino, a sociabilidade nas plataformas de redes sociais vem a dinamizar as redes de contato do migrante, construindo e consolidando novos circuitos transnacionais onde o capital informacional circula. A ativação dos laços comunitários, contudo, depende das conexões existentes entre migrantes, migrantes em potencial e não migrantes nos respectivos pontos de origem e recepção dos fluxos migratórios. Não é de se estranhar, portanto, que em uma mobilidade recente e vulnerável como a venezuelana a lacuna informacional tenha sido apontada como um problema comum enfrentado inicialmente tanto pelos influenciadores quanto por seus seguidores.

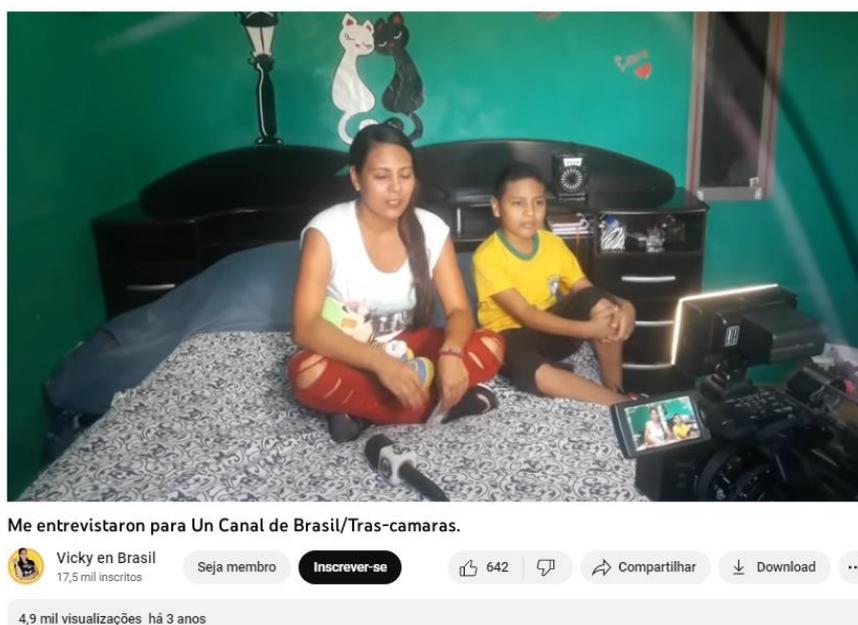
Ao falarmos sobre acesso a informação também precisamos ter em mente a qualidade e confiabilidade daquilo que é divulgado, pois nem sempre o consumo de um maior volume de dados representa mais conhecimento para o seu público-alvo. De fato, o motivo para Yesica ter iniciado a empreitada de produzir conteúdo sobre temas de interesse dos venezuelanos teria sido não tanto a falta, mas, antes, a imprecisão de informações e seus possíveis danos colaterais na vida dos migrantes. Nesse sentido, ela nos contou que nos grupos de Whatsapp da sua cidade-natal, Santa Elena de Uairén, circulavam muitos boatos à época do fechamento da passagem entre Brasil e Venezuela no início de 2019, o que incluía acusações de agressões por parte do Estado brasileiro.

Yesica: Eles falavam que a fronteira estava militarizada e que agora tinha franco atirador brasileiro atirando na gente. Daí eu comecei a ir para a fronteira a partir do dia 25 (de fevereiro), via o que estava acontecendo, mandava áudios, era comunicadora comunitária, e comecei a fazer vídeos.

A partir do momento em que os primeiros arquivos foram publicados em seu perfil pessoal do Instagram, Yesica diz ter ganhado novos seguidores e começado a receber muitas perguntas de pessoas que até então não faziam parte da sua rede de contatos. Por sua vez, os vídeos, que eram republicados automaticamente no Facebook, passaram a ser compartilhados em grupos criados por venezuelanos na mesma rede social, alcançando audiências bem mais amplas do que inicialmente previa. Essa, na verdade, foi uma constatação comum aos nossos

entrevistados. Em alguns casos, porque haviam começado a produzir conteúdo nas redes sociais em espanhol, se referindo majoritariamente a um público venezuelano que queria emigrar e saber como era a vida no Brasil, sendo depois surpreendidos pela presença expressiva de brasileiros e demais nacionalidades. Em outros, por terem adquirido um status de notoriedade que, em certas ocasiões, chegou a transbordar o ambiente online, como ao ser reconhecido por outros migrantes nas ruas, caso que nos foi relatado por Yesica e Maribella, ou ao virar fonte noticiosa do jornalismo tradicional, como aconteceu com Vicky.

Figura 10 - Bastidores da visita de repórteres à casa de Vicky, onde explica que a intenção de fazer vídeos nunca foi ser “famosa”



Fonte: Reprodução Youtube/Vicky en Brasil (28/02/2019).

Independentemente de ter um canal mais voltado para o entretenimento, priorizando vídeos sobre aproximações e comparações culturais, dicas turísticas, etc., ou ter um foco mais noticioso e informativo, o fato é que em dado momento todos os influenciadores perceberam que as suas experiências poderiam servir de base para os conterrâneos obterem informações sobre como se situar e inserir no novo contexto e passaram a produzir conteúdo a respeito. Assim, o que queremos sublinhar é que, embora o papel desempenhado por cada um dentro do ecossistema venezuelano seja distinto, foi possível verificar a coexistência de elementos individuais e comunitários em todos eles. Por exemplo, em um perfil como o de Maribella, onde o *self* individual e o seu testemunho se apresentam como produtos preferenciais a serem consumidos, há vídeos e cards de utilidade pública sobre como conseguir trabalho, ter

desconto na conta de luz e enviar dinheiro para a Venezuela, além de preços de aluguel e custos de vida. Já no perfil de Vicky, cuja ênfase recai no aspecto informativo do deslocamento, também podemos encontrar materiais sobre viagens, visitas a lugares e provas de produtos, os quais colocam a experiência pessoal da migrante no centro das atenções.

Para além das tendências gerais de cada canal, em certos casos notamos que houve uma mudança paulatina no teor das postagens informativas, onde a realidade inicial, marcada pelos trâmites burocráticos, cedeu espaço para novas demandas que foram surgindo no decorrer da trajetória do influenciador. Isso não significa que as preocupações com o bem-estar e a sobrevivência mais imediata, isto é, com o emprego e as contas para pagar, tenham desaparecido completamente. Sobretudo em um contexto marcado pela inflação e consequente perda do poder de compra - aliada ao temor generalizado de que o “Brasil vire uma Venezuela”, bordão alimentado pela extrema-direita durante o período eleitoral e que encontrou grande vazão entre os venezuelanos -, o questionamento sobre se ainda valeria a pena migrar para o país passou a ser recorrente nos canais. Longe de se restringir àqueles em fase de elaboração do projeto migratório, reavaliar a decisão de residir no exterior também parece ser uma realidade para os que aqui estão, não só como indicativo da baixa atratividade do mercado laboral brasileiro, mas também dos incipientes sinais de recuperação da economia venezuelana que já começam a despertar um movimento de retorno à terra natal (PAREDES, 2022).

Figura 11 - Mudanças econômicas nos países de origem e destino passam a pautar os canais dos influenciadores





Fonte: Reprodução Youtube/Maribella (05/06/2022).
Fonte: Reprodução Youtube/Vicky en Brasil (21/07/2022).

Mesmo com o passar dos anos, a situação a que os venezuelanos estão submetidos no país é, via de regra, precária. Tal entendimento pode ser apreendido diante das notícias corriqueiras sobre situações de violência e exploração enfrentadas pelo grupo, no cotidiano de cidades tão diferentes como Recife, Pacaraima e Boa Vista, estas últimas visitadas por nós em setembro de 2022, e, mais especificamente no âmbito desta pesquisa, também através da recorrência de vídeos sobre trabalhos plataformizados, alternativas para complementar a renda e locais onde comprar barato, como atacados, brechós e lojas que vendem mobília de segunda mão, por exemplo. Nesse prisma, é diante da relativa saturação das questões básicas de instalação - como consequência do alargamento do ecossistema midiático e da permanência mais prolongada do grupo no território nacional - que verificamos a rotina de publicações abarcando outros temas de interesse do público. Tal amplificação pode ser lida como uma tentativa de agradar tanto os novos, quanto os “velhos” migrantes, isto é, aqueles que já estão estabelecidos no país de residência há algum tempo, mas seguem acompanhando os perfis a fim de tirar dúvidas e obter auxílios em seus enfrentamentos cotidianos ou de terceiros.

De toda forma, o que verificamos até aqui é que, na medida em que hibridizam testemunhos pessoais a tópicos de interesse comum relacionados ao processo migratório, os perfis dos *influencers* não podem deixar de serem lidos sob o viés comunitário. Ainda que a iniciativa seja individual, eles possuem desdobramentos coletivos, pois se constituem como uma forma de organização e articulação de redes sociais, econômicas e culturais que são

essenciais para a sobrevivência em território estrangeiro. Assim, seja qual for a condição financeira, tempo de residência ou status migratório dos seguidores a que se destinam, o fato é que tais ambiências seguem fomentando uma rede de apoio cara a todos aqueles que enxergam no Brasil um lugar de recomeço, e não mais apenas os nacionais venezuelanos.

José: Já não estão nos perguntando venezuelanos, mas também os cubanos querem saber o que realmente se necessita para estar legal nesse país, se a saúde é boa, se os estudos são bons, se é caro o custo de vida atualmente, se se paga água, se paga luz... São infinitudes de perguntas assim.

4.1.2 O influenciador venezuelano e a sua relação com o ecossistema migrante

Para além do estabelecimento de conexões entre influenciadores e seguidores venezuelanos, ávidos por referências que viabilizem o planejamento e a execução da sua empreitada migratória, também foram mapeadas relações dentro do nicho de produtores de conteúdo da referida nacionalidade. As interações entre os personagens em visibilidade - o que inclui os interlocutores da nossa pesquisa, mas não só - se deu de maneira mais nítida através de curtidas e comentários deixados nas postagens, sobretudo na rede social Instagram. A frequência com que tais trocas online acontecem são expressivas, de forma que raramente foram encontradas publicações onde não pudemos identificar pelo menos um *conterrâneo influencer* se somando aos números de engajamento do seu par. Visto que estão expostos a mensagens, ideias e opiniões em comum, não é de se estranhar certas coincidências em termos de temáticas privilegiadas e fórmulas discursivas adotadas pelo grupo, a exemplo dos vídeos no Youtube intitulados como “Conhecendo tal lugar” e “X coisas que me surpreenderam no Brasil”, já referidos no capítulo anterior.

Outro indício desse acompanhamento e relacionamento contínuo foi a geração de conteúdos, notadamente em forma de *stories*, mencionando outros perfis. Essas menções aconteceram, por exemplo, quando determinado *influencer* estava prestes a bater uma meta de número de seguidores e um segundo convocava a sua audiência para se mobilizar conjuntamente, a fim de alcançá-la em um menor intervalo de tempo. De maneira semelhante, assim que tal meta era atingida, novos *stories* eram publicados parabenizando o *influencer* em ascensão pela conquista. Ao mesmo tempo em que tais interações podem ser lidas sob o prisma de uma incipiente solidariedade, no sentido daqueles que compõem o ecossistema midiático venezuelano no Brasil incentivarem uns aos outros a elevarem o seu engajamento, não podemos ignorar os interesses que podem estar por trás dessas atividades. Considerando que tais conteúdos são sempre replicados pela primeira conta marcada, percebemos que as

menções se constituem como uma estratégia de visibilização mútua e, portanto, as alianças entre os migrantes também são construídas para manter os respectivos perfis em evidência.

Mas será que, fora esse tipo de troca mais imediatista e superficial, cujo fim último não deixa de estar vinculado ao ideal de autopromoção e à necessidade de validação alheia, os influenciadores venezuelanos estão construindo elos duradouros entre si? Sabemos que responder a pergunta seria incorrer em uma generalização potencialmente equivocada, tendo em mente a complexidade do ecossistema mais amplo ao qual o recorte desta etnografia faz parte. Contudo, a análise das entrevistas e dos perfis selecionados nos dão subsídios para afirmar que as conexões tecidas entre eles são frequentes, embora não necessariamente se convertam em relações de afeto e confiança. Os interlocutores parecem contar uns com os outros para suprir necessidades específicas, como tirar dúvidas sobre o processo de transferência de dinheiro do canal do Youtube para uma conta bancária ou receber indicação de um hotel barato em Boa Vista, situações vividas por José e Maribella, respectivamente. Porém, permaneceu em aberto se esses contatos são acionados em outros momentos que não aqueles em que se precisa de um conselho de ordem prática, envolvendo a partilha de sentimentos e a troca de confidências, por exemplo, ou se a reciprocidade se restringe às preocupações mais objetivas e não chega a desenvolver laços de amizade.

Na prática, vislumbramos que as interações observadas durante o monitoramento online nos deram uma ilusão de intimidade e proximidade que não foi totalmente correspondida pelos entrevistados e que o desejo de constituir um todo, enquanto grupo coeso, era também permeado por uma questão de aparência. Nesse sentido, foi sugestiva a revelação feita por Maribella quando perguntada sobre as parcerias mobilizadas entre os canais, ao esclarecer que os vídeos colaborativos eram produzidos em resposta a uma demanda da audiência, inclusive de brasileiros que “gostam de ver os venezuelanos unidos e estão sempre pedindo isso nos comentários”. A mesma ideia foi corroborada por Nelson em um vídeo gravado com outras duas *influencers*, no qual inicia falando sobre a reivindicação externa: “vocês me pediam há tempo: Nelson, você tem que fazer um vídeo com tal pessoa, Nelson, por favor, você tem que conhecer ela. Eu estou cumprindo (a promessa) a todos vocês” (grifo nosso).

Figura 12 - “Porque vocês pediram” diz legenda sobre vídeo gravado em parceria com youtubers



Fonte: Reprodução Instagram/@nelson.franceschi (14/01/2021).

O que percebemos por meio desses exemplos é que as audiências interferem na construção do conteúdo veiculado nos perfis dos migrantes a tal ponto que as articulações internas não estão obrigatoriamente atreladas a um vínculo afetivo e solidário em especial. No caso de Nelson, por exemplo, foi a localização compartilhada entre os três venezuelanos o que instigou o desejo do público em vê-los reunidos. Isso posto, não é por acaso que apenas em ocasiões bastante pontuais e estratégicas, como a elaboração de projetos conjuntos, foram criados grupos no Whatsapp para condensar informações e facilitar o planejamento do processo criativo envolvido. “Quando termina (a ação) esse grupo desaparece, mas, de igual, o contato segue. Sempre estamos assim”, resume Maribella.

Um desses instantes de mobilização coletiva teve como fruto um vídeo de 2’26” que circulou em diversos perfis do Instagram. O material conta com a presença de 11 *influencers*, entre eles 5 dos nossos 6 interlocutores, que aparecem em *takes* sequenciados. Cada um aparece inicialmente com a bandeira da Venezuela, acompanhando uma legenda que indica a sua cidade natal, para em seguida mostrar a bandeira do Brasil e apontar a cidade de residência atual. À medida que as imagens mudam, uma música segue tocando ao fundo

juntamente com os trechos de uma mensagem declamada pelos participantes. Escrito em espanhol, o texto é interessante de ser analisado do ponto de vista da elaboração identitária, porque demarca, simultaneamente, o pertencimento enquanto venezuelano e enquanto migrante vivendo no Brasil, traduzido nos sentimentos de lealdade para com o país de origem e de gratidão ao país de destino, do qual já se sente parte.

Somos migrantes e nossas quedas nos fazem mais fortes. / Caí tantas vezes que até duvidei se me levantaria. / Mas sem dúvida alguma foi uma das melhores experiências que já tive. / Dificuldades? Passei por muitas, mas ainda sigo aqui. / Aprendi tanto e estou tão orgulhosa de quem sou hoje. / Minha atitude como estrangeira foi demonstrar com atitude que os bons são maioria. / Sempre levo minha terra em meu coração e ao mesmo tempo sou agradecida com o Brasil. / Até aqui nos trouxe o Senhor e seguiremos nos esforçando a cada dia. / Não há nada impossível; o único impossível é aquilo que você não tenta. / Meu lar se converteu em um lugar onde ambas as visões e culturas podem crescer e conviver. / Sou agradecido de fazer parte dessa linda terra, a pátria amada Brasil.

A ênfase dada na mensagem, todavia, não recai tanto sobre o contínuo atravessamento físico e simbólico implicado no processo migratório, senão sobre a capacidade de resiliência e superação que o grupo precisou ter para enfrentar as dificuldades inerentes à adaptação no novo contexto. Atitude, esforço e perseverança são palavras-chave nessa jornada repleta de altos e baixos, quedas e vitórias. Convertidos em aprendizado, os desafios vividos são motivo de orgulho e exaltação pessoal no presente. Eis a fórmula narrativa que pretendemos aprofundar mais adiante, ao trabalhar com a ideia de inspiração (CASAQUI, 2017, 2019, 2021) e seus ecos neoliberais. Por ora, apenas deixemos registrada a curiosa oscilação entre o nós coletivo e o eu singular, que acaba dominando a maior parte de um discurso a priori compartilhado por muitas vozes.

Figura 13 - Trajetória dos influenciadores venezuelanos é abordada pelo viés da superação



Fonte: Reprodução Instagram/@vickyenbrasil (15/06/21).

A construção e circulação desses espaços identitários em rede, por sua vez, também permitiu uma aproximação dos venezuelanos com indivíduos de diferentes nacionalidades, incluindo brasileiros e estrangeiros que vivem no Brasil. Exemplo disso foram os materiais - carrossel de cards e vídeo - produzidos em torno da campanha do “Outubro Rosa” em 2021, que envolveu influenciadoras de cinco países: Brasil, Venezuela, México, Colômbia e Cuba. As publicações reforçam a importância do autoexame regular e do diagnóstico precoce do câncer de mama, além de informar sobre a doença e o objetivo da conscientização. Apesar de seguir o mote padrão da campanha - apostando, inclusive, em mensagens motivacionais como as expostas na Figura 8 -, é notável que a comunicação se destina prioritariamente a mulheres migrantes, já que adota o espanhol como língua exclusiva. A identificação do público alvo também pode ser feita por meio da presença da brasileira, que utiliza suas redes sociais para ensinar português para iniciantes e, portanto, também está interligada ao ecossistema migrante, ainda que não partilhe da mesma condição que as demais.

Figura 14 - Mensagens motivacionais na campanha do Outubro Rosa



Fonte: Reprodução Instagram/@vickyenbrasil (19/10/2021).

4.1.3 Estratégias de diferenciação: Los buenos x la viveza criolla

Pensar na comunidade como lugar da diversidade implica enxergar as tensões entre grupo e indivíduo, dentro e fora como seus elementos constitutivos. A fidelidade e solidariedade coletiva, assentadas na identificação a uma origem comum, no reconhecimento de práticas ou valores compartilhados, depende do investimento subjetivo e, assim, nunca está completamente assegurada. Ela precisa ser trabalhada, construída e reafirmada através dos discursos, em meio a um processo de articulação que é essencial para o estabelecimento de consensos e consequente validação aos olhares externos. A identidade - não como essência, mas em seu sentido fragmentado e contingente - revela, assim, o seu aspecto estratégico, envolvendo a “produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos” (HALL, 2014, p.109). É pensar na produção identitária como lócus de disputa onde questões como “‘quem nós podemos nos tornar’, ‘como nós temos sido representados’ e ‘como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios’” (Ibid.) circulam.

Tomando como referência os grupos étnico-confessionais espalhados ao redor do globo, Elhajji afirma não ser por acaso que, via de regra, eles sejam dotados de uma eficiente mídia comunitária. Segundo o autor, a criação de iniciativas desenvolvidas pelos coletivos migrantes estaria vinculada ao “imperativo de se manifestar sobre a realidade social e política no qual eles se inserem para se posicionarem com relação à sociedade e oferecer a seus membros um quadro coerente de ação” (ELHAJJI, 2005, p.59). O uso da linguagem e da cultura para a produção e imposição de sentidos, portanto, não se desvincula da sua eficácia política, na medida em que desempenha um papel crucial na legitimidade pública do grupo e de seu universo simbólico. Nesse caminho, pesquisadores como Cogo (2010) chamam a atenção para de que forma a apropriação de novas mídias tem se revelado como um campo estratégico de reivindicação cidadã para migrantes, especialmente no que se refere a desestabilização de discursos que insistem em problematizar e criminalizar essa presença.

A ênfase em uma cidadania vivida relacionada ao cotidiano e à diversidade cultural migratória ou ao caráter propositivo e empreendedorista da presença dos migrantes têm sido estratégias de visibilidade pública adotadas por esses contradiscursos mediáticos derivados das apropriações que os movimentos migratórios fazem, na atualidade, das tecnologias da Comunicação em âmbito transnacional. (COGO, 2010, p.92).

No que diz respeito à comunidade venezuelana no Brasil, podemos perceber que a responsabilização dos nacionais por situações de insegurança, criminalidade, pobreza e desemprego experimentadas nos últimos anos não passou inerte nos discursos dos influenciadores. Durante o trabalho de campo, observamos alguns casos em que houve uma rejeição a estigmas circulantes na sociedade brasileira: não apenas aqueles referentes à figura dos migrantes, mas também visões deturpadas sobre o país que eles indiretamente representam e por isso são sentidas como ofensas pessoais. Exemplo claro de contestação ocorreu no episódio em que Jair Bolsonaro, em visita a um grupo de venezuelanos no Distrito Federal, insinuou que no país vizinho não haveria mais animais domésticos porque eles agora fariam parte da alimentação local. Uma das *influencers* a se manifestar sobre o assunto foi Vicky, que chegou a gravar um vídeo onde se diz incomodada que aqueles presentes “falem por toda a Venezuela e por todos os imigrantes”, e que a polêmica afirmação seria falsa.

Eu acredito que primeiro é melhor nos ajudar como seres humanos, como pessoas, e depois falar de política. Eu penso que há outras maneiras pelas quais um presidente ou qualquer pessoa que queira de verdade nos ajudar possa nos ajudar, como: falando melhor de nós, dando uma oportunidade, e não dizendo esse tipo de coisas que ao final pode nos prejudicar.

Em sua célebre palestra no TED Talks, na qual discorre que o perigo de ouvirmos histórias únicas é que, à força da repetição, elas acabam sendo cristalizadas como verdades, a autora Chimamanda Ngozi Adichie afirma que “o problema com os estereótipos não é que eles sejam mentira, mas que eles são incompletos” (TED, 2009). De certa forma, tal incompletude é própria do significado, que, por ser produto da história e da cultura, jamais poderá ser fixado (HALL, 2016, p.60). Contudo, essa indeterminação fatal da linguagem não apaga ou reduz os efeitos concretos do seu uso na imposição de sentido ao mundo social, sendo a afirmação da identidade e a demarcação da diferença intimamente vinculadas às relações de poder. Assim, se por um lado a linguagem vacila porque a fixação é uma impossibilidade, por outro, tampouco podemos ignorar que a subversão dos sistemas de representação hegemônicos depende de uma disputa mais ampla por recursos materiais e simbólicos na sociedade, onde as minorias costumam ser objeto do olhar externo, e não autores de seus próprios discursos.

De acordo com Stuart Hall, a estereotipagem faz parte da manutenção do *status quo* (2016, p.192), pois, ao reduzir e essencializar o diferente, ela acaba criando fronteiras rígidas que irão determinar critérios de inclusão e exclusão, normalização e classificação. Dessa forma, mesmo quando adquirem certo poder simbólico comunicativo, as minorias não deixam de ser afetadas pelas classificações gerais que dividem e ordenam o tecido social a partir do olhar de quem historicamente detém o privilégio da fala. É nessa perspectiva que percebemos nas narrativas dos influenciadores a incorporação de associações negativas e até mesmo preconceituosas feitas em torno dos venezuelanos, as quais são redirecionadas para um segmento do qual se deseja distância. Nesse caso, a diferenciação entre “nós” e “eles”, produzida internamente, anda de mãos dadas com a definição do que é considerado aceitável e desejável em termos de comportamento do grupo, bem como a demarcação do seu negativo, ou seja, daquilo que não condiz com as suas regras de conduta e da sociedade receptora.

Ao longo da pesquisa, essa divisão interna foi expressa a partir de uma dicotomia entre “bons” e “maus” migrantes, onde os primeiros seriam aqueles que vem para somar no país, representados pelos próprios criadores de conteúdo, e os últimos são caracterizados pela preguiça, oportunismo e predisposição ao crime. De um lado, a ênfase ao caráter propositivo pode ser ilustrada pela frase de encorajamento “*los buenos somos más*” (os bons são a maioria), comumente utilizada pelos *influencers* em suas postagens e presente, inclusive, no vídeo conjunto comentado no item 4.1.2. Do outro, a rejeição a membros indesejáveis, cujas atitudes estariam comprometendo a imagem coletiva, foi manifestada durante as entrevistas

através de ideias como “o pior inimigo de um venezuelano é outro venezuelano” e “por culpa de uns pagamos todos”. Em alguns casos, a preocupação em torno da má reputação de certos migrantes levou à defesa de um controle fronteiriço mais rigoroso - seguindo a premissa de que um incremento nas exigências de documentação seria capaz de filtrar qualitativamente o fluxo, reduzindo os “danos” à população local e, por consequência, à reputação da comunidade como um todo.

Figura 15 - Ênfase ao caráter propositivo da diáspora esconde critérios de diferenciação interna



Fonte: Reprodução Instagram/@vickyenbrasil (07/12/2021).

José: Nós queremos que venham pessoas trabalhadoras, lutadoras, empreendedoras, que queiram seguir em frente. Humildemente, trabalhando honradamente. E por isso que sempre dizemos esse refrão ‘*los buenos somos más*’: que venham pessoas boas, a trabalhar nesse país, a fazê-lo crescer. (...) Porque simplesmente quem vai querer uma pessoa que não seja útil a um país? Que a única coisa que faz é roubar, matar, estuprar pessoas, mulheres, homens. Nós não queremos isso no nosso país e muito menos em um país que nos acolheu como se fossem seus.

Como observou Deborah Santos (2021) a partir das narrativas de cubanos nas mídias digitais, o movimento de criminalização das migrações não parte apenas dos Estados-nação, como também reverbera nas representações dessas comunidades, que dão continuidade a

processos mais amplos de segregação e racismo. A constatação serve para desconstruir o imaginário de que, por se tratar de uma minoria, os discursos formulados pelos migrantes seriam automaticamente contra-hegemônicos, demonstrando de que forma lógicas exclusivistas permeiam as suas práticas internas. Ao mesmo tempo, concordamos com a ressalva da autora de “que por não se tratar de práticas legitimadas pelas estruturas institucionais que normatizam as sociedades, os efeitos negativos delas não podem ser comparados aos que ditas estruturas configuram” (Ibid., p.123). Para Deborah, aliás, tais dinâmicas de estigmatização poderiam ser lidas como micro estratégias de resistência desenvolvidas no intuito de se fazer desejável aos olhos da sociedade anfitriã e assim garantir a permanência no território.

Por fim, vale ressaltar que, embora a associação do venezuelano à figura de parasita social esteja longe de ser um fato isolado na mobilidade humana, existem contornos peculiares desse deslocamento que se somam ao contexto de endurecimento das políticas migratórias e defesa do Estado mínimo. Entre os *influencers* ouvidos nesta pesquisa, parece haver um consenso de que a tendência de uma parcela em tirar vantagem das situações ou enganar os outros em benefício próprio diz respeito a uma realidade anterior à migração, se constituindo como um dos sintomas da profunda crise econômica, social, política e moral atravessada pelo país de origem. Assim, a distinção mesma entre bons e maus imigrantes converge com o embate mais amplo entre dois modelos de sujeito e, por sua vez, dois modelos de relações sociais: um que atribui ao indivíduo a responsabilidade pelo seu destino e outro que enxerga o Estado como provedor das demandas mais básicas dos seus cidadãos.

A ideia - sintetizada pela expressão “*viveza criolla*” (vivência ou esperteza crioula), a qual nos foi apresentada por Yesica como semelhante ao jeitinho brasileiro - é de que a situação de necessidade extrema teria levado a uma espécie de vale-tudo na sociedade venezuelana, em que a população improvisaria soluções de teor duvidoso para dar conta da sobrevivência. Nessa acepção, a competição sistemática por recursos escassos gerada pela crise - cuja culpa é atribuída ao regime “comunista/socialista” - seria responsável pelas condutas eticamente condenáveis que teriam se tornado um padrão naquele país. Mais do que uma saída emergencial, a tendência de seguir pelo “caminho mais fácil”, ou seja, ao comodismo e à ociosidade, é também vista como fruto do assistencialismo bolivariano, que teria mal acostumado os cidadãos a receber regalias (lê-se: direitos como acesso a moradia, água e luz, todos gratuitos na Venezuela), no lugar de trabalhar por suas próprias conquistas.

Seguindo essa linha de raciocínio, a malandragem venezuelana, por sua vez, geraria reflexos nas formas encontradas pelos nacionais para recomeçar a vida no Brasil, onde os

migrantes supostamente estariam se aproveitando da boa vontade do governo e da população local. Nas passagens a seguir, o argumento oscila entre a alegação de que eles imputariam apenas ao Estado a solução de suas adversidades e a acusação em torno da existência de “falsos pedintes”, cuja opção seria pela mendicância mesmo diante de um rol de possibilidades.

Maribella: Outra coisa importantíssima, que, de verdade, já me deixa um pouco estressada, é que deixem de pensar que aqui vão te doar tudo. Estava ultimamente recebendo muitas mensagens onde me perguntam os venezuelanos ‘que benefícios o governo do Brasil me dá?’. Olha, melhor se pôr a pensar o que você que vai oferecer a esse país, você é a pessoa que está chegando. Melhor vir pensando no que você pode, como pessoa, com suas qualidades, com suas virtudes, contribuir com esse país lindo. Se você, de verdade, vem com essa mentalidade, com esse chip somente buscando que o governo te ajude e você não vai fazer nada para melhorar a sua situação, o que eu te recomendo, com o coração na mão, é que, de verdade, não venha.

Nelson: Desde que eu entrei no Brasil essa é a imagem que eu dei: a imagem do venezuelano trabalhador, a imagem do venezuelano que quer seguir adiante apesar das dificuldades. E me incomoda que existam venezuelanos que não tomam isso a sério. (...) o que não aproveitou essa oportunidade de começar uma vida nova está fazendo o mal, e está fazendo o que fazia na Venezuela: ou roubar, ou fraudar, ou enganar as pessoas. (...) Falando do Rio Grande do Sul, eu não aceito que tenham venezuelanos pedindo em semáforos, porque há muitas igrejas, de todo tipo de religião, ajudando, com muitas fundações, de dar cursos profissionais a venezuelanos, de ensinar a costurar, a cozinhar, a preparar sobremesas, a vender na rua, abrindo sua própria empresa, entregando máquinas para cartão de crédito e débito para que vendam na rua, tudo isso fazem as igrejas, e que uma venezuelana despreze todo esse tipo de ajuda somente para pedir na rua, isso é algo que eu, lamentavelmente, não apoio como venezuelano.

Os pontos de contato entre os excertos dizem respeito ao rechaço a atitude de membros indesejáveis da comunidade, referidos de maneira pejorativa e marginalizada em um claro distanciamento da identificação positiva à *venezuelaneidade* que se pretendia anunciar com a expressão “*los buenos somos más*”. O contraste entre aquilo que se espera do migrante - que seja batalhador e agregue à sociedade - e a realidade vislumbrada pelos *influencers* - também interpelada pela visão dos brasileiros sobre eles - é o que instiga críticas e narrativas excludentes. Se por um lado tais enquadramentos indicam um senso de autoproteção coletiva, por outro eles esbarram diretamente em uma retórica individualista, que aposta no talento e esforço de cada um como caminho para a resolução de dificuldades estruturais. Nesse sentido, a articulação de regras de conduta internas e critérios de reconhecimento do grupo termina

aderindo aos preceitos neoliberais, pois enfatizam a responsabilidade que o migrante deve ter sobre si mesmo no processo de integração, ainda que suas angústias sejam compartilhadas.

4.2 O MIGRANTE COMO FIGURA EXEMPLAR

A intensificação e complexificação dos fluxos migratórios de um lado e a centralidade midiática, favorecida pela comunicação digital, do outro (Appadurai, 2004), são elementos que contribuem para pensar no profundo entrelaçamento entre mediatização e mobilidade humana na sociedade contemporânea. Já é bem sabido que os discursos e imagens produzidos e legitimados pela mídia repercutem diretamente nas formas de compreensão e relação com o Outro³⁰, sendo ambos determinantes no valor que o migrante irá assumir no novo contexto. Via de regra, “o migrante que chega à fronteira é tomado acima de tudo como um estrangeiro perigoso, um inimigo oculto e clandestino, um selvagem invasor” (DI CESARE, 2020, p.30-31). Esse, na verdade, não é um dado inédito, e sim apenas mais um índice da permanente problematização do fenômeno migratório, a qual já era alertada por Sayad (1998) décadas atrás. Contudo, é notável que a percepção coletiva em torno do “risco migratório” ganha reforço a partir da rápida proliferação de discursos midiáticos, que, marcados pelo senso comum, pela imprecisão ou manipulação de informações e pelo preconceito, acabam por moldar a forma em que o país anfitrião irá reagir e atuar diante desses fluxos humanos.

Nesse sentido, vale destacar que os impactos supostamente negativos da migração no mercado de trabalho e na qualidade de vida local são constantemente evocados por notícias e reportagens de cunho alarmista, o que contribui para a disseminação de boatos e especulações. Para Cogo e Pássaro (2017), aliás, o atual excesso de visibilidade dado ao tema pelos meios de comunicação deve ser analisado de maneira crítica, pois guarda “uma pretensão narrativa unificadora ao enunciarem, de modo dominante, essa imigração associada a problema, conflito e ameaça e a partir predominantemente de estéticas da espetacularização e do flagrante” (Ibid., p.6). Tal posicionamento coincide com o de Di Cesare, que observa que “muitas vezes o debate assume tons emotivos, posicionamentos extremados, e cria uma polarização entre prós e contras, o que dilui a complexidade do fenômeno” (2020, p.139). Assim, o fato da migração estar na ordem do dia contém armadilhas, pois o tratamento sensacionalista dado pela imprensa, por meio da publicação de imagens degradantes ou do

³⁰ A esse respeito, ver a discussão de Hall (2016) sobre “O espetáculo do Outro”.

abuso no uso de estatísticas que servem “mais para assustar do que informar”, como ilustrado pelos autores, pouco contribui para a aceitação dos migrantes e refugiados no país receptor.

Pelo contrário, as frequentes associações dos fluxos a chegadas massivas e descontroladas, que encontram nas chamadas "metáforas hídricas"³¹ a sua forma mais bem acabada, mexem com os medos e incertezas da população local, que tem a impressão de estar sendo invadida por uma horda de baderneiros, tomadores de emprego, portadores de doenças, etc. A sensação de insegurança instiga a necessidade de fortalecer as fronteiras (BAUMAN, 2022), como se cercas e muros de proteção fossem capazes de garantir o aconchego dos cidadãos face ao caos que reina lá fora. Nisso as imagens e os discursos propagados pelas telas têm papel fundamental, pois delimitam papéis bem estabelecidos para “nós”, os indefesos atacados, e “eles”, os anônimos despidos de humanidade ao se tornarem parte de uma massa indistinta de corpos. Na medida em que conforma nossa experiência social e visão de mundo, elegendo informações, apresentando vieses interpretativos e assim direcionando a opinião pública, não é exagero dizer que a mídia pode ser a fiel da balança nesse desenlace, definindo se haverá espaço para o diálogo ou apenas intolerância contra o estrangeiro.

Considerando as dinâmicas de identificação e reconhecimento a partir de uma perspectiva intersubjetiva, é notável que a leitura que se faz do indivíduo migrante também interfere na sua própria construção identitária, sobretudo no que se refere às representações feitas pela sociedade receptora. Ao chegar no novo ninho cultural, a imagem com a qual se identifica passa a ser influenciada pela imagem externa que é projetada sobre si mesmo, bem como as expectativas que lhe são depositadas seguindo os critérios e desejos da nação. Existe, desse modo, uma enorme complexidade em termos de disputas simbólicas implicadas aos processos de auto representação desses coletivos, que tanto podem aderir quanto rejeitar os espaços concedidos pelos seus anfitriões. No caso desta pesquisa, a reivindicação de um lugar outro que não o da vítima ou o do estorvo ao mesmo tempo em que se contrapõe a uma hegemonia discursiva - na qual os migrantes distinguem-se negativamente frente ao “nós” da comunidade - não deixa de reiterar representações estigmatizantes e policiaescas que recaem sobre seus corpos à medida que as utilizam como critérios de diferenciação interna.

O enaltecimento de sua trajetória pessoal de resiliência e superação surge, então, como resposta às tentativas de uniformização das experiências migratórias que sugerem posições subalternas aos migrantes ou os reduzem a algumas poucas características estereotipadas.

³¹ Onda, maré e tsunami foram alguns dos termos repetidos à exaustão pela imprensa europeia para se referir à chegada dos fluxos mais recentes de migrantes e refugiados ao velho continente como uma “crise humanitária”. A ideia é que “aquela humanidade à deriva é uma onda anômala, um tsunami, uma catástrofe que vai se abatendo sobre ‘nós’” (DI CESARE, 2020 p.145).

Trata-se de uma estratégia ou de um mecanismo de busca por legitimação da sua presença e inserção na sociedade de destino, que é viabilizada a partir da apropriação de um tipo de construção discursiva bastante particular aos nossos tempos. Construção esta que aposta na autonomia e na responsabilização individual típicas do neoliberalismo e se apresenta como um padrão generalizado presente nas histórias de vida que são propagadas pela própria mídia. A diferença é que, aqui, o indivíduo posicionado como herói não é aquele que fez fortuna do dia para a noite ou mesmo se notabilizou como celebridade aos olhos de uma multidão, mas, antes, o migrante que deixou para trás um passado de miséria e sofrimento na esperança de refazer a vida. É alguém que encarna a figura do sujeito resiliente sempre disposto a batalhar por mais, através de seu esforço e dedicação, e que com isso consegue afastar o espectro ameaçador que envolve a sua presença enquanto estrangeiro.

Fora o reconhecimento de fundo meritocrático que é viabilizado a partir do uso da fórmula vencedora, a ideia de risco contida na representação dominante do migrante é atenuada pela conduta percebida como “exemplar” dos influenciadores. É a atitude de ser cordial e obediente às regras da casa, em uma visão na qual o Estado-nação é tratado como propriedade dos cidadãos que têm o poder de controlar o ingresso e estadia dos visitantes, o que o qualifica como alguém a ser aceito. Aprender o idioma e os códigos culturais é, assim, condição *sine qua non* não apenas para poder participar dos processos de tradução e negociação intercultural que se impõem em sua vida, no sentido do domínio técnico, mas também para ser enxergado como digno de acolhimento, do ponto de vista moral. A vontade de se integrar aparece, então, como peça-chave na construção de um migrante desejável e autosuficiente, pois desloca completamente um esforço que deveria ser coletivo, incluindo ações por parte do governo, empresas e população local, para o lado mais frágil da balança.

O território estatal como propriedade particular, de um lado, e o direito ao pertencimento, do outro, colocam em cena o debate sobre a hospitalidade e a sua inerente incompatibilidade com a ordem estadocêntrica. Aos olhos dos filhos da nação, a comunidade deve ser protegida em sua pretensa homogeneidade étnico-cultural, sendo tal integridade garantida tanto por uma política de admissão rigorosa - que filtra e restringe a convivência física com o diferente -, quanto pela anulação cultural, nesse caso, da alteridade representada pelo migrante. No lugar da hospitalidade como pura abertura ao recém-chegado, o que se percebe no quadro das migrações contemporâneas é o predomínio de uma visão tecnicista sobre o acolhimento, onde palavras de dominação - como as denomina Di Cesare (2020) -, e.g.: adaptação, inclusão, inserção, assimilação, integração e naturalização, imperam. Nessa perspectiva, “a primeira condição hostil da hospitalidade é que o estrangeiro renuncie à sua

condição, que se torne como os autóctones, que manifeste a intenção de querer ser assimilado, de integrar em si a identidade nacional do país que o hospeda” (DI CESARE, 2020, p.193).

Para não ser percebido como invasor e ter a sua presença legitimada na nova sociedade, o estrangeiro precisaria, portanto, atravessar em algum grau o rito de passagem da alteridade para a identidade, do outro para o mesmo. Vista dessa forma, a hospitalidade presume e mantém a distância social entre o de dentro e o de fora, o que chega e o que acolhe, funcionando como um jogo³² no qual as posições dos participantes são atravessadas pelo controle e pelo poder de quem recebe. O forasteiro é submetido a provas e deverá se ocupar de seus próprios deveres, sempre determinados pelo anfitrião, para poder dar continuidade a essa relação de trocas desiguais da qual a sua permanência é dependente. Logo, pensada dentro de uma perspectiva hostil, a hospitalidade condicionada vai na contramão do exercício da alteridade, que presume o reconhecimento e respeito radical à diferença. Ao ser marcada por assimetrias, ela cumpre um inevitável papel dicotômico: o de integrar o estrangeiro à comunidade e, simultaneamente, manter aquela distinção fundante (SANTOS, S., 2017, p.381).

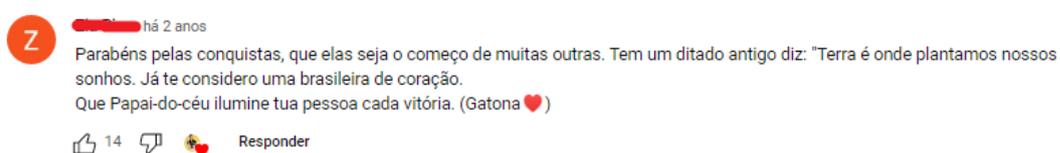
A hospitalidade à brasileira é particularmente reveladora em seu sentido restritivo e paradoxal. Apesar do imaginário de país acolhedor, o que se verifica em diferentes momentos da nossa história - dos subsídios a imigração europeia no período pós-escravatura e paralela proibição da vinda de pessoas da África às dificuldades atualmente enfrentadas pelos migrantes racializados do Sul global - é que a receptividade com o estrangeiro é seletiva. O imigrante ideal (KOIFMAN, 2012), hoje, pode não ser mais aquele dos necessários “braços para a lavoura” cafeeira de outrora, em um cenário no qual o branco europeu era requisitado para substituir a mão de obra escrava e, simultaneamente, promover o melhoramento étnico da população brasileira. No entanto, percebe-se que certos critérios físicos e morais seguem reverberando nas formas em que o migrante é encarado e nos tratamentos que lhe são reservados, ainda que não estejam mais dispostos em lei. Essa discriminação foi evidenciada a partir da chegada dos chamados novos migrantes - sendo o fluxo haitiano um marco na consolidação do Brasil como país de destino e/ou trânsito no contexto das migrações sul-sul, sobretudo latinoamericanas -, e que tiveram o “mérito de desvelar camadas constitutivas do imaginário social nacional” (BOMFIM, 2018, p.274), profundamente marcado pelo racismo.

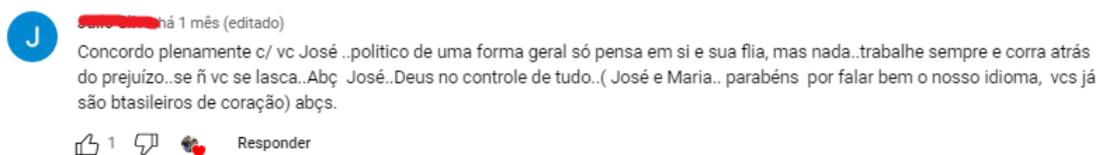
³² Sandro Santos (2017) pensa na hospitalidade como “um jogo de troca de cortesias no qual o hóspede, em agradecimento, deve demonstrar sua submissão e obediência às regras dos anfitriões” (Ibid., p.381). Assim, ainda que presuma uma relação de reciprocidade e comprometimento mútuo, na prática persiste uma distância fundamental entre o cidadão que pertence à comunidade e o estrangeiro que nela procura um lugar.

Ao mesmo tempo, ainda que a hierarquia social do país continue entrelaçada a padrões baseados na cor e no fenótipo, ser um migrante desejável ou indesejável parece não implicar em uma posição rígida para os venezuelanos, sendo tais classificações tributárias de um processo de negociação contínuo. Para além da intersecção entre marcadores de classe, gênero, raça, etc., o manejo dessas categorias - e os comportamentos a elas associados - passa pelo agenciamento dos migrantes. Isto é, fazer-se desejável ou indesejável pressupõe não apenas o enquadramento pelo olhar externo, mas também a elaboração subjetiva, que pode se encaminhar no sentido de resistência ou sujeição a tais estereótipos. A própria construção de espaços de visibilidade e representação online demonstra a capacidade de autonomia desses sujeitos e de que forma a luta por cidadania extrapola a dimensão jurídico-formal, sendo atravessada pelo direito à comunicação. Ao romper com o silenciamento historicamente imposto aos grupos marginalizados, a presença e capilaridade de tais vozes, de fato, tem o potencial de desestabilizar discursos na medida em que quebra com a figura una do migrante.

Porém, não se pode ignorar que as narrativas em disputa são atravessadas por hierarquias políticas e sociais mais amplas, de forma que, mesmo quando ocupam uma posição de relativo destaque midiático, os migrantes não deixam de ser constrangidos pelas visões e demandas dos membros da nação. Como nos lembra Di Cesare (2020), para ser aceito e ter os seus direitos reconhecidos, o estrangeiro está sujeito a provas (Ibid., p.193), que podem variar de apresentar disposição para o trabalho a ser obediente às regras, não responder a insultos a demonstrar que domina os valores e o idioma dos anfitriões, apenas para citar algumas atitudes percebidas ao longo do trabalho de campo. É ao cumprir com tais exigências - a fluência no português, o conhecimento sobre o Brasil, a postura resiliente, etc. - que os influenciadores conseguem ser reconhecidos como dignos de uma oportunidade de aqui refazer a vida e até mesmo aludidos como se brasileiros fossem (Figura 16). Embora recebida como elogio, a identificação com o “nós” da comunidade nacional não pode deixar de ser vista como sintoma do apagamento ou atenuação simbólica do Outro, em um movimento no qual o horizonte existencial do migrante é reduzido ao imperativo de *ser como* um autóctone.

Figura 16 - Comentários referem-se aos influenciadores como “brasileiros de coração”: acolhimento ou negação da alteridade?





Fonte: Reprodução Youtube / Vicky en Brasil (10/03/2020).

Fonte: Reprodução Youtube / Maria y Jose (22/10/2022).

O esforço em articular uma postura exemplar e a validação por parte do público - percebida em elogios frequentes como “batalhador”, “corajoso” e “guerreiro” - nos mostra de que forma o migrante pode vir a se ajustar a um perfil considerado ideal no presente cenário. Nesse trabalho de fazer-se desejável aos olhos dos brasileiros, o domínio eficiente e rotineiro das redes sociais opera um papel fundamental para manter o migrante em evidência, tornando o que é estranho familiar e despertando o interesse e a curiosidade alheia em torno da sua narrativa singular e empreendedora. Há, contudo, uma linha tênue entre a hospitalidade e a hostilidade, a admiração e o ódio, em que qualquer comportamento considerado equivocado ou transgressor pode desencadear em demonstrações de negação à diferença. Essa passagem de um extremo ao outro nos remete ao lugar limítrofe ocupado pelos venezuelanos no Brasil, correlato ao estatuto de provisoriedade permanente imposto ao migrante enquanto alguém que “é sempre *wanted but not welcome*, requerido, mas não bem-vindo - solicitado como trabalhador, mas indesejado como estrangeiro” (DI CESARE, 2020, p.121, grifo da autora).

4.2.1 O cerceamento da fala e a culpa ineludível

A ideia para esta seção é pontuar que, embora o acompanhamento dos influenciadores por parte de um público brasileiro permita a criação de espaços de diálogo e negociação intercultural, nem sempre esse envolvimento se dá de maneira amistosa. Durante as entrevistas, a percepção do povo brasileiro como hospitaleiro foi amplamente compartilhada pelos nossos interlocutores, ativando o imaginário do Brasil como país de oportunidades para todos e, como tal, receptivo ao migrante - desde que respeitoso e trabalhador, é claro. Paradoxalmente, nem mesmo as tentativas de colar a sua imagem a de um “bom imigrante” foram capazes de evitar a recepção de mensagens odiantas, verificadas nas postagens e confirmadas como constantes pelos participantes da pesquisa. Se por um lado a discriminação e a intolerância estão longe de se constituir como desvios ao modo de funcionamento das redes sociais, por outro é certo que as ofensas recebidas pelos migrantes guardam relação com a sua condição de estrangeiridade e, portanto, devem ser analisadas sob a ótica da xenofobia.

A combinação da análise das redes sociais com o material transcrito das entrevistas nos permitiu identificar que tais comportamentos hostis foram desencadeados nas mais diversas situações. Fosse em vídeos nos quais os *influencers* teciam considerações a respeito de problemas internos como a crise econômica e a insegurança vivida no Brasil, vistas como um sinal de ingratidão diante da estadia concedida, fosse em publicações nos quais hábitos nacionais eram aludidos como “estranhos”, também assimilados como ofensa pelos seus anfitriões, o tipo de insulto dirigido era o mesmo: “volte para o seu país!” (Figura 15). É a percepção de que os limites sociais impostos ao estrangeiro estão sendo transgredidos - isto é, a quebra com a conduta polida, recatada e assimilável esperada pelo “nós” da comunidade - o que faz com que a sua pretensa cordialidade desapareça. Surge, então, como forma de retaliação, a acusação de que ele é alguém fora do eixo, um não pertencente, e que se não estiver disposto a abraçar incondicionalmente os códigos e valores do país que lhe abriu as portas é melhor que retorne ao lugar de onde veio.

Figura 17 - Comentários odiosos reavivam a “culpa originária” do migrante



Fonte: Reprodução Youtube / Maribella (23/04/2022).
 Fonte: Reprodução Youtube / Vicky en Brasil (13/03/2022).

É nesse sentido que, para Di Cesare (2020), mais do que assinalar a simples proveniência, a frase “você não é daqui” deve ser entendida no sentido mais violento da negação existencial. Nas palavras da autora: “o migrante é condenado à inexistência do autóctone, que reivindica orgulhosamente seu pertencimento ao lugar, mas também ao ser e ao existir. (...) Quem não pode reivindicar essa existência está condenado a um apagamento sem apelação. ‘Desapareça, você não é daqui!’” (Ibid., p.183). Mas o trabalho de despojo ao qual é submetido não se esgota com a constatação da estrangeiridade e envolve todo um interrogatório em torno da sua marca indelével. De um lado, sob a “suspeita da ‘traição’, da ‘fuga’ e, no limite, de ser um ‘renegado’” (SAYAD, 1998, p.109); do outro, alvo da acusação de “perturbação, intromissão, desordem” (DI CESARE, 2020, p.188). Enquanto movimento de ruptura, “migrar é um pecado original pelo qual o migrante jamais deixará de responder” (Ibid., p.185), sendo a sua culpa o próprio ato migratório, que perturba a ordem estadocêntrica e expõe as fronteiras da democracia. E assim, por ser invariavelmente sentido como incômodo, inoportuno e deslocado, o migrante é constrangido a justificar a sua existência a todo momento, sem ter quaisquer garantias de legitimação como contraparte.

Aqui, a variação das reações de uma escala positiva, marcada pela solidariedade e pelas manifestações de boas-vindas, à negativa, de hostilidade aberta ou camuflada contra o estrangeiro, revela as limitações da hospitalidade à brasileira. Ao venezuelano é permitido falar sobre os próprios costumes, contar a sua história redentora e criticar a política do país de origem, especialmente para ratificar a visão dos setores mais conservadores e reacionários que enxergam nos migrantes sujeitos dissidentes do regime bolivariano. No entanto, opinar sobre temas de interesse nacional se apresentou como um tabu para esses mesmos influenciadores, que, via de regra, preferiram se abster de debates acalorados e adotar uma postura pretensamente neutra ou imparcial diante de tais questões. A única exceção talvez tenha se dado durante as eleições de 2022, acompanhada com atenção, tensão e incerteza latentes por parte do maior fluxo migratório em direção ao Brasil na atualidade³³. Porém, mesmo nos momentos em que os *influencers* se envolveram na pauta política - Vicky, por exemplo, fez uma série de vídeos apresentando uma minibiografia dos principais presidentes e Yesica, uma enquete de intenção de voto direcionada aos venezuelanos nos *stories* - verificamos que a tendência era de adotar um tom mais informativo, evitando posicionamentos pessoais.

³³ As expectativas e anseios do grupo em torno do embate eleitoral foram tema de uma reportagem publicada pelo site Migramundo durante o segundo turno. O texto aponta os principais elementos que embasaram o suporte de uma parcela significativa dos venezuelanos a Bolsonaro, de um lado, e a rejeição a Lula, do outro, traçando um interessante panorama a respeito das tensões circulantes na comunidade. Ver DELFIM, 2022.

Isso não significa que o grupo se manteve alheio ao processo eleitoral, tampouco que tenha passado o período sem emitir quaisquer juízos de valor sobre os candidatos. A título de ilustração, já durante o segundo turno, José gravou um vídeo de 13 minutos no qual fala abertamente sobre o embate entre Lula e Bolsonaro, declarando não apoiar nem um nem outro em virtude do seu suposto desconhecimento a respeito da política brasileira. Apesar da reserva inicial, o migrante não se esquivava em dar o próprio ponto de vista e critica ambos: de um lado, a situação econômica desfavorável do governo Bolsonaro, marcado pela inflação e desvalorização do salário mínimo, além da queixa em torno do uso político da crise venezuelana como forma de cativar apoiadores; do outro, a promessa lulista de que o povo vai “voltar a comer picanha todo dia”, vista como desonesta. A saída da polarização se dá, então, através da responsabilização individual: “presidente não muda a vida de ninguém, vamos trabalhar por nossa vida, pela vida da nossa família”.

Figura 18 - Frame do vídeo “Brasil ficará uma Venezuela se ganha o Lula”



Fonte: Reprodução Youtube / Maria y Jose (22/10/2022).

Para além das divergências ideológicas e do clima hostil ao diálogo na arena política atual, as resistências a assuntos sensíveis da vida coletiva da sociedade receptora podem ser lidas como parte da postura reservada exigida ao estrangeiro enquanto residente provisório. Em sua obra, Sayad (1998) fala sobre a neutralidade política como uma das ilusões que são a própria condição do advento e da perpetuação do par imigração/emigração, as quais são consentidas mutuamente entre o migrante, sua região de origem e de destino. Segundo o argelino, essa neutralidade não é demandada apenas ao migrante como também se impõe ao

fenômeno que ele protagoniza, pois, à medida que sua presença é justificada única e exclusivamente pelo trabalho, as implicações políticas das relações de poder desiguais entre os países também são negadas. Obviamente, Sayad tinha como paradigma analítico a migração argelina para a França, envolta em laços imperialistas que não se esgotaram com o rompimento da relação metrópole-colônia e devem ser considerados em sua especificidade. Contudo, cabe pontuar que as posições hierárquicas ocupadas pelos países na geopolítica continuam incidindo sobre as legislações que versam sobre o fenômeno migratório, ditando sob que condições o migrante será recebido e que papel ele irá assumir no novo contexto.

Nos termos de Sayad, as desigualdades de direito e de fato são fundamentadas na própria submissão do migrante aos imperativos éticos dos seus anfitriões, que a priori seriam mais da ordem da polidez do que da política. Porém, é a “obrigação de ser reservado”, isto é, “a forma de polidez que o estrangeiro deve adotar e que ele se sente na obrigação de adotar” (SAYAD, 1998, p.57), o que dá início às concessões de grande valia no balanço contábil das vantagens e desvantagens atreladas a migração, da qual a sua presença é dependente. Tomando por base as reflexões do autor, Elhajji (2017) entende o acato dessa postura reservada como uma perigosa armadilha, na qual o migrante fica preso “em uma espiral de espoliações, discriminações, injustiças e de sua futura desumanização” (Ibid., p.209). Pois, uma vez que as exigências fundadas na sua condição de não-nacional são cumpridas, ele se converte em “um sujeito desempossado de qualquer tipo de cidadania, de qualquer ‘droit de cité’ (direito de cidadania) na dupla acepção de ‘direito à cidade’ e ‘direito de ser citado’, privado da possibilidade de falar por si e do direito de se defender em nome próprio” (Ibid.).

Mesmo com as possibilidades de participação inauguradas pelos dispositivos eletrônicos, a observação dos influenciadores expõe que o comportamento recatado e a omissão nas discussões "da casa" seguem, em alguma medida, sendo demandados ao migrante como parte da conduta polida do hóspede. As reações a tais constrangimentos, entretanto, responderam a critérios subjetivos nem sempre evidentes para a pesquisa. A figura abaixo, por exemplo, ilustra um caso no qual a ideia de que o estrangeiro deveria manter-se reservado diante dos assuntos internos é rejeitada. Na publicação, Vicky se coloca em pé de igualdade com os brasileiros pelo fato de aqui também "trabalhar e pagar impostos", além de recobrar o direito à liberdade de expressão. Contudo, conforme observou Ávila (2022) no transcurso da sua tese³⁴, a ausência de críticas ao Estado brasileiro e o não envolvimento da migrante no

³⁴ O trabalho assumiu a referida influenciadora como “perfil notável” para conduzir a sua análise sobre o ecossistema midiático mantido por migrantes de diferentes nacionalidades no Brasil. O diagnóstico da pesquisa

debate político não deixam de ser indícios da sujeição aos limites que lhe são impostos. Nesse sentido, o autor acrescenta ainda que a abstenção no debate nacional “também enquadra sua cidadania e poder de participação mesmo entre os compatriotas, cuja limitação é exercida e repassada como código moral” (Ibid., p.182), através da proibição a falar de “política brasileira e mal do país”, disposta como regra no grupo do Telegram.

Figura 19 - Vicky tenciona polidez do hóspede



Fonte: Reprodução Instagram / @vickyenbrasil (24/03/2022).

A hostilidade de fundo - que, segundo Di Cesare (2020), é o que dita “as condições restritivas e limitadoras da hospitalidade” (Ibid., p.30), e que aqui se traduz em silêncio - foi expressa em pelo menos outros dois momentos do nosso trabalho. O primeiro deles se deu durante uma das entrevistas com o casal Maria e José, na qual o migrante manifestou o desejo de viver novamente na Venezuela para voltar a “sentir o calor da minha família, da minha gente, poder falar livremente. Porque algumas vezes *nós, os imigrantes, nos coibimos de defender nossos direitos e calamos, por medo*” (grifo nosso). Já o segundo diz respeito a uma entrevista realizada com Nelson e que depois gerou um vídeo correlato no Youtube. No

coincide com a nossa percepção quanto ao “elemento político como um não dito evidente” (Ibid., p.211) nessa construção identitária.

decorrer da conversa, o venezuelano relatou situações de xenofobia sofridas dentro e fora da internet, mas que de maneira igual aconteceram através do ressurgimento do fantasma do não-pertencimento à comunidade nacional (“você não nasceu aqui”) como justificativa para o cerceamento da fala (logo, “não pode dar opinião sobre o Brasil”). Após ter finalizado a videochamada, o migrante aproveitou o ensejo para gravar um vídeo de agradecimento por “esse país ter acolhido a gente como imigrante”, onde contraditoriamente diz:

Têm brasileiros que falam que conhecem a Venezuela muito mais do que a gente que nasceu e morou lá, então não respeitam a nossa opinião. E tem vez também que a gente fica privado de desprezar algumas coisas, de opinar alguma coisa, porque a gente tem esse medo de receber uma resposta de ‘você não tem que opinar, porque esse aqui não é o seu país’, ou então você não tem aquela liberdade de falar o que você pensa porque não nasceu aqui.

O que os exemplos contribuem para pensar no debate proposto neste item 4.2.1 é que, no atual estado das coisas, hostilidade e hospitalidade - pensada sob o viés da soberania do Estado e dos filhos da nação e, portanto, em seu sentido condicional - não são exatos opostos. Para os influenciadores venezuelanos, fazer-se desejável aos olhos dos seus anfitriões implica um manejo instável de relações e atributos que, por vezes, recai diretamente no afastamento e negação existencial do Outro. De certa forma, isso faz parte das complexas e paradoxais relações com a alteridade (SAYAD, 1998), que ora podem pender para o reconhecimento e a aceitação, ora para o conflito e a animosidade. Em todo caso, há que se ressaltar que as ofensas e comentários preconceituosos foram minoritários face aos elogios e votos de boas-vindas recebidos, ainda que tenham sido constantes no desenvolvimento da dissertação. Aliada à gradual expansão no número de seguidores, as impressões positivas manifestadas pelo público brasileiro nos mostram que os migrantes conseguem negociar um lugar na nova sociedade à medida que alcançam relativo sucesso nos seus empreendimentos midiáticos.

Ao mesmo tempo, a oscilação entre a resignação à figura do hóspede e a reivindicação do direito à expressão descortina que os espaços nos quais os migrantes se autorepresentam são um terreno de disputa por diferentes acepções de cidadania, autonomia e liberdade. Eles se apresentam de forma negociada, e, portanto, são chamados a reinventar as próprias subjetividades para se adequar às expectativas e anseios da sociedade receptora em meio a um crescente controle e criminalização da mobilidade humana, que acompanha a flexibilização do capital e a exacerbação do individualismo no tecido social. Nesse cenário, o ideal meritocrático surge como um ingrediente elementar dos discursos que viabilizam a aceitação dos influenciadores venezuelanos no Brasil, a partir do momento em que eles se colocam

como exemplos de pessoas que saíram de condições adversas para recomeçar a vida em solo estrangeiro, consagrando a superação como a tônica dessa empreitada. A seguir, a discussão se volta para de que forma suas histórias de vida, embaladas em uma retórica inspiracional, se convertem em um recurso estratégico de atração de visibilidade e negociação de pertencimentos.

4.2.2 Narrar para inspirar

As histórias pessoais contadas pelos influenciadores não são idênticas, mas percorrem um mesmo itinerário. Começam pela “vida normal” que se tinha, com o que trabalhavam e o que faziam, até chegar ao contexto da crise, com o enfrentamento da inflação, da escassez e da fome. Diante da falta de perspectivas no país, o que até então era impensável surge como possibilidade: migrar. Para tanto, passam a se desdobrar das mais diversas formas para juntar dinheiro e conseguir realizar a travessia rumo ao Brasil. Ao chegar, se deparam com outros tantos desafios. As burocracias com a documentação, a não compreensão do idioma, os estranhamentos culturais, a falta de contatos e de oportunidades de emprego, a saudade dos entes que ficaram, sem dúvidas, esses são enfrentamentos comuns a milhares de pessoas que saem de seus territórios de origem para refazer a vida em outro país. Contudo, o que nos parece latente nessas narrativas é a forma em que as dificuldades são sempre enfrentadas por meio da resiliência, do trabalho árduo e da força de vontade. Por mais complexo que tenha sido o processo de adaptação no novo lugar e até mesmo que alguns obstáculos iniciais se mantenham no presente, o desfecho da mensagem é sempre positivo. Vale a pena persistir.

O encadeamento da trama reproduzida acima contém alguns elementos importantes para o debate como os venezuelanos pensam e narram a si mesmos a partir de uma retórica inspiracional e quais sentidos de sucesso estão implicados nessa construção. Para além de ser um indicativo de um cenário no qual os migrantes muitas vezes só podem contar consigo mesmos na reelaboração de seus pertencimentos, a ênfase na individualização do desempenho também aponta para um dos pressupostos caros à sociedade neoliberal: o ideal meritocrático. De acordo com Livia Barbosa, em nível ideológico, a meritocracia pode ser definida como “um conjunto de valores que postula que as posições dos indivíduos na sociedade devem ser consequência do mérito de cada um” (BARBOSA, 2008, p.22). A pesquisadora acrescenta ainda que o termo pode ser interpretado a partir de duas acepções distintas: uma negativa e uma positiva. A primeira se refere a rejeição às formas de privilégio hereditário e corporativo, enquanto critério de valoração e avaliação que desconsidera variáveis sociais. Já a segunda

acredita que “o critério básico de organização social deve ser o desempenho das pessoas, ou seja, o conjunto de talentos, habilidades e esforços de cada um” (Ibid.).

Ao contrário da negativa, que se apresenta como um relativo consenso desde os tempos da Revolução Francesa, a dimensão afirmativa é alvo de múltiplas interpretações particulares, embora também seja possível falar em uma ideologia universalizante. Segundo Barbosa (2008), as discussões envolvendo o lado positivo da meritocracia ganharam relevância no debate público sobretudo a partir da disseminação do neoliberalismo, que, mais do que colocar em xeque um determinado modelo de Estado, reivindica um sujeito que seja “autônomo, competitivo, empreendedor, criativo, esforçado, tendo o trabalho com valor central de sua existência, o *self made man*³⁵ por excelência do credo norte-americano” (Ibid., p.26). Apesar de remeter à formação nacional dos Estados Unidos e à própria ideia de americanidade, a figura retórica do pioneiro, do homem que se faz por seus próprios esforços “ajudou a construir o modelo de vencedor que até hoje se propaga no *ethos* da autoajuda e na cultura massiva de maneira geral” (CASTELLANO, 2018, p.42). Nesse sentido, a popularização de biografias e autobiografias de personalidades eminentes, a literatura popular e, posteriormente, o cinema hollywoodiano (BARBOSA, 2008; CASTELLANO, 2018) ajudaram a consolidar a ideia de que o empenho e a capacidade individual seriam capazes de conduzir qualquer um ao sucesso.

Pensando no contexto contemporâneo, Casaquei (2021) utiliza a noção de autoajuda empreendedora para se referir a um conjunto de discursos que atualizam o tradicional mercado da autoajuda - que envolve produção editorial, palestras motivacionais, filmes, entre outros produtos inseridos em uma cadeia de circulação e consumo de narrativas - com o intuito de propagar os valores do empreendedorismo. O autor parte do entendimento de Dardot e Laval (2016) de que “o primeiro mandamento da ética do empreendedor é ‘ajuda-te a ti mesmo’ e que, nesse sentido, ela é a ética do *self-help*” (Ibid., p.332) para analisar as mutações ocorridas nessa tradição ao incorporar o paradigma vigente na atualidade. De um lado, é possível afirmar que essa ética não é de todo nova, fazendo parte do espírito do capitalismo original que, em sua associação com a ética protestante, teve nos escritos de Benjamin Franklin as bases para o primeiro *self made man* moderno e posteriormente seria

³⁵ A figura do *self made man* passou por transformações no decorrer da história norte-americana, a qual é subdividida em três fases distintas por Decker (apud CASTELLANO, 2018). Se nos primórdios do século XIX o personagem era construído a partir da ideia de caráter virtuoso, já na segunda fase a ascensão da ideia de personalidade permitiria que a literatura do sucesso incorporasse um público-alvo maior, incluindo mulheres, negros e imigrantes. Cabe notar, como faz Castellano, que a mudança de referência acabou servindo para escamotear desigualdades estruturais na medida em que difundiu a crença de que todos seriam capazes de prosperar desde que se esforçassem à altura.

formulada no *best-seller Self-help* de Samuel Smiles, tido como o fundador do gênero homônimo (DARDOT; LAVAL, 2016; CASTELLANO, 2018). Do outro, há que se ressaltar que aquela ética do século XIX, a qual era assentada na força moral particular, se limitava à esfera do indivíduo, sendo a grande inovação da tecnologia neoliberal precisamente o entrelaçamento da forma como um homem “é governado” à maneira como ele próprio “se governa” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.333), ou seja, o seu caráter político.

Aqui, cabe demarcar que o conceito de empreendedorismo não se restringe à definição corriqueira de um sujeito que identifica oportunidades e as converte em lucro, devendo abarcar também a atitude, o traço comportamental de ver a si mesmo como um empreendimento que deve ser melhorado a cada dia. Trata-se do indivíduo “que não procura apenas projetar-se no futuro e calcular ganhos e custos como o velho homem econômico, mas que procura sobretudo trabalhar a si mesmo com o intuito de transformar-se continuamente, aprimorar-se, tornar-se sempre mais eficaz” (Ibid.). Para Casaqui (2021), a especificidade da autoajuda empreendedora seria, então, a identificação dos enunciadores com a imagem do empreendedor, ou a mobilização da “ideologia que corresponde a esse ator social, ao ocupar o cenário midiático e produzir narrativas com o objetivo de falar, convencer, emocionar” (Ibid., p.210). Mais do que a adesão ao estereótipo do empreendedor, portanto, o autor sublinha a centralidade que a noção de inspiração adquire nessa cultura, enquanto modo de dizer prescritivo que, mesmo implicitamente, ajuda a promover a racionalidade neoliberal.

No contexto da cultura da inspiração, a subjetividade modelar é narrativizada para ser inspiradora, para servir de referência a um processo mimético de incorporação e tradução de valores, comportamentos, modos de ser e estar no mundo. Seguindo os preceitos da autoajuda empreendedora, as narrativas inspiracionais servem como técnicas de si, no sentido foucaultiano - técnicas que, em primeira instância, são voltadas para o empreendimento de si, para o ajuste da subjetividade à racionalidade capitalista. (CASAQUI, 2021, p.220).

Na presente pesquisa, a aproximação com a ideia de inspiração se deu a partir da percepção da recorrência do compartilhamento de frases de incentivo nos perfis dos influenciadores, das mensagens motivacionais misturadas às suas próprias histórias de vida e do desejo confesso de inspirar o público como uma das justificativas para atuar nas redes sociais. Os interlocutores assumem, portanto, um papel ambíguo: tanto informam, quanto aconselham, motivam, estimulam, etc. as audiências a partir das dicas, conhecimentos e visões compartilhadas acerca da experiência de mobilidade. Isso porque, uma vez alçado ao patamar de exemplo, o testemunho narrado em chave motivacional busca provocar uma transformação no outro, no sentido de espelhar-se naquele modelo referente, seguir suas

orientações e alcançar o sucesso almejado. Aqui, são o próprio projeto migratório e a integração na nova sociedade os empreendimentos bem sucedidos a serem mostrados como resultado do trabalho árduo, o que tanto permite um reconhecimento meritocrático, por parte dos brasileiros, quanto objetiva inspirar os conterrâneos a fazerem o mesmo, como mostram as passagens a seguir.

Maribella: Eu passei por certas coisas que foram difíceis, sendo que isso pode inspirá-los a seguir adiante, a cumprir seus sonhos, que não se rendam, que não se queixem tanto. Então é isso o que eu gosto: esse conteúdo que os inspira de alguma maneira.

Maria: O que queremos é inspirar outras pessoas, ajudar outras pessoas que sim, se pode conseguir, com esforço, com dedicação, com constância, com trabalho. Sim, se pode conseguir as coisas, se pode ter a própria casa, sim, podemos ter o nosso próprio negócio, podemos estudar aqui dentro do Brasil, podemos ser pessoas melhores.

José: Eu diria que influenciar os venezuelanos a seguir crescendo em um país que nos proporcionou, que nos abriu tantas oportunidades. Porque simplesmente há muitos venezuelanos que não tinham casa na Venezuela e hoje em dia tem uma casa própria aqui no Brasil, tem negócios e é bonito falar das coisas boas, porque tu te motiva e é isso o que nós tratamos de fazer: motivar.

Nelson: Querendo ou não você influencia pessoas que conheçam o Brasil, que aqui sim, dá pra trabalhar, sim, dá pra contribuir sendo um bom cidadão. Claro que a gente não apoia aquele venezuelano que entra pra só pedir dinheiro, ficar no semáforo pedindo esmola, a gente tá aqui pra apoiar aquelas pessoas que querem contribuir com o Brasil, trabalhando, criando empresa, sendo bom cidadão.

Como podemos perceber, a adequação dos influenciadores à moral prescrita pela sociedade empreendedora se dá não apenas a partir da responsabilização sobre si mesmo, como também envolve incorporar uma missão bastante específica dentro da vida coletiva. “Inspirar é na verdade uma convocação biopolítica destinada como imperativo a uma audiência ávida por respostas práticas, utilitárias aos dilemas aparentemente insolúveis da existência contemporânea” (CASAQUI, 2019, p.211), sendo o empreendedorismo, em suas múltiplas acepções, apresentado como a resposta eficiente para todos os males enfrentados. Neste caso, são sobretudo os migrantes, ávidos por experiências prévias que possam nortear as suas ações no país receptor, os sujeitos mobilizados para reproduzir as ações tidas como exemplares. São eles os convocados a serem positivos (“que não se queixem”); resilientes (“que não se rendam”); determinados (“cumprir seus sonhos”, “conseguir com esforço, dedicação, constância”); autosuficientes (“ter o próprio negócio”, “criando empresa”); enfim,

aprimorados (“serem pessoas melhores”), manejando emoções e anseios latentes - e.g. ajudar a família, progredir economicamente, ser reconhecido perante a sociedade anfitriã - como recursos para um maior desempenho nessa empreitada.

Na outra ponta, são os *influencers* aqueles que vem para reafirmar o caráter da positividade, de que “sim, nós podemos”, por meio de seus testemunhos pautados pela razão neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016; BROWN, 2019) que transborda na vida humana como um todo. Esses recortes biográficos se materializam em momentos voltados para o *storytelling*, especialmente em vídeos nos quais os venezuelanos se dedicam a resgatar o fio da sua trajetória de mobilidade, e nas próprias passagens ordinárias da vida que se encena diante das telas. A promoção no emprego, o financiamento de um carro, a concretização de uma viagem desejada ou o fato de ter batido uma meta no número de seguidores são alguns exemplos de conquistas compartilhadas em publicações e exaltadas sob a tônica da superação. É a partir da exposição dessas conquistas que os criadores de conteúdo permitem aos seus seguidores acompanhar, pelo *feed* de postagens, a ascensão lograda no país, expressa através da aquisição de bens de consumo, passeios e pela própria visibilidade almejada nas redes sociais. Movimento que é paralelamente endossado pela lembrança de fragmentos do passado, em que a condição de vulnerabilidade da qual partiram é lembrada e invocada como prova do “esforço, trabalho e persistência” que foi necessário para chegar onde hoje está.

Figura 20 - Passado e presente se articulam sob a tônica da superação



Fonte: Reprodução Instagram/@vickyenbrasil (04/07/2022).

Fonte: Reprodução Instagram/@nelson.franceschi (15/02/2021).

Mas essas mensagens que apostam na capacidade individual para vencer as adversidades da vida às vezes também se dão sem conexão aparente com um acontecimento ou vivência específica, acompanhando uma selfie ou um registro do dia-a-dia, aparecendo ainda sob o formato de cards contendo frases de incentivo. Voltados para a temática migratória, esses enunciados emoldurados como banners digitais seguem a lógica do compartilhamento rápido das redes, guardando relação ainda com “a tradição popular dos provérbios e das máximas - que se pretendem universais e que estão revestidos por um caráter de verdade” (CASAQUI, 2019, p.207-208). Cabe destacar que esse tipo de conteúdo foi encontrado de maneira mais expressiva no perfil do Instagram da influenciadora Maribella, que é conduzido por ela com bastante profissionalismo, inclusive seguindo um padrão pré-estabelecido de cores nas referidas postagens motivacionais. Além de enfatizar o sucesso como fruto da trajetória de superação, algo comum à fala dos demais entrevistados, é interessante notar como ela também mobiliza outras categorias de sentidos, a exemplo da

gestão emocional e a capacidade de inovação contínua de si mesmo, como atributos necessários para conduzir o migrante aos seus objetivos.

Figura 21 - Propósito, renovação e positividade são apontados como “segredos” para trilhar uma trajetória migratória ascendente



Fonte: Reprodução Instagram / @maribellasoy (01/07/2021).

A instrumentalização das narrativas de vida com o intuito de inspirar, enfim, também não pode deixar de ser vista como uma estratégia mercadológica de desenvolvimento e popularização da “marca pessoal” para consumo do público, dado que a justaposição da biografia pessoal ao ideal de sucesso desperta o interesse alheio e contribui para manter o migrante em evidência nas redes sociais. Ele é alçado ao posto de modelo, como alguém que “venceu na vida” e agora difunde a sua sabedoria, as suas ideias e comportamentos admiráveis para uma legião de seguidores, potenciais ou de fato. Isso posto, entendemos que a experiência de mobilidade apresentada como um empreendimento de sucesso se configura como um caminho de negociação de pertencimento pelo viés do “bom imigrante” - o que, por sua vez, se reflete em capital de visibilidade - mas não só. Pois é essa mesma construção da história pessoal como exemplo de superação o que permite ao influenciador ser elevado ao posto de mentor ou especialista na pauta migratória, aquele capaz de aconselhar e fornecer

dicas pragmáticas que, dentro da lógica de plataformação do trabalho (GROHMANN, 2020, 2021), também possuem o potencial de se converter em capital econômico.

4.2.3 A dupla face do modelo empreendedor: o influenciador

Além de incorporarem e propagarem a figura do empresário de si, através das já discutidas narrativas inspiracionais, existe outro sentido no qual o fenômeno do empreendedorismo tangencia a realidade dos influenciadores venezuelanos. Estamos a nos referir ao aspecto laboral, entendendo os *influencers* como uma das categorias possíveis de serem enquadradas no chamado trabalho de plataforma ou plataformizado (DUFFY, 2020). Para realizar tal aproximação, nos alinhamos a visão de Rafael Grohmann (2020, 2021), tido como uma das referências brasileiras nesta área de estudos e que considera a expressão “plataformação do trabalho” mais adequada do que a propalada “uberização” para descrever o atual cenário de flexibilização e precarização laboral que se associa a um processo de informatização das relações de trabalho. Isto é, ao falar em plataformação nos remetemos a uma multiplicidade de atividades e perfis de trabalhadores permeados pelas lógicas algorítmicas e datificadas das infraestruturas digitais, o que envolve motoristas e entregadores de comida, mas não só. Trata-se, portanto, de pensar sobre a crescente dependência que trabalhadores e consumidores passam a ter das plataformas (GROHMANN, 2020, p.112), enquanto estruturas de governança que mediam e modulam o processo produtivo.

Em uma dimensão ainda mais ampla, o avanço das plataformas nos mais variados segmentos e práticas leva Van Djick (2016) a afirmar que vivemos um processo de plataformação da sociedade, sendo o trabalho apenas uma das dimensões afetadas. Dessa forma, Van Djick entende que a emergência de uma nova infraestrutura para a sociabilidade e a criatividade online, ocorrida durante a passagem da Web 1.0 para a 2.0, tornou-se importante na interação humana não apenas em nível individual ou comunitário, se não também social. Não é sobre olhar para as tecnologias de maneira determinística, dado que o “ecossistema online é incorporado em um contexto político econômico e sociocultural mais amplo onde é inevitavelmente moldado pelas circunstâncias históricas” (Ibid., p.9), contudo perceber de que forma esses mecanismos calcados em lógicas de dataficação, mercantilização e seleção algorítmica também começaram a estruturar nossas vidas, da manutenção de relacionamentos ao mundo do trabalho. Nesse sentido, a plataformação é, ao mesmo tempo, a concretização e a radicalização de processos já existentes, “que se apresentam intensificados, não puramente como resultados de processos tecnológicos

(embora também com eles)” (GROHMANN, 2021, p.169), vinculados à reestruturação do capitalismo.

Em meio ao redesenho da sociedade globalizada, marcada pela rápida circulação de mercadorias e sentidos propiciada pela articulação entre o aprofundamento da midiaticização e da financeirização, a comunicação revela-se como principal forma organizativa (SODRÉ, 2014). Na concepção de Sodré, aliás, a relação entre o capitalismo financeiro e a comunicação se faz, hoje, um par indissolúvel, de forma que financeirização e mídia poderiam ser consideradas como “duas faces de uma mesma moeda chamada sociedade avançada, essa mesma que se vem apondo o prefixo pós” (Ibid., p.42). Pensar nesse novo modo de ser da riqueza, ou seja, nesse novo padrão de acumulação e extração de valor a partir de uma perspectiva comunicacional pressupõe entender a comunicação tanto como “base material” quanto “biombo ideológico” (Ibid., p.44) que contribui para assentar a racionalidade neoliberal e o capitalismo plataformizado. Seguindo essa linha de raciocínio, Grohmann sublinha que as plataformas digitais atuam simultaneamente como processos de produção, em meio a circulação do capital, e enquanto meios de comunicação, contribuindo “para a aceleração dessa circulação, diminuindo o tempo de rotação, reduzindo o tempo morto e acelerando produção e consumo” (GROHMANN, 2020, p.111).

É nesse contexto em que as plataformas - no nosso caso em específico, as de redes sociais - servem como lócus de atividades de comunicação e trabalho que podemos perceber a figura dos influenciadores. No livro “Dimensões para o estudo dos influenciadores digitais” (2021), Primo, Matos e Monteiro conceituam essas personalidades como “aqueles criadores de conteúdo, na internet, voltados para um nicho específico, cujo processo produtivo constitui um negócio” (Ibid., p.7). Já Abdin (2015) concebe os *influencers* como aqueles que alçaram ao posto de microcelebridade digital, independente da plataforma adotada. Para a autora eles seriam usuários comuns da internet que alcançaram uma relativa popularidade nos seus blogs e perfis através da narrativização da própria vida, opiniões e estilos, e que em alguma medida monetizam essa atuação. Com relação aos nossos interlocutores, é interessante notar que, por mais que a atividade não tenha sido apontada como um projeto financeiro a priori, a remuneração é um dos desdobramentos que acompanham o engajamento obtido. No Youtube, por exemplo, mesmo os influenciadores de menor público - que aqui denominamos como aspirantes à profissão - relataram ter recebido percentuais de receitas de publicidade obtidas por meio dos anúncios exibidos nos seus vídeos. Assim, a possibilidade de ganhar dinheiro e outras vantagens na internet, que, de certa forma, já se encontra consolidada no imaginário social contemporâneo, também acaba entrando na ordem das expectativas individuais.

Fora a veiculação de anúncios no Youtube, outra forma de monetização encontrada por uma parcela dos influenciadores foi a publicação de imagens, textos e vídeos com conteúdo promocional no Instagram. Esses materiais de divulgação compreenderam tanto serviços oferecidos por terceiros, a exemplo do envio de remessas pela multinacional Western Union e de traslados terrestres realizados por uma empresa venezuelana entre Boa Vista, Manaus e diversas cidades do país vizinho, quanto serviços prestados pelos próprios migrantes, como vendas de passagens aéreas e assessorias de viagens. Como podemos perceber, embora se comuniquem para um público relativamente amplo e diverso, as atividades publicizadas e oferecidas pelos *influencers* dão um foco especial aos migrantes venezuelanos, o que coincide com uma tendência atual dos estrategistas de mídias sociais darem preferência a produtores de conteúdo com públicos menores, considerando a sua ampla capacidade de penetração em nichos de mercado específicos. Quer dizer, mesmo sem contar com milhões de seguidores, os micro e pequenos influenciadores acabam apresentando um melhor custo-benefício, tanto porque cobram menos do que as celebridades, quanto porque suas ações têm maior impacto sobre a audiência e conseqüentemente retorno financeiro.

Figura 22 - Divulgação de serviços prestados por empresas parceiras



Fonte: Reprodução Instagram / @yecamorais (17/10/2022).
 Fonte: Reprodução Instagram / @maribellasoy (14/11/2022).

Além de utilizarem os perfis como vitrines de promoção de negócios, identificamos que os *influencers* também aproveitam a fidelidade e proximidade conquistada frente a audiência para oferecer conteúdos pagos. Nas observações de pesquisa, a proposta de exclusividade foi encontrada primeiramente nos canais do Youtube de Maribella e de Vicky a partir da ferramenta “Seja Membro”, que funciona como um clube de assinaturas dividido em diferentes cotas. No canal de Maribella, as mensalidades variam de R\$2,99 a R\$79,99, incluindo desde emojis personalizados e selos de fidelidade ao lado do nome em comentários e no chat ao vivo ao acesso a um grupo privado no Whatsapp, dedicatória nos créditos dos vídeos e um vídeo exclusivo. Já no de Vicky, as cotas vão de R\$4,99 a R\$49,99 e envolvem, além dos selos de fidelidade e menções para membros, benefícios tão variados quanto acesso a vídeos novos, “fotos e atualizações de estado” e uma aula de português ou espanhol. Posteriormente, em julho de 2022, Maribella anunciou no Instagram o lançamento do seu guia digital. Intitulado de “Me voy a Brasil”, o volume de 65 páginas traz um compilado de informações essenciais para a instalação no novo território, como trâmites legais, abertura de contas bancárias e companhias telefônicas. Pelo valor de 15 dólares, o assinante tem acesso ao e-book e ao Whatsapp da *influencer* para tirar dúvidas relacionadas.

Figura 23 - Conteúdos pagos oferecidos no Youtube e no Instagram

Vicky en Brasil
Seja membro deste canal
 Tenha acesso a benefícios para assinantes

Vickylovers
 R\$ 4,99/mês

Seja membro

Pagamento recorrente. Cancele quando quiser. O criador de conteúdo pode mudar os benefícios.

Selos de fidelidade ao lado do seu nome em comentários e no chat ao vivo

Chat em vivo exclusivo para miembros

Resposta prioritaria a los comentarios

O nome do seu canal (Júlia Lyra) e o status de membro aparecem para o público e podem ser compartilhados com terceiros pelo canal (para disponibilizar benefícios). [Saiba mais](#)

MEDIO
 R\$ 19,99/mês

OFERTA
GUÍA DIGITAL
 Todo lo que debes saber para EMIGRAR a Brasil y tener ÉXITO.
 ¡Compra Ahora!

OFERTA | **GUÍA DIGITAL**

Curtido por **yecamorais e outras pessoas**
maribellasoy LLEGÓ: ME VOY A BRASIL 🇺🇵: ¡la guía completa para EMIGRAR y VIVIR en BRASIL! 🇺🇵

La guía en formato PDF tiene 65 páginas, con TODO lo que sé sobre EMIGRAR y VIVIR en Brasil, que tardó 3 meses en desarrollarse y nació cuando se suponía que debía nacer.

Fonte: Reprodução Youtube / Vicky en Brasil.

Fonte: Reprodução Instagram / @maribellasoy (11/07/2022).

Aqui, cabe demarcar que tais estratégias de remuneração foram verificadas apenas nos perfis cuja renda depende exclusivamente das atividades realizadas no meio online, que também são aqueles que conseguem manter um ritmo quase diário de postagens. Daí a nossa opção por subdividir a amostra de participantes entre os influenciadores já estabelecidos e os candidatos, que ambicionam transformar a atividade nas redes em uma ocupação rentável, mas não conseguem corresponder a assiduidade e dedicação exigidas pelas plataformas em razão das suas rotinas de trabalho externas, por si só exaustivas. Como relatam José e Nelson:

Às vezes chegamos tão cansados que não queremos fazer videos. Às vezes muitas pessoas nos escrevem no Instagram e estamos tão cansados que esquecemos de responder, mas é assim, é preciso tentar. Fazemos o possível para responder rápido pelo Instagram. Nas redes sociais estamos mais ou menos ativos, mas nem sempre estamos porque trabalhamos muito e não podemos pegar o celular no trabalho, não podemos, estamos muito ocupados.

Eu gostaria de levar um conteúdo com mais frequência, com mais disponibilidade. mas desde que eu virei empreendedor, não sei se você já

ouviu aquele áudio ‘eu não sou mais empregado, eu decidi ser meu próprio patrão, eu já não trabalho 8h, eu trabalho 24h’. Então aconteceu isso comigo, desde que eu vim para cá eu praticamente trabalho 24h e não tenho tempo para fazer.

Isso não significa que eles tenham desistido de se profissionalizarem, pois repetidas vezes durante as entrevistas expressaram o desejo de dinamizar a própria performance, investir tempo, dinheiro - através da aquisição de equipamentos - e energia, para poder assumir a produção de conteúdo como ofício. Nesse sentido, os migrantes se enquadram no que Duffy (2017) chama de trabalho aspiracional, entendido tanto como uma prática quanto uma ideologia do trabalhador que desvia o foco do presente para o futuro. Ideologia esta que, por sua vez, corresponde a racionalidade neoliberal, empreendedora, na qual o investimento em si mesmo é embalado pela mística meritocrática, ou melhor dizendo, pela promessa de que o esforço empreendido hoje será recompensado amanhã. Pois, “de fato, trabalhadores aspiracionais esperam que *um dia* eles serão compensados pela sua produtividade - seja através de recompensas materiais ou capital social” (Ibid., p.4-6, grifo da autora). Até chegar lá, os aspirantes a influenciadores seguirão se empenhando para construir e manter a sua presença online, ganhar status e popularidade, recebendo pouco ou mesmo nada por isso.

O que poderia justificar, então, a adesão desses trabalhadores a um modelo que é repleto de promessas, porém isento de garantias? Para se ter uma compreensão mais ampla sobre essa questão, é preciso ter em mente as condições históricas, sociais e econômicas que permitiram a emergência da ideologia do trabalho aspiracional, a qual, segundo Duffy (2017), é resultado do contexto de profundas incertezas sobre o futuro do trabalho aliado ao discurso sedutor das empresas de tecnologia. Há um processo de glamourização do trabalho digital em curso, que combina o desejo de trabalho autônomo e liberdade (trabalhar onde quiser, ser seu próprio “chefe”) ao apelo de ser pago para fazer o que se gosta e que contribui para escamotear “condições de trabalho que são muito menos remuneradoras e gratificantes do que o alardeado” (Ibid., p.11). Trata-se, portanto, de uma faceta do processo de precarização laboral, uma vez que os influenciadores trabalham para as plataformas, mas não possuem vínculos empregatícios formais com elas, devendo arcar com todos os custos e ônus envolvidos na atividade. É também diante desse cenário de insegurança que eles se veem sem outra opção a não ser se entregar às condições impostas pelos algoritmos, sempre cambiantes, em busca da almejada visibilidade.

Embora a pesquisa não tenha se aprofundado na rotina produtiva dos interlocutores, algumas impressões do trabalho de campo nos permitem problematizar sobre de que forma o

ideário do empreendedor criativo e resiliente que se transforma simultaneamente em uma espécie de marca e mídia de si contribui para naturalizar longas horas de trabalho não remunerado e precarizado (PRIMO; MATOS; MONTEIRO, 2021, p.70). Um primeiro passo nesse sentido é perceber que os influenciadores venezuelanos acumulam múltiplas funções, já que não contam com uma equipe de redatores, fotógrafos, moderadores de comentários, etc. para manter a sua presença em alta nas redes. Todo o processo de planejamento, criação, edição, publicação e gerência das páginas depende única e exclusivamente deles. Além disso, as redes sociais se assemelham a descrição que Dardot e Laval (2016) fazem do modelo de empresa, enquanto espaço de competição que é apresentado idealmente “como o lugar de todas as inovações, da mudança permanente, da adaptação contínua às variações do mercado, da busca de excelência, da ‘falha zero’” (Ibid., p.330). Para conquistar mais curtidas e seguidores, os *influencers* competem por atenção entre si e fazem de tudo para melhorar o rendimento das suas postagens, incluindo *hashtags*, participando de campanhas sociais, repercutindo notícias “quentes”, fazendo as dancinhas da moda, entre outras ações voltadas para turbinar o engajamento da audiência.

Os migrantes não se mantêm alheios a essas tendências, incorporando-as nos conteúdos produzidos, criando cards e vídeos esteticamente elaborados, respondendo aos comentários, dedicando horas e esforços para manter uma constância de publicações. Eles mostram-se envolvidos no trabalho e procuram “aperfeiçoar-se por uma aprendizagem contínua, aceitar a grande flexibilidade exigida pelas mudanças incessantes” (Ibid.) determinadas pelas plataformas, seja estudando áreas como neuromarketing e marketing digital, seja acompanhando produtores de conteúdo de sucesso e procurando se espelhar nas suas performances, como dito por uma parcela durante as entrevistas. Moldando-se à imagem e semelhança do empreendedor, o migrante é impelido “a agir sobre si mesmo para fortalecer-se e, assim, sobreviver na competição” (Ibid., p.331). Contudo, onde todos competem, nem todos podem ser bem-sucedidos: para esses, tornar-se *influencer* permanece como uma promessa não correspondida, uma aspiração (DUFFY, 2017).

Mesmo para os que se profissionalizam em alguma medida, mudanças repentinas e nem sempre explícitas na gestão algorítmica são uma ameaça constante à popularidade, gerando uma situação de estresse, ansiedade e até mesmo comprometendo a sua sustentabilidade financeira (PRIMO; MATOS; MONTEIRO, 2021, p.83-84), uma vez que dependem das plataformas como instrumento laboral. Assim, o trabalho dos produtores de conteúdo envolve não apenas a sua faceta mais visível, vinculada ao processo criativo e interativo, como também o entendimento e ajustamento às regras do sistema de cada rede

social, a fim de garantir que o conteúdo postado gere as visualizações e o engajamento esperado. Segundo Duffy (2020), a notável volatilidade desses regimes de visibilidade faz com que os *creators* tentem até mesmo antecipar as transformações algorítmicas, provocando um senso de urgência (Ibid., p.104) em torno de eventuais punições, como cancelamentos e baixa entrega das postagens. No lugar do trabalhador independente e autônomo, supostamente livre para exercer a sua criatividade, emerge, então, um sujeito que é governado pelo imperativo do desempenho (na internet traduzido em números) e cuja jornada não possui limites claros de quando começa e quando acaba.

Independentemente de se dedicarem de maneira integral ou não à tarefa de ser *influencer*, os migrantes venezuelanos dependem do manejo rotineiro e eficiente das ferramentas midiáticas para negociar um lugar no novo contexto. O que significa que, de uma forma ou de outra, eles se submetem a esse disciplinamento algorítmico para poder informar, compartilhar percepções e aprendizados, defender interesses, interagir e se fazer reconhecido perante os seus anfitriões. O preço pago para legitimar a sua presença e conquistar visibilidade, todavia, pode ser alto. Uma vez que uma ida ao supermercado, a matrícula do filho na escola, uma viagem ou um passeio casual pela cidade podem virar conteúdos a serem planejados, editados e publicados nas redes sociais, as fronteiras entre o tempo livre e o tempo “útil” - do ponto de vista do capital, aquele que pode ser convertido em valor - se veem borradas. Mas talvez o mais sintomático aqui seja a forma em que a racionalidade empreendedora tem avançado em diferentes campos da experiência desses migrantes, reduzindo vínculos a alianças estratégicas, difundindo narrativas que, ainda que indiretamente, reforçam a lógica da concorrência e cristalizando a precariedade como norma material e existencial contemporânea.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em meio a proliferação de um conjunto de perfis criados por migrantes que se dirigem não apenas aos seus compatriotas e outras nacionalidades na diáspora, mas também a um público brasileiro, este trabalho buscou compreender de que forma o tornar-se influencer se constituía como um meio de negociação de pertencimento para venezuelanos que vivem no Brasil e o que isso nos dizia sobre o momento contemporâneo. Assim, a proposta da dissertação era investigar que sentidos vinham sendo produzidos e negociados nas práticas narrativas elaboradas por esses sujeitos em visibilidade, pensando sobre a relação entre a mediação das suas trajetórias de vida, experiências e intimidades e o desejo de pertencer e se inserir na sociedade receptora. Com isso, procuramos esmiuçar as estratégias empreendidas pelos “candidatos” a *influencers* para efetivar suas múltiplas lealdades, interagir e ser reconhecido no novo contexto, conectando os relatos tecidos pelos interlocutores da pesquisa à leitura de autores que pensam sobre a questão das subjetividades e das migrações transnacionais à luz da realidade sociopolítica atual.

Enquanto objeto de estudo situado na interface dos estudos comunicacionais com o fenômeno da mobilidade humana, os migrantes influenciadores acabaram demandando de nós uma abordagem que considerasse tanto aspectos concernentes ao eixo cultural-migratório, no qual se encontra a discussão mais ampla sobre a webdiáspora e o pertencimento, quanto a dimensão midiática e suas vinculações com a racionalidade neoliberal. Se a priori esses eixos fundamentaram a estruturação do capítulo de análise em duas subdivisões principais, relacionadas ao aspecto comunitário e à faceta mais individualizada do fenômeno em tela, na prática, essas fronteiras se revelaram particularmente bagunçadas. De certa forma, tal mistura diz respeito ao próprio papel ambíguo desempenhado pelos produtores de conteúdo que, ao mesmo tempo em que informam e oferecem uma rede de apoio cara à sobrevivência da comunidade venezuelana no país, também aconselham, motivam, estimulam e inspiram audiências mais amplas a partir de dicas e visões compartilhadas acerca da sua experiência de deslocamento.

Um dos nossos objetivos nessa discussão era evidenciar de que forma os migrantes pensam e narram a si mesmos a partir de uma retórica inspiracional. Nesse prisma, percebemos que o jeito deles contarem as suas histórias de vida passa por uma articulação temporal específica, na qual o passado se desenrola como um tempo já superado e o que importa é o olhar adiante. Os desafios enfrentados ora são minimizados pelo imperativo de dar a volta por cima, ora são exaltados como provas de que o sujeito chegou onde hoje está

porque trabalhou, se esforçou e, portanto, mereceu. Assim, a sua história pessoal de sucesso vira um recurso de atração de visibilidade e negociação de pertencimentos, conseguindo cativar um público brasileiro e viabilizando uma aceitação de fundo meritocrático que possui indubitáveis limitações, porém ainda assim tenciona a figura uma do migrante enquanto problema ou ameaça em potencial.

Via de regra, os influenciadores conseguem se descolar de um imaginário negativo que circunda a migração venezuelana no país e associa os nacionais a situações de insegurança, criminalidade, pobreza e desemprego. Eles recebem elogios, votos de sucesso e mantêm um número de seguidores fiéis, que acompanham, curtem e compartilham as suas postagens. E é diante dessas trocas e interações frequentes que surge o questionamento se a exposição individual midiaticizada, que permite ao migrante construir um senso de proximidade e, dessa forma, se tornar uma espécie de estranho familiar, poderia ter maiores impactos na imagem do coletivo que ele indiretamente representa. Quer dizer, poderia a abertura dessa intimidade inaugurar novos diálogos, ajudar a desconstruir preconceitos e eventualmente se traduzir em resultados concretos em termos de acesso e garantia de direitos para os nacionais venezuelanos, em longo prazo?

Obviamente, responder a tal pergunta extrapolou ao alcance do nosso trabalho, uma vez que demandaria um maior aprofundamento analítico na recepção das mensagens, bem como uma investigação de fôlego que pudesse acompanhar as mudanças sofridas na percepção do grupo - tomando os produtores de conteúdo como referência - com a passagem dos anos. Apesar disso, não deixa de ser instigante pensar sobre os possíveis desdobramentos desses encontros interculturais mediados tecnologicamente no sentido de viabilizarem um contato íntimo com o estrangeiro. Afinal, aqui, os migrantes não estão escondidos por trás das estatísticas dos relatórios das agências humanitárias ou mesmo em um bote salva-vidas superlotado projetado no noticiário dos telejornais: eles possuem nomes, características e trajetórias particulares. Mesmo que envolva em inevitáveis atritos e conflitos - que fazem parte da ordem do humano, embora sejam potencializados e por vezes radicalizados nas plataformas de redes sociais - a publicização dessas histórias coloca o migrante no centro, na esfera do visível, sendo ele ao mesmo tempo o contador e o protagonista da vida que se encena diante das telas.

Em todo caso, há que se considerar que os testemunhos dos migrantes por si só são incapazes de subverter todo um histórico de discriminações que marcam a existência do estrangeiro, sobretudo quando se tem em mente as intersecções de raça, gênero, classe social, etc., embora sejam importantes do ponto de vista simbólico. Ocupar a arena digital para falar

sobre suas experiências, sem dúvidas, traz uma camada a mais de complexidade para a figura do migrante, quebra com silêncios impostos e evidencia a capacidade de autonomia desses sujeitos para construir espaços próprios de articulação e expressão. Porém, a construção dessas narrativas e identificações não se dão no vácuo, sendo atravessadas por uma teia intrincada de valores, interesses, afetos, disputas, representações, enfim, relações de poder, que interferem naquilo que pode ser pensado, dito e feito, tanto no ambiente online, quanto na sociedade receptora como um todo. E, assim, ao mesmo tempo em que enfatizam o “caráter propositivo e empreendedorista” (COGO, 2010, p.92) de uma parcela que vive no Brasil, como contraponto a uma baixa estima social carregada pelos migrantes venezuelanos em sua totalidade, os influenciadores também acabam endossando lógicas de exclusão dentro do grupo.

Conforme demonstramos na análise, a forma em que os sujeitos em visibilidade se reportam aos seus compatriotas reproduz certos estereótipos e, portanto, não consegue escapar a uma hegemonia discursiva na qual os migrantes distinguem-se negativamente frente ao “nós” da comunidade. A alteridade percebida como indesejável, e as atitudes a ela associadas, é mobilizada dentro de uma divisão interna entre “bons” e “maus” imigrantes, sendo o referencial positivo corporificado pelos próprios *influencers*. Eles não negam ou minimizam a existência de venezuelanos criminosos, preguiçosos, oportunistas, entre outros adjetivos utilizados para qualificar uma condição de inferioridade. Pelo contrário, se sentem prejudicados por estes e chegam a defender que a migração deveria ser melhor controlada a fim de reduzir os riscos atrelados e que, por sua vez, esbarram na própria reputação comunitária. Assim, o rechaço aos membros tornados indesejáveis, os quais são referidos de maneira pejorativa e marginalizada em um claro distanciamento da identificação positiva à *venezuelaneidade* que se pretende anunciar, é uma das maneiras encontradas para negociar a imagem de “bom imigrante” dentro do contexto contemporâneo de crescente controle e criminalização da mobilidade humana.

Essa dinâmica de diferenciação, que é também um tipo de segregação, nos remete à metáfora utilizada por Di Cesare (2020) para explicar de que forma a aproximação do estrangeiro envolve sempre um desafio, na medida em que testa a concessão de espaços. A imagem evocada pela autora para ilustrar a situação é a de um vagão de trem, onde de repente entram dois novos passageiros. Para os que já estavam lá, essa chegada é sentida como incômoda porque envolve uma mudança, quebrando com a expectativa de continuidade daquilo que antes vigorava e obrigando os passageiros anteriores a “liberar os lugares, a reordenar suas coisas” (Ibid., p.341) para poder acomodar a todos. O mal estar gerado logo

estigmatiza os recém-chegados, afinal, foram eles os que perturbaram a ordem. Porém, tudo muda quando outros dois viajantes chegam: aqueles que antes eram intrusos sentem-se como os primeiros, proprietários do compartimento, e se arvoram em defender os privilégios conquistados. E, dessa forma, “os dois passageiros, que eram estranhos, mas foram promovidos a neo autóctones, não mostram nenhuma solidariedade para com os novos recém-chegados, mostrando a mesma rejeição, a mesma resistência que já haviam provado e que deveriam por isso recordar” (Ibid.).

O paradoxo sublinhado por Di Cesare é que os passageiros não percebem que o “compartimento do trem” não pode ser outra coisa se não uma estadia provisória e, por consequência, condenado à errância, à transformação. Eles se apropriam do espaço como uma posse e por isso a cada novo elemento aproximado “emerge o forte sentido de estranheza” (Ibid., p.342). Diferenças são produzidas e obliteradas a todo instante, correndo o risco de converterem-se em fronteiras à medida que o sentido de existir da comunidade se restringe a preservar a sua própria integridade. Assim, se por um lado a distinção interna expressa pelos influenciadores reage aos discursos que tentam nivelar o que significa ser migrante venezuelano no Brasil - objetivando galgar uma maior desejabilidade pela ótica da sociedade hospedeira -, por outro eles terminam naturalizando preconceitos ou mesmo justificando a condição de vulnerabilidade na qual uma maioria se encontra imersa. Nesse sentido, vale destacar que os migrantes que pedem dinheiro nas ruas não despertam a empatia dos nossos interlocutores, assim como aqueles que vivem há mais tempo nos abrigos. Ambos supostamente não estariam ali pela falta de opções, mas porque querem.

Juízos políticos à parte, talvez o que essas figuras provoquem seja uma lembrança dos momentos mais difíceis e desesperançosos enfrentados pelos próprios influenciadores: das longas filas para emitir uma bateria de documentos, dos dias de caminhada pelas cidades à procura de emprego, dos olhares retorcidos e comentários ríspidos recebidos ao procurar um atendimento público, enfim, de um passado que é preferível esquecer, porque doloroso. Eles podem não ter chegado ao extremo de percorrer centenas de quilômetros a pé ou passado noites dormindo nas ruas, mas têm plena consciência de que ter uma vida estável, na realidade, não passa de uma ilusão passageira. A experiência de sobreviver à crise no país natal vem para provar que o perigo de ter a vida reduzida a pouco ou quase nada está sempre ali à espreita. Passar para o outro lado da divisa não diminui essa precariedade, pelo contrário, pode até inflá-la, uma vez que sua presença torna a ser marcada pela contradição de “um estado que não é nem provisório nem permanente” (SAYAD, 1998, p.46).

O vagão de trem cujo território é disputado por novos e antigos passageiros nessa hora retoma a cena. A simples aparição do recém-chegado é motivo de desconforto, de receio ou mesmo pavor por parte do autóctone, talvez não tanto pelo que o estrangeiro de fato é, mas por mostrar o que todo mundo pode vir a ser ou já foi um dia. Como percebeu Eliane Brum ao descrever o atual quadro de xenofobia em Roraima, “a imagem dos venezuelanos entrando e entrando, desesperados, miseráveis e famintos, é a imagem que um migrante mais teme para si mesmo” (2018, p.7). Por isso, a jornalista afirma que a violência aplicada contra o venezuelano no extremo norte do Brasil é contra a imagem do próprio roraimense refletida no espelho. A comparação se justifica por explicar de que forma o corpo do estrangeiro na fronteira revive como ninguém o fantasma do não pertencimento que ainda assombra uma população em sua maioria composta por deslocados internos, mas não só. Ele é também a prova de que a linha que os separa é tênue e pode ser facilmente cruzada. Na tentativa de vencer o medo, de destruir “a imagem de si mesmos cujo retorno não podem aceitar” (Ibid., p.2), irrompe o ódio.

Porém os nativos não são os únicos que temem. Nesse sentido, o migrante frágil e desvalido é também o pesadelo encarnado daqueles que têm na condição de não-nacional uma marca indelével, sendo a sua permanência no território estrangeiro colocada à prova a todo momento. Para fazer-se desejável aos olhos dos filhos da nação, o migrante deve abraçar incondicionalmente as regras de hospitalidade colocadas nos termos do país anfitrião, sob o iminente risco de ser visto como indesejável a cada deslize ou comportamento percebido como transgressor. E é em meio a busca por legitimação da sua presença, por inserção, vinculação e participação no novo país que percebemos os influenciadores venezuelanos incorporando a figura do sujeito resiliente capaz de superar as adversidades que lhe são impostas, reivindicando para si um lugar de mérito pessoal. Pois mesmo fugindo da fome, do desemprego e da falta generalizada de perspectivas vivida na Venezuela, eles não se colocam como mártires do regime “comunista/socialista”, e sim trabalhadores, lutadores, sonhadores. Se é bem verdade que as angústias e obstáculos experimentados antes, durante e depois do deslocamento são comuns à realidade da maioria dos venezuelanos, nas narrativas inspiracionais o que importa é o que cada um faz desses percalços por sua conta e risco.

À medida que enfatizam a responsabilidade que o migrante precisa ter consigo mesmo no processo de integração à nova sociedade, cabe notar que tais discursos acabam deslocando o foco do comprometimento coletivo necessário para o sujeito, que deverá ser competente e competitivo como uma empresa. Como pontuam diferentes autores (DARDOT; LAVAL, 2016; BROWN, 2019), mais do que uma ideologia ou uma política econômica, o

neoliberalismo deve ser entendido como uma razão normativa que surte efeitos nos mais diversos âmbitos da sociedade, produzindo, inclusive, uma nova forma de subjetividade. No campo das migrações não tem sido diferente: se por um lado a resignação à figura do hóspede não é de todo novo, há que se ressaltar que o caminho encontrado pelos influenciadores venezuelanos para ter a sua presença legitimada aos olhos dos filhos da nação é se moldar à imagem e semelhança do empreendedor. Assim, o “bom imigrante” não é apenas aquele que respeita as “regras da casa”, domina os seus valores e mostra gratidão pela estadia concedida, mas, antes, aquele que batalha pelas próprias conquistas e não se vitimiza diante das dificuldades, nem se acomoda.

O estímulo à transformação da condição socioeconômica do migrante por si mesmo, sem a necessária contrapartida do Estado na forma de políticas públicas, vem sendo acompanhado pela pesquisadora Sofia Zanforlin através da introdução do tema do empreendedorismo para migrantes no Brasil. A autora identificou essa inserção de diferentes maneiras, desde o treinamento a partir de cursos oferecidos por ONGs como a MigraFlix a recomendação assumida pela Organização das Nações Unidas (ONU), em documento de 2016, no sentido de convocar a sociedade civil e empresas privadas para participar da gestão das causas humanitárias (ZANFORLIN; AMARAL, 2019). Um dos pontos destacados na pesquisa é que a conversão dos migrantes em empreendedores envolve não apenas a capacitação técnica mais estrita, no caminho da profissionalização e inserção no mercado de trabalho, mas também um trabalho discursivo de “empoderamento pessoal”. “Uma vez transformados em capital humano, os migrantes passam a ser trabalhados a partir da ideia de uma empresa, capazes de ministrar palestras sobre resiliência e superação, de abrir negócios e transformarem seus recursos pessoais em capital” (ZANFORLIN; AMARAL, 2019, p.24).

Os migrantes são, portanto, treinados para moldar as suas histórias pessoais e culturais a uma receita de sucesso como forma de despertar a atenção e atrair consumidores para os seus negócios. O migrante se torna simultaneamente empreendedor e empreendedor de si, transformando a sua experiência de deslocamento em uma narrativa inspiradora, exemplar, capaz de cultivar afetos e negociar pertencimentos, além de viabilizar a geração de renda rápida. Contudo, se na superfície do discurso os migrantes conseguiram dar a volta por cima como fruto do trabalho árduo e da motivação em ajudar a família e recomeçar a vida no novo lugar, a realidade contradiz com a percepção mais romântica e *empoderadora* que essas narrativas empreendedoras podem gerar. Na prática, o empreendedorismo para migrantes tem sido uma forma de escamotear um trabalho precarizado, envolto por relatos de adoecimento,

cansaço e endividamento (ZANFORLIN, 2021), e reiterar um lugar de pertencimento marginal para o estrangeiro, sem garantias de direitos.

Durante a realização de trabalho de campo³⁶ nas cidades de Pacaraima e Boa Vista, em Roraima, podemos perceber que o empreendedorismo tem sido apontado como resposta preferencial para dar conta da inserção laboral do migrante também na esfera da Operação Acolhida. Em todas as ONGs visitadas, o caminho para a empregabilidade passa por treinamentos e cursos de qualificação profissional voltados majoritariamente para a inserção no mercado de trabalho informal, além da oferta de aulas de português, elaboração de currículos e, em alguns casos, auxílio financeiro destinado a compra do material necessário para dar início ao negócio. Além do montante, que variava entre R\$400 e R\$1.000 ser insuficiente para suprir com as demandas iniciais de um empreendimento, é sintomático que as ações promovidas pelas ONGs sejam voltadas para a capacitação e não para o aproveitamento do potencial laboral já existente. Quer dizer, as propaladas “soluções duradouras”, como são chamadas pelas agências, tanto desconsideram as condições financeiras do venezuelano recém-chegado, quanto as suas experiências de trabalho, habilidades e competências constituídas no país natal.

No dia a dia do acolhimento institucional, a necessidade de gerar números suficientes para atingir as metas estipuladas pela ONU e pelo Acnur, e assim garantir o financiamento privado da Operação, muitas vezes acaba prevalecendo sobre as demandas concretas apresentadas pelos abrigados. A oferta da ajuda humanitária encerra, então, uma série de paradoxos: se por um lado se justifica pela necessidade de proteger e amenizar a vulnerabilidade dos venezuelanos que se encontravam nas ruas, por outro acabou colaborando com o processo de higienização social das cidades roraimenses, criando espaços de contenção para os migrantes vistos como indesejáveis. Hospitalidade e hostilidade encontram-se em um limiar, uma vez que o ato de acolher, pensado dentro da lógica securitária, mantém uma profunda assimetria entre hóspedes e anfitriões, autóctones e estrangeiros. A contradição persiste, porque ao mesmo tempo em que a estrutura de acolhimento se volta para trabalhar a desejabilidade dos venezuelanos e, dessa forma, contribuir para que os mesmos sejam aceitos ou ao menos “tolerados” à distância, ela também inibe a circulação, as trocas espontâneas, enfim, a comunicação entre os de dentro e os de fora.

³⁶ O acompanhamento se deu como parte da pesquisa “Fronteiras da mobilidade no Brasil contemporâneo: comunicação e experiência migrante na securitização do acolhimento e da integração social no âmbito da Operação Acolhida”, financiada pelo edital Universal do CNPq. Apesar de se tratar de outro trabalho, os resultados preliminares obtidos na experiência de campo apontam para o mesmo dilema entre hospitalidade e hostilidade explorado ao longo desta análise e por isso foram considerados.

Fica aqui registrada a crítica à receptividade seletiva, à abertura condicionada, ao “braço forte, mão amiga”, dentre tantas outras antíteses que podem ser localizadas na esteira do par securitização/humanitarismo tão em voga na atualidade. Da nossa parte, consideramos que um modelo que prima pelo controle e repressão de corpos vulneráveis, travestido de cuidado e boas intenções para com as vítimas dos desequilíbrios sociais, políticos, econômicos e ambientais contemporâneos, não pode ser outra coisa senão condenado ao fracasso. No lugar de ações restritas ao caráter emergencial dos fluxos ou mesmo de jogar nos ombros do migrante toda a responsabilidade pela sua integração no novo contexto, através do incentivo cego ao empreendedorismo, há que se recobrar o papel do poder público na promoção de políticas efetivas que viabilizem essa inclusão. É preciso primeiro abrir espaços para que o estrangeiro possa *ser com* e não *como* os outros, para em seguida exercer a sua participação como legítimo cidadão que é, compartilhando direitos e deveres (DI CESARE, 2020, p.340), sem reservas ou restrições. Sobretudo no que diz respeito aos venezuelanos, sejam eles taxados de heróis ou vilões, é preciso criar oportunidades reais para que todos possam se inserir na sociedade brasileira e ter a vida plena que tanto desejam, e não apenas sobreviver.

REFERÊNCIAS

- ABIDIN, Crystal. Communicative Intimacies: Influencers and Perceived Interconnectedness. *Journal of Gender, New Media, & Technology*, College Park, v. 8, nov. 2015.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. Lisboa: Edições 70, 2008.
- APPADURAI, Arjun. *Dimensões culturais da globalização*. Lisboa: Teorema, 1996.
- ÁVILA, Otávio. *Autoapresentação, performatividade e testemunho na internet: A webdiáspora deslocada para a visibilidade do self migrante*. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: http://www.pos.eco.ufrj.br/site/teses_dissertacoes_interna.php?tease=23. Acesso em: 23= jun. 2022.
- BARBOSA, Lívia. *Igualdade e meritocracia: A ética do desempenho nas sociedades modernas*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- _____. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2022.
- BOMFIM, Ivan. Movimentos migratórios, diásporas e identidades culturais: entrevista com o pesquisador Mohammed ElHajji. *Revista Internacional de Folkcomunicação*. v. 16, n. 36, p. 270-279, 2018.
- BRASIL. Portaria nº 120, de 17 de março de 2020. Brasília, DF: Presidência da República, Ministério da Casa Civil, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério da Infraestrutura, Ministério da Saúde, 2020a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/prt120-20-ccv.htm. Acesso em: 05 jul. 2022
- _____. Portaria nº 125, de 19 de março de 2020b. Brasília, DF: Presidência da República, Ministério da Casa Civil, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério da Infraestrutura, Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTARIA_N%C2%BA_125_DE_19_DE_MAR%C3%87O_DE_2020.pdf. Acesso em: 05 jul. 2022.
- _____. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/113445.htm. Acesso em 12 jul. 2022.
- BROWN, Wendy. *Cidadania Sacrificial: Neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade*. Tradução de Juliane Bianchi Leão. Zazie Edições, 2019.

BRUM, Eliane. A violência em Roraima é contra a imagem no espelho. El País, 27 ago. 2018. Opinião. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/27/opinion/1535381111_480467.html. Acesso em: 30 dez. 2022.

CANCLINI, Néstor García. Diferentes, Desiguais e Desconectados: Mapas da Interculturalidade. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

_____. Consumidores e cidadãos. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

CARTA CAPITAL. Brasil é o quarto país mais desigual da América Latina. Carta Capital, 21 ago. 2012. Sociedade. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/brasil-e-o-quarto-pais-mais-desigual-da-america-latina/>. Acesso em: 10 jul. 2022.

CASAQUI, Vander. Abordagem crítica da cultura da inspiração: produção de narrativas e o ideário da sociedade empreendedora. E-Compós, v. 20, n. 2, p.1-18, 2017.

_____. Empreendedorismo como fenômeno comunicacional, como discurso social e como inspiração. Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación, v. 16, n. 30, p. 202-212, 2019.

_____. Autoajuda empreendedora e a dimensão comunicacional do Espírito do Tempo. Mídia e zeitgeist, p. 209-228, 2021.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. Relatório Anual OBMigra 2022. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2022.

COGO, Denise. A comunicação cidadã sob o enfoque do transnacional. Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 81-103, jan./jun. 2010.

_____. Internet e redes migratórias transnacionais: narrativas da diáspora sobre o Brasil como país de imigração. Novos Olhares, v. 4, n. 1, p. 91-104, 2015.

_____; PÁSSARO, Matheus. A "foto roubada": mídias, visibilidade e cidadania da imigração haitiana no Brasil. E-compós. v. 20, n. 1., p.1-23, 2017.

CONNECTAS. Governo Bolsonaro deixa Pacto Global para Migração. Conectas, 09 jan. 2019. Notícia. Disponível em: <https://www.conectas.org/noticias/governo-bolsonaro-deixa-pacto-global-para-migracao/>. Acesso em: 12 jul. 2022.

DAMATTA, Roberto. O ofício do etnólogo, ou como ter anthropological blues. Boletim do Museu Nacional, n. 27, p.1-12, maio 1978.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELFIN, Rodrigo. Como venezuelanos veem a disputa presidencial de 2022 no Brasil. Migramundo, 18 out. 2022. Migrações no Brasil. Disponível em:

<https://migramundo.com/como-venezuelanos-veem-a-disputa-presidencial-de-2022-no-brasil>. Acesso em 20 nov. 2022.

DI CESARE, Donatella. Estrangeiros Residentes: Uma filosofia da migração. Âyiné, 2020.

DOMENECH, Eduardo. Las políticas de migración en Sudamérica: elementos para el análisis crítico del control migratorio y fronterizo. Revista Tercero Milênio, v. 8, n. 1, p. 19-48, 2017.

DUFFY, Brooke Erin. (Not) getting paid to do what you love: Gender, social media, and aspirational work. New Haven: Yale University Press, 2017.

_____. Algorithmic precarity in cultural work. Communication and the Public, v. 5, n. 3-4, p. 103-107, 2020.

ELHAJJI, Mohammed. Comunicação Intercultural: apontamentos analíticos. Contemporânea (Título não-corrente), v. 3, n. 1, p. 52-60, 2005.

_____. Papel da comunicação comunitária cultural na construção de espaços identitários transnacionais. In: XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom), 2007, Santos.

_____. Migrações, TICs e comunidades transnacionais: o devir diaspórico na era global. In: XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom), 2011, Recife.

_____; ESCUDERO, Camila. Webdiáspora: migrações, TICs e memória coletiva. In: Compós 2015, 2015, Brasília. XXIV Compós: Brasília, DF. São Paulo: Compós, 2015.

_____. Usos e desusos da cultura na contemporaneidade. Comunicação Pública, Lisboa, v. 11, n. 21, 2016.

_____. Migrantes, uma minoria transnacional em busca de cidadania universal. Interin, v. 22, n.1, jan/jun. p. 203-220, 2017.

_____. Portunhol: o reflexo de nossas identidades híbridas. Latinoamérica 21, 31 maio 2021. Disponível em: <https://latinoamerica21.com/br/portunhol-o-reflexo-de-nossas-identidades-hbridas/>. Acesso em 23 jun. 2022.

FELDMAN-BIANCO, Bela; GLICK SCHILLER, Nina. Una conversación sobre transformaciones de la sociedad, migración transnacional y trayectorias de vida. Crítica y Emancipación, Buenos Aires, Año III, n. 5, p.9-42, enero/jul. 2011. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/CyE/5/CyE-5.pdf#page=9>. Acesso em: 30 jun. 2022.

_____. O Brasil frente ao regime global de controle das migrações. TRAVESSIA - Revista do migrante, n. 83, p. 11-36, 2018.

FERNÁNDEZ, Adrián Padilla. Venezuela entre la hegemonía y la contra-hegemonía (una lectura contextual para comprender una complejidad socio-histórica). Textos e debates, Boa Vista, n.32, p. 175-198, jan./jun. 2019.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. Métodos de pesquisa para internet. Porto Alegre: Sulina, 2011.

FRANÇA, Vera. O objeto da comunicação/a comunicação como objeto, in FRANÇA, Vera; HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz (Orgs.). Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. Porto Alegre: L&PM, 2014.

GAZETA DO POVO. Venezuela registra pior produção de petróleo em quase 80 anos. Gazeta do Povo, 18 jun. 2020. Mundo. <https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/breves/venezuela-registra-pior-producao-de-petroleo-em-quase-80-anos/>. Acesso em 11 jul. 2022.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1978.

GIL ARAUJO, Sandra. Una sociología de las migraciones para la resistencia. Presentación. Empiria, Revista de Metodología de Ciencias Sociales, n. 19, p. 235-249, 2010.

GLICK SCHILLER, Nina. A Global Perspective on Migration and Development, in GLICK SCHILLER, Nina; Faist, Thomas (eds.). Migration, Development, and Transnationalization: A Critical Stance. New York: Berghahn Books, p.22-62, 2010.

GROHMANN, Rafael. Plataformização do trabalho: entre a dataficação, a financeirização e a racionalidade neoliberal. Eptic, v. 22, n. 1, p.107-122, jan./abr. 2020.

_____. Trabalho Digital: o papel organizador da comunicação. Comunicação, Mídia e Consumo, v. 18, n. 51, p. 166-185, jan./abr. 2021.

GUARNIZO, Luis Eduardo. Aspectos económicos del vivir transnacional. Colombia Internacional, n. 59, 2004. Disponível em: <https://revistas.uniandes.edu.co/doi/abs/10.7440/colombiaint59.2004.01>. Acesso em: 10 maio 2022.

HALL, Stuart. A Identidade Cultural na Pós-Modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. Quem precisa da identidade? In. SILVA, Tomaz. T. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 15 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

_____. Cultura e Representação. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio: Apicuri, 2016.

HINE, Christine. Virtual ethnography. Londres: SAGE Publications, 2000.

_____. Ethnography for the Internet: embedded, embodied and everyday. London: Bloomsbury, 2015.

HRW - HUMAN RIGHTS WATCH. Relatório Mundial 2022. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/world-report/2022/country-chapters/380707#9e1be2>. Acesso em 05 jul. 2022.

KOIFMAN, Fábio. Imigrante ideal: o ministério da justiça e o aperfeiçoamento da raça (1941-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

KRISTEVA, Julia. Estrangeiros para nós mesmos. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LEITE, Ana Carolina Gonçalves; CASTRO, Mariana de Araújo. Migrações venezuelanas, crise da reprodução social capitalista e necropolíticas de fronteira. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 13, n. 26, p. 73-103, 2021.

MARCUS, George E. Ethnography in/of the world system: The emergence of multi-sited ethnography. *Annual review of anthropology*, v. 24, n. 1, p. 95-117, 1995.

_____. Multi-sited ethnography: five or six things I know about it now, in COLEMAN, Simon; VON HELLERMANN, Pauline (eds). *Multi-sited Ethnography: Problems and Possibilities in the Translocation of Research Methods*. London: Routledge, p.16-33, 2012. Disponível em: <https://eprints.ncrm.ac.uk/id/eprint/64/1/georgemarcus.pdf>. Acesso em 23 maio 2022.

MARZULLO, Luísa. Apoiadores de Bolsonaro e Lula disputam narrativa na web. *O Globo*, Rio de Janeiro, 03 out. 2022. Sonar - A escuta das redes. Disponível em <https://oglobo.globo.com/blogs/sonar-a-escuta-das-redes/post/2022/10/brasil-vai-virar-x-ja-e-venezuela-apoiadores-de-bolsonaro-e-lula-disputam-narrativa-na-web.ghtml>. Acesso em 12 jan. 2023.

MEZZADRA, Sandro. Multidão e Migrações: a autonomia dos migrantes. Rio de Janeiro: *Revista Eco-Pós*, n.15, 2012.

MILLER, Daniel; SLATER, Don. *The Internet: an ethnographic approach*. London: Berg Publishers, 2000.

MOLEIRO, Alonso; GORTÁZAR, Naiara Galarraga. Santa Elena de Uairén, na fronteira com o Brasil, é o epicentro da repressão de Maduro. *El País*, 02 mar. 2019. *Internacional*. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/25/internacional/1551093484_446583.html. Acesso em: 02 jun. 2022.

_____. Venezuela fica sem dinheiro em espécie. *El País*, 26 mar. 2021. *Economia*. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/economia/2021-03-26/venezuela-fica-sem-dinheiro-em-especie.html>. Acesso em: 11 jul. 2022.

ONU - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DAS NAÇÕES UNIDAS. *World Population Prospects: The 2022 Revision*. Department of Economic and Social Affairs, Population Division, 2022. Disponível em <https://population.un.org/dataportal/data/indicators/53,41,67,52,71,47,46,70,50,54,51,72,49/locations/862/start/1990/end/2030/empirical/empiricaltimeplot>. Acesso em 15 jan. 2023.

_____. No Brasil, chefe do Acnur diz que está bem impressionado com acolhimento de venezuelanos. *ONU News*, 17 ago. 2019. *Migrantes e refugiados*. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/08/1683841>. Acesso em 15 jan. 2023.

PAIVA, Raquel. O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. O retorno da comunidade: os novos caminhos do social. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda, 2007.

PAREDES, Norberto. Por que venezuelanos estão voltando ao país após êxodo histórico. BBC News Mundo, 10 jul. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-62064570>. Acesso em: 02 nov. 2022.

PDVSA, Petróleos de Venezuela S.A. La industria. [200-?] Disponível em: http://www.pdvs.com/index.php?option=com_content&view=article&id=8917&Itemid=569&lang=es. Acesso em: 08 jul. 2022.

PEDROSO, Carolina Silva. Petróleo e Poder: a crise venezuelana e seus elementos históricos. Textos e Debates, n. 34, 2020.

PERUZZO, Cicilia. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaboraões no setor. Rio de Janeiro: Revista Eco-Pós, v.12, n.2, p.46-61, maio/ago. 2009.

POLIVANOV, Beatriz. Etnografia virtual, netnografia ou apenas etnografia? Implicações dos conceitos. Esferas, n.3, p.61-71, jul/dez. 2013. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/esf/article/view/4621>. Acesso em 01 jun. 2022.

PRESSE, France. Diferença entre Maduro e Capriles cai para 224 mil votos na Venezuela. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/04/diferenca-entre-maduro-e-capriles-cai-para-224-mil-votos.html>. G1, 29 abr. 2013. Mundo. Acesso em: 10 jul. 2022.

PRIMO, Alê; MATOS, Ludimila; MONTEIRO, Maria Clara. Dimensões para o estudo dos influenciadores digitais. Salvador: Edufba, 2021.

_____. Dinâmicas identitárias online: apontamentos sobre o que postar e o que não postar no Facebook. Comunicação Midiática, v.10, n.3, p.151-156, set./dez. 2015. Disponível em: <https://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/CM/article/view/131/128>. Acesso em 01 jun. 2022.

R4V - Plataforma de Coordinación Interagencial para Refugiados y Migrantes. Information and Communication Needs Assessment. 2020. Disponível em: <https://www.r4v.info/en/document/r4v-information-and-communication-needs-assessment>. Acesso em: 07 jul. 2022.

_____. América Latina y el Caribe, Refugiados y Migrantes Venezolanos en la Región. Dez. 2022. Disponível em: <https://www.r4v.info/document/r4v-america-latina-y-el-caribe-refugiados-y-migrantes-venezolanos-en-la-region-dic-2022>. Acesso em 10 jan. 2023.

SAYAD, Abdelmalek. Imigração ou os Paradoxos da Alteridade. São Paulo: Edusp, 1998.

_____. Estado, Nación e inmigración. El orden nacional ante el desafío de la inmigración. Apuntes CECYP, n. 13, p. 101-116, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos da globalização, in Santos, Boaventura de Sousa (Org.). A globalização e as ciências sociais. São Paulo: Cortez, p. 25-102, 2002.

SANTOS, Deborah Rodríguez. Cubaleiros nas mídias digitais: fluxos narrativos e trânsitos identitários de cubanos no Brasil. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/24581>. Acesso em 24 maio 2022.

SANTOS, Sandro Martins de Almeida. Hospitalidade, in Cavalcanti, L. et.al. (Orgs.). Dicionário crítico de migrações internacionais. Brasília: Editora da UnB, p. 379-384, 2017.

SASSEN, Saskia. Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

SCHRÖDER, Ulrike. Comunicação Intercultural: uma desconstrução e reconstrução de um termo inflacionário. Cadernos de Linguagem e Sociedade, v. 9, n. 1, 2008.

SCHÜTZ, Alfred. O estrangeiro: um ensaio em psicologia social. Revista Espaço Acadêmico, n. 113, ano X, out. 2010.

SILVA, João Carlos Jarochinski; PERES, Vítor Plácido dos Santos. Rentismo e Crise. Textos e Debates, n. 34, p. 23-40, jan./jun. 2020.

SIMMEL, Georg. O estrangeiro. Tradução de Mauro G. P. Koury. RBSE – Revista Brasileira da Sociologia da Emoção, v.4, n.12, p.265-271, dez. 2005.

_____. Questões Fundamentais da Sociologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

SMITH, Michael Peter; GUARNIZO, Luis. Transnationalism from Below. New Brunswick, NJ: Transaction Publishers, 1998.

SODRÉ, Muniz. A ciência do comum: notas para o método comunicacional. Petrópolis: Vozes, 2014.

_____; PAIVA, Raquel. Comunitarismo e Sociedade Incivil. Famecos, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 1-12, 2019.

SURES - Estudios y Defensa en Derechos Humanos. Informe especial medidas coercitivas unilaterales contra Venezuela y su impacto en los derechos humanos. 2018. Disponível em: <https://sures.org.ve/informe-especial-medidas-coercitivas-unilaterales-impacto-ddhh/>. Acesso em: 11 jul. 2022.

TED. Chimamanda Adichie: o perigo de uma única história. Youtube, 07 out. 2009. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=D9Ihs241zeg&t=38s>. Acesso em 08 nov. 2022.

TRAVANCAS, Isabel. Fazendo etnografia no mundo da comunicação. In BARROS, A. e DUARTE, J. (orgs.), Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, 2006, pp. 98-109.

ULHÔA, Raquel. Serra ataca e diz que país pode virar Venezuela se Lula vencer. 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u40275.shtml>. Acesso em: 08 jul. 2022

VAN DIJCK, José. The Culture of Connectivity: A critical history of social media. Oxford: Oxford University Press, 2013.

VILLA, Rafael Duarte. Venezuela: mudanças políticas na era Chávez. Estudos Avançados, v. 19, p. 153-172, 2005.

ZANFORLIN, Sofia Cavalcanti. Etnicidade, migração e comunicação: etnopaisagens transculturais e negociação de pertencimentos. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: https://oestrangero.org.files.wordpress.com/2013/03/tese_szanforlin_2011.pdf. Acesso em 23 jun. 2022.

_____. Pertencimento, in Cavalcanti, L. et.al. (orgs.). Dicionário crítico de migrações internacionais. Brasília: Editora da UnB, p. 554-560, 2017.

_____; AMARAL, Renata Maria do. Empreendedorismo para migrantes. E-Compós, vol. 22, n. 1, 2019.

_____; COGO, Denise. Mídia, mobilidade e cidadania no contexto do capitalismo global: reflexões a partir da trajetória de um refugiado sírio. Contemporânea Revista de Comunicação e Cultura, Salvador, v. 17, n. 1, p. 7-28, 2019.

_____. Migrante Empreendedor: o grau zero do neoliberalismo?. Latinoamerica 21, 10 de abr. de 2021. Disponível em: <https://latinoamerica21.com/br/migrante-empreendedor-o-grau-zero-do-neoliberalismo/>. Acesso em: 29 dez. 2022.